



**Sílvia Fernandes Ribau Cirino** **Turismo e Migrações: Impacto das Visitas a Portugal dos Emigrantes**



**Sílvia Fernandes Ribau Cirino** **Turismo e Migrações: Impacto das Visitas a Portugal dos Emigrantes**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, realizada sob a orientação científica do Prof. Doutor Carlos Costa, Professor Associado com Agregação do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro.

## **o júri**

Presidente

**Prof. Doutor Joaquim da Costa Leite**  
Professor Associado com Agregação da Universidade de Aveiro

Vogais

**Prof. Doutor Carlos Manuel Martins da Costa**  
Professor Associado com Agregação da Universidade de Aveiro

**Prof. Doutor Norberto Nuno Pinto dos Santos**  
Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

## **agradecimentos**

Um grande agradecimento à Câmara Municipal de Ílhavo pela sua disponibilidade e pelo seu apoio, ao Jornal O Ilhavense, à Região de Turismo Rota da Luz e às outras instituições que contribuíram para a realização deste trabalho.

Um agradecimento especial à minha família e aos amigos que me têm apoiado ao longo dos anos.

## palavras-chave

Turismo, migrações, remessas de emigrantes, mobilidade humana, transnacionalismo, diáspora, visitas dos emigrantes, turismo de Visita a Familiares e Amigos VFA, reuniões étnicas

## resumo

A mobilidade humana constitui uma característica do Homem, presente ao longo dos séculos, sob diferentes formas ditadas pela evolução dos povos e da vida em sociedade. Embora os fluxos migratórios façam parte da história da humanidade há muitos séculos atrás, os movimentos turísticos se democratizam e tomam proporções significativas apenas a partir do século XX. Neste contexto, o presente trabalho tem como objectivo principal contribuir para o conhecimento na área da mobilidade humana e mais precisamente, nas áreas do turismo e das migrações, e das interligações existentes entre estes dois conceitos. As visitas ao país de origem dos emigrantes fazem parte, de forma cada vez mais significativa, do projecto migratório e contribuem para um aumento considerável do mercado turístico nomeado *Visita a Familiares e Amigos* (VFA).

A importância das ligações mantidas entre os emigrantes e a terra de origem, assim como as suas contribuições directas para o crescimento do turismo, estão claramente demonstradas neste trabalho de investigação. Os laços emocionais, sociais, políticos, económicos e comerciais que unem uma determinada região à sua comunidade residente no estrangeiro, contribuem para o aumento das remessas dos emigrantes e provocam um crescimento da frequência das visitas ao país de origem. Consequentemente, o volume dos fluxos turísticos assim como as receitas provenientes dos fluxos humanos originários da emigração, geram desenvolvimento do turismo internacional.

Portugal, país de grande tradição emigratória, beneficiando directamente deste fenómeno, é objecto de estudo do presente trabalho. O estudo está centrado mais precisamente sobre o comportamento dos emigrantes do concelho de Ílhavo. São determinadas as principais características das viagens de regresso destes emigrantes, assim como a importância da intensidade das ligações mantidas com a sua terra de origem, para o crescimento do turismo receptor ao nível regional e nacional.

**keywords**

Tourism, migration, fund transfers, human mobility, diaspora, transnationalism, return visits, VFR Tourism, ethnic reunions

**abstract**

Human mobility has been considered an important characteristic of the human being during centuries, dictated by people evolution and by the life in society. Although migratory flows form part of the human history since many centuries, tourist flows have been democratized in the twentieth century taking enormous proportions.

In this context, the broad intent of this study is to contribute to the existing literature that addresses to develop forms of mobility such as tourism and migration, as well as the existing relationships between those two concepts. Return visits of migrants are increasingly part of the migratory project and contribute for a significant rise in the *Visit Friends and Relatives* (VFR) tourist market.

This research work demonstrates the importance of the linkages maintained between the migrant community and their home country, as their direct contributions to the growth of tourism. Emotional, social, political, economic and commercial linkages between a region and its resident abroad community, contribute to increase fund transfers from migrants, coming from host country, and to increase the frequency of return visits. Consequently, the volume of tourist flows, as well as the receipts coming from these human flows originated by migration, contributes to the development of international tourism.

Portugal, a country with a large emigration tradition, profiting directly from this phenomenon, is studied in this work. The research is focused, more precisely, on the behavior of the Council of Ílhavo's emigrants. Principals' characteristics of migrants' return visits were found out, as well as the importance of the intensity of existing ties between those migrants and the home region, for the growth of inbound tourism at the regional and national level.

## **mots-clés**

Tourisme, migrations, transferts de fonds, mobilité humaine, diaspora, transnationalisme, visites au pays des émigrés, Visite à la Famille ou Amis, réunions ethniques

## **résumé**

La mobilité humaine constitue une particularité de l'Homme présente au long des siècles, sous ses différentes formes, dictées par l'évolution des peuples et de la vie en société. Bien que les flux migratoires fassent partie de l'histoire humaine depuis de nombreux siècles, les mouvements touristiques se démocratisent et prennent énormément de volume qu'à partir du XX<sup>ème</sup> siècle. Dans ce contexte, le présent travail a comme objectif principal la contribution pour l'approfondissement du savoir dans le domaine de la mobilité humaine et plus précisément dans le domaine du tourisme et des migrations, ainsi que des relations existantes entre ces deux concepts. Les visites au pays d'origine des émigrés font de plus en plus partie du projet migratoire et contribuent pour une augmentation significative du marché touristique dénommé *Visites à la Famille ou Amis* (VFA).

L'importance des liens maintenus entre les émigrés et leur pays d'origine, ainsi que leurs contributions directes à la croissance du tourisme est clairement démontré dans ce travail de recherche. Les liens émotionnels, sociaux, politiques, économiques et commerciaux qui unissent une région à sa communauté résidente à l'étranger, contribuent à augmenter les transferts de fonds des émigrés en provenance du pays de résidence et provoquent une augmentation de la fréquence des visites au pays. De ce fait, le volume de flux touristiques, ainsi que les recettes provenant de ces flux humains originaires de l'émigration, contribuent au développement du tourisme international.

Le Portugal, pays à forte tradition émigratoire, bénéficiant directement de ce phénomène, fait l'objet de ce travail. L'étude est centrée plus précisément sur le comportement des émigrés du Conseil de Ílhavo. Les principales caractéristiques des voyages de retour de ces émigrés sont ici présentées, ainsi que l'importance de l'intensité des liens maintenus avec la région d'origine, pour la croissance du tourisme receteur au niveau régional et national.

# ÍNDICE

<b>CAPÍTULO 1 - MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO .....</b>	<b>7</b>
1.1. INTRODUÇÃO .....	8
1.2. AS MIGRAÇÕES, FACTOR DE MOBILIDADE HUMANA .....	9
1.2.1. O conceito de Migrações .....	9
1.2.2. As migrações internacionais .....	11
1.2.3. Tendências das migrações internacionais .....	12
1.3. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO .....	14
1.3.1. O impacto económico no país de partida – as remessas dos emigrantes .....	16
1.3.1.1. <i>Os impactos ao nível microeconómico</i> .....	18
1.3.1.2. <i>Impactos ao nível macroeconómico</i> .....	20
1.3.2. Impacto económico no país de acolhimento .....	21
1.4. OUTRAS DIMENSÕES DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS .....	22
1.5. CONCLUSÃO .....	23
 <b>CAPÍTULO 2 - PORTUGAL: PAÍS DE MIGRAÇÕES .....</b>	 <b>24</b>
2.1. INTRODUÇÃO .....	25
2.2. CARACTERÍSTICAS DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA .....	25
2.2.1. Histórico .....	26
2.2.2. Causas da emigração portuguesa .....	28
2.2.3. O Movimento Transoceânico .....	28
2.2.3.1. <i>O movimento emigratório para o Brasil</i> .....	29
2.2.3.2. <i>A emigração para os Estados Unidos</i> .....	31
2.2.4. O movimento intra-europeu .....	31
2.2.4.1. <i>Os principais destinos do movimento intra-europeu</i> .....	34
2.2.4.2. <i>Perfil do emigrante português no movimento intra-europeu</i> .....	35
2.2.4.3. <i>A emigração clandestina</i> .....	35
2.3. EMIGRAÇÃO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XX E SEU IMPACTO NA ECONOMIA PORTUGUESA ..	36
2.3.1. A evolução da emigração portuguesa no final do século XX .....	36
2.3.2. A emigração portuguesa e suas consequências para a economia nacional .....	40
2.3.2.1. <i>A evolução das remessas dos emigrantes no último quartel do século XX</i> .....	41
2.3.2.2. <i>A contribuição para o PIB Nacional</i> .....	43
2.4. AS COMUNIDADES PORTUGUESAS RESIDENTES NO ESTRANGEIRO .....	44
2.5. CONCLUSÃO .....	46



<b>CAPÍTULO 3 - MOBILIDADE, TURISMO E MIGRAÇÕES</b>	<b>47</b>
3.1. INTRODUÇÃO	48
3.2. A ERA DA MOBILIDADE HUMANA	48
3.3. TURISMO NA ERA DA MOBILIDADE	50
3.4. MIGRAÇÕES E MOBILIDADE	53
3.5. DIÁSPORA E TRANSNACIONALISMO	57
3.5.1. O conceito de diáspora	57
3.5.2. O transnacionalismo: conceitualização	60
3.6. TURISMO E MIGRAÇÕES	62
3.6.1. As interligações entre turismo e migrações	62
3.6.1.1. <i>Turismo gera Migração</i>	67
3.6.1.2. <i>Migração gera turismo: viagens de regresso ao país de origem</i>	68
3.6.2. O mercado VFA – Visita a Familiares e Amigos	73
3.6.3. Os conceitos de “turismo étnico” e de “turismo de herança”	77
3.6.4. A importância do turismo dos migrantes na literatura	79
3.7. CONCLUSÃO	79
 <b>CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA DO ESTUDO</b>	 <b>81</b>
4.1. INTRODUÇÃO	82
4.2. MÉTODOS DE RECOLHA E ANÁLISE DE DADOS	84
4.2.1. Elaboração do questionário	86
4.2.2. Objectivos e justificação das questões	87
4.2.2.1. <i>Percurso do Emigrante</i>	88
4.2.2.2. <i>Viagens a Portugal</i>	91
4.2.2.3. <i>Dados Pessoais</i>	93
4.2.3. População do Estudo	94
4.2.4. Envio do questionário	96
4.3. O TRATAMENTO DE DADOS	98
4.4. AVALIAÇÃO CRÍTICA DA METODOLOGIA	99
 <b>CAPÍTULO 5 - ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b>	 <b>101</b>
5.1. INTRODUÇÃO	102
5.2. CARACTERIZAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA DO CONCELHO DE ÍLHAVO	102
5.3. O TURISMO NO MUNICÍPIO DE ÍLHAVO	106
5.3.1. Recursos turísticos	106
5.3.2. Estratégia de desenvolvimento do concelho	108
5.4. ANÁLISE DOS DADOS PRIMÁRIOS OBTIDOS	109
5.4.1. Características sócio-demográficas da amostra	110

5.4.2. Percurso de Emigrante .....	112
5.4.2.1. País de Residência .....	112
5.4.2.2. Década de Emigração .....	113
5.4.2.3. Dupla Nacionalidade .....	114
5.4.2.4. Filhos .....	115
5.4.2.5. Familiares em Portugal e no País de Residência .....	119
5.4.2.6. Inscrição em Consulado Português .....	120
5.4.2.7. Práticas relacionadas com Portugal .....	121
5.4.2.8. Casa em Portugal .....	127
5.4.2.9. Regresso Definitivo a Portugal .....	129
5.4.3. Viagens a Portugal .....	129
5.4.3.1. Frequência das Viagens a Portugal .....	129
5.4.3.2. Altura do ano em que são efectuadas as viagens .....	133
5.4.3.3. Sugerir Portugal como destino de férias – “Trazer” pessoas a Portugal .....	134
5.4.3.4. Local das Férias .....	135
5.4.3.5. Duração da estada .....	137
5.4.3.6. Número de Pessoas .....	139
5.4.3.7. Meio de Transporte utilizado .....	140
5.4.3.8. Alojamento utilizado .....	141
5.4.3.9. Motivo da viagem a Portugal .....	142
5.4.3.10. Actividades praticadas nas férias .....	143
5.4.3.11. Orçamento das férias em Portugal .....	145
5.5. CONCLUSÃO .....	150
<b>CAPÍTULO 6 - CONCLUSÕES .....</b>	<b>151</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>157</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>177</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Impactos das remessas ao nível microeconómico .....	19
Figura 2 - Globalização e Migrações: os 5Ts da Integração na Economia Global .....	20
Figura 3 - Emigração portuguesa no período 1900 – 1954 (número de saídas legais).....	29
Figura 4 - Emigração portuguesa no período de 1955-1974 (número de saídas legais).....	33
Figura 5 - Destinos da Emigração Portuguesa entre 1955 e 1974 .....	34
Figura 6 - Emigração para França: oficial e não controlada (1960 – 1974).....	36
Figura 7 - Emigração permanente e temporária [(1976-1988); (1992-2003)] .....	38
Figura 8 - Residentes estrangeiros em Portugal (1985- 2005).....	40
Figura 9 - Remessas de emigrantes / imigrantes no período 1975 – 2005 (em milhões de euros).....	42
Figura 10 - Portugueses residentes no estrangeiro - principais países .....	45
Figura 11 - Mobilidade temporária no espaço e no tempo .....	49
Figura 12 - Migrações e Mobilidade, Modelos classificados segundo as necessidades dos homens .....	55
Figura 13 - Comparação entre migração permanente e mobilidade temporária: conceitos – chave e dimensões .....	56
Figura 14 - As nove características de uma diáspora.....	59
Figura 15 – Interligações Turismo / Migrações.....	66
Figura 16 - O retorno do emigrante no processo de emigração .....	69
Figura 17 - Modelo conceptual das viagens de regresso .....	71
Figura 18 – Tipologia dos turistas VFR .....	75
Figura 19 - Questionários enviados por países .....	96
Figura 20 - Vantagens e Desvantagens a utilização da técnica de envio de questionário pelo correio.....	97
Figura 21: Ílhavo na geografia de Portugal.....	103
Figura 22 - Mapa do Concelho de Ílhavo.....	104
Figura 23 - Recursos turísticos, património natural .....	106
Figura 24 - Recursos turísticos, património cultural monumental .....	107
Figura 25 - Principais países de residência dos inquiridos .....	113
Figura 26 – Número de filhos .....	116
Figura 27 – Idade dos filhos .....	117
Figura 28 – Aulas de Português dos filhos (%).....	118
Figura 29 – Familiares em Portugal e no País de Residência.....	119
Figura 30 – Inscrição num Consulado Português.....	120
Figura 31 – Ler jornais portugueses .....	122
Figura 32 – Ver programas de televisão portuguesa.....	122
Figura 33 – Comprar produtos alimentares portugueses .....	123

Figura 34 – Ir a festas portuguesas .....	124
Figura 35 – Comunicar com Portugal .....	124
Figura 36 – Procurar informação sobre Portugal .....	125
Figura 37 – Procurar informação sobre a Rota da Luz .....	126
Figura 38 – Procurar informação sobre Ílhavo .....	126
Figura 39 – Ser sócio de uma associação Portuguesa (%) .....	127
Figura 40 – Casa em Portugal / Casa no Concelho de Ílhavo .....	128
Figura 41 – Viagens a Portugal.....	130
Figura 42 – Meses das viagens a Portugal (em %) .....	133
Figura 43 – Sugerir Portugal e Trazer Pessoas a Portugal (em %) .....	135
Figura 44 – Regiões de Destino (%) .....	137
Figura 45 - Número de pessoas que habitualmente viajam para Portugal (em %).....	139
Figura 46 – Principal meio de transporte utilizado (%).....	140
Figura 47 – Alojamento utilizado (%) .....	142
Figura 48 – Motivos das viagens a Portugal .....	143
Figura 49 – Actividades praticadas nas férias .....	144
Figura 50 – Orçamento médio das férias em Portugal.....	147
Figura 51 – Orçamento total / Número de dias (%).....	148
Figura 52 – Repartição do Orçamento (%) .....	150

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Estimativa das saídas de Portugal para o Exterior (1500 – 1760).....	27
Tabela 2: Evolução da Balança de Pagamentos no período 2002 – 2005.....	43
Tabela 3: Portugueses residentes no estrangeiro – em 2000 .....	45
Tabela 4: Questionários enviados por países .....	95
Tabela 5: Retrato territorial do concelho de Ílhavo .....	105
Tabela 6: Características sócio-demográficas da amostra.....	111
Tabela 7: País de residência dos inquiridos .....	112
Tabela 8: Década de Emigração / Destino de Emigração .....	114
Tabela 9: Dupla Nacionalidade / Destino de Emigração .....	115
Tabela 10: Número de filhos (frequência) .....	115
Tabela 11: Idade dos filhos (frequências).....	116
Tabela 12: Conhecimentos de Português dos filhos .....	118
Tabela 13: Aulas de Português dos filhos .....	118
Tabela 14: Familiares em Portugal / País de Residência .....	119
Tabela 15: Inscrição num Consulado Português (frequências) .....	120
Tabela 16: Ser sócio de uma associação Portuguesa.....	127
Tabela 17: Ter Casa em Portugal / Concelho de Ílhavo .....	128
Tabela 18: Intenção de regresso a Portugal.....	129
Tabela 19: Viagens a Portugal .....	129
Tabela 20: Frequência das Viagens a Portugal / Continente de residência .....	131
Tabela 21: Frequência das Viagens a Portugal / Casa em Portugal .....	132
Tabela 22: Principais razões que justificam as viagens raras a Portugal .....	133
Tabela 23: Sugerir Portugal como destino de férias.....	134
Tabela 24: Férias no concelho de Ílhavo .....	136
Tabela 25: Duração da Estada em Portugal.....	137
Tabela 26: Duração da Estada em Portugal / Casa em Portugal .....	138
Tabela 27: Número de pessoas que habitualmente viajam para Portugal .....	139
Tabela 28: Principal meio de transporte utilizado .....	140
Tabela 29: Alojamento Utilizado .....	141
Tabela 30: Orçamento total das férias.....	146
Tabela 31 Orçamento total em função do número de dias (frequências) .....	148

## **CAPÍTULO 1 – Migrações e Desenvolvimento Económico**

---

## 1.1. Introdução

A história relata uma movimentação contínua de povos, grupos e indivíduos de umas terras para outras, contribuindo para transformações nas características das sociedades. Ao longo dos últimos séculos, a Europa assistiu a uma intensa migração interna, no seu todo, o continente foi dominado pela emigração, isto é pela partida de europeus para outras terras. Os emigrantes eram principalmente originários de países tais como a Grande Bretanha, a Itália, a Alemanha, a Espanha, a Rússia e Portugal. No final da Segunda Guerra Mundial, esta tendência inverteu-se, entrou-se numa época em que os movimentos migratórios já não consistiam na partida de europeus para outros continentes, mas sim na vinda de outros povos para Europa. Com o fim do conflito, a Europa precisou de promover a sua reconstrução, necessitando mão-de-obra não-qualificada para desenvolver determinados trabalhos que os europeus, na sua generalidade, já não estavam disposto a exercer. O continente europeu deixava de ser uma área essencialmente emissora de mão-de-obra humana para ser um continente com fluxos de imigração muito significativos.

As migrações têm tido amplitudes significativas em outras partes do mundo como por exemplo, em África e no continente asiático onde está concentrada grande parte da população mundial, deixando prever assim, a importância dos fenómenos migratórios nesta região para o futuro.

Estudar a importância dos movimentos migratórios, a sua evolução e as últimas tendências, assim como o seu impacto no desenvolvimento económico, permite assimilar o conceito de migração populacional e enquadrá-lo num contexto de desenvolvimento. Na medida em que o projecto migratório não constitui um rompimento com o país de partida, bem pelo contrário, na maior parte das vezes é encarado como uma estadia provisória no país de acolhimento cuja duração é associada ao cumprimento dos objectivos instaurados pelo migrante, é de salientar que decorre deste fenómeno outro fenómeno populacional com uma dimensão cada vez maior ao nível mundial: o Turismo.

Apesar do projecto de emigração ser susceptível de se transformar em migração definitiva, o migrante mantém laços com o país de partida ao nível económico, social e cultural. Ao manter ligações com o seu país de origem, não só com a família mas também com outras pessoas, os emigrantes facilitam os fluxos de conhecimento, de investimento, de bens e serviços entre os dois países (país de acolhimento e país de

destino), e desenvolvem a actividade turística através das viagens sucessivas entre o país de partida e o país de acolhimento.

O presente capítulo analisa, numa primeira parte, a evolução, as características e a tendência das migrações internacionais. Numa segunda parte, é analisado o impacto do fenómeno migratório, no desenvolvimento económico no país de partida, bem como no país de acolhimento. Por fim, são discutidas outras dimensões em que os movimentos migratórios se inserem.

## **1.2. As Migrações, factor de mobilidade humana**

### **1.2.1. O conceito de Migrações**

Desde o início da humanidade, as migrações são para o homem uma maneira corajosa de manifestar a sua vontade de superar a adversidade e de procurar uma vida melhor. Devido ao recente fenómeno de globalização e ao avanço tecnológico no domínio das comunicações e dos transportes, o número de pessoas que desejam instalar-se noutras regiões e que apresentam meios para tal, aumentou consideravelmente (ONU, 2006).

Não existe uma definição reconhecida internacionalmente que possa ser apresentada para delimitar o conceito de “migrante”, no entanto a Organização das Nações Unidas (ONU) define dois tipos de migrantes: o migrante de longo prazo e o migrante de curto prazo.

O migrante de longo prazo é definido como uma pessoa que se instala num país outro que o seu país de residência habitual para um período de pelo menos doze meses, em que o país de acolhimento se torna o seu novo país de residência habitual.

O migrante de curto prazo, baseia-se no mesmo conceito do migrante de longo prazo, sendo a diferença, a duração do período de permanência situando-se este entre três e doze meses. Não estão incluídas as permanências em determinados locais por motivos de férias, de visitas a familiares e amigos, de negócios, de tratamento médico ou de peregrinação religiosa, sendo estes motivos do domínio da actividade turística e não dos movimentos migratórios.

As migrações obedecem a determinados processos que respondem a vários mecanismos originados pelas motivações das pessoas. O processo de migração responde não só a um



mecanismo exógeno no país de acolhimento, ligado às condições existentes no país de partida, isto é o desemprego, a pobreza, os baixos rendimentos, como também à interacção de efeitos endógenos e de condições apelativas, ligadas à situação do mercado do trabalho nos países de acolhimento. Na grande maioria das vezes, os migrantes deslocam-se para meios urbanos, isto é, inserem-se em movimentos de êxodo rural. Segundo previsões do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA), as zonas urbanas concentrarão cerca de 4,9 biliões de pessoas em 2030 o que representa 60% da população mundial.

Os motivos que levam determinados indivíduos a emigrar poderão ser diversos, no entanto, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) distingue três principais categorias:

- ↳ O trabalho
- ↳ O reagrupamento familiar
- ↳ O asílio político

No que diz respeito ao primeiro motivo, o trabalho, o projecto de emigração surge com o objectivo de melhorar a situação socioeconómica da família. Daí decorre o segundo motivo que consiste no reagrupamento familiar, onde existe um membro da família que emigra numa primeira fase, para criar condições mantendo o objectivo de acolher o resto da família no destino. Quanto ao asílio político, esta forma de emigração diferencia-se das outras duas, na medida em não surge da vontade própria do migrante, mas sim de um constrangimento, sendo este “obrigado” a mudar de país por questões de sobrevivência.

Relativamente à dimensão espacial das migrações, as deslocações migratórias podem ser internas, o que acontece na maior parte dos casos, mas também podem ser internacionais. A OCDE define um migrante internacional como uma pessoa que atravessa uma fronteira, muda o seu lugar de residência e possui uma nacionalidade estrangeira quando entra no país de destino. O emigrante internacional é geralmente um estrangeiro quando chega ao país de acolhimento, no entanto, existem algumas excepções como por exemplo, os filhos de emigrantes nascidos nos países de destino tendo guardado sua nacionalidade de origem.

A dimensão espacial é central na análise das migrações, a questão das migrações internacionais está, neste início de século XXI, no centro dos debates sobre as prioridades políticas dos países da OCDE.

### 1.2.2. As migrações internacionais

Ao longo dos tempos, as migrações internacionais têm vindo a constituir uma constante das actividades socioeconómicas. Estas movimentações estão na origem de uma relação de dependência bilateral entre o país de partida e o país de acolhimento, que se traduzem em transferências de dinheiro feitas regularmente pelos emigrantes para o país de origem, ou que se reflectem em viagens periódicas de regresso ao país de origem. Estas viagens enquadram-se na actividade turística, fenómeno considerável de movimentação de população quer a nível interno quer a nível internacional fortemente relacionado com os movimentos migratórios.

Com grande relevo no que diz respeito aos movimentos migratórios, as migrações internacionais aparecem como movimentos compensatórios aos problemas, conflitos e crises gerados pela movimentação principal (Carvalho, 2001). As migrações internacionais são promovidas por estímulos ou motivos que o Fundo das Nações Unidas Para a População (UNFPA) aponta como sendo os seguintes: «A busca por uma vida melhor para si e para sua família; as disparidades de recursos entre distintas regiões e no interior de uma mesma região; as políticas trabalhistas e migratórias dos países de origem e de destino; os conflitos políticos; a degradação do meio ambiente, incluindo a perda de terras de cultivo, florestas e pastos; o êxodo de profissionais, ou a migração dos jovens com maior grau de formação dos países em desenvolvimento para preencher as deficiências da força de trabalho dos países industrializados» (UNFPA, 2001).

Neste sentido, as migrações internacionais assumem um papel compensatório, que se traduz por um fenómeno chamado pela UNFPA de ‘migrações de reposição’ (replacement migration, no original em Inglês). “A expressão ‘migrações de reposição’ é utilizada para definir o nível de migrações internacionais necessário em cada país para evitar a diminuição e o envelhecimento da população que resultam de taxas de fecundidade e de mortalidade baixas” (UNFPA, 2001). Esta situação encontra-se maioritariamente em países com um forte índice de urbanização, estando actualmente confrontados com baixas taxas de fecundidade e mortalidade que apontam para um elevado envelhecimento das suas populações, uma diminuição da força de trabalho activa e um aumento das despesas sociais. Desta forma, as populações especialmente concentradas nos países ditos “em desenvolvimento”, são promovidas à condição de “peças de reposição” do mecanismo global.

As migrações internacionais traduzem-se num fenómeno muito complexo que pressupõe a implementação de políticas de cooperação internacional baseadas em perspectivas de

desenvolvimento social e económico dos países envolvidos. Do ponto de vista dos emigrantes, as migrações internacionais implicam um esforço acentuado de adaptação ao país de acolhimento, como por exemplo, a aprendizagem de uma língua estrangeira, esse esforço é, na maioria dos casos, nitidamente superior àquele requerido num contexto de migrações internas. O número de indivíduos que emigram para um país estrangeiro tem como tendência o aumento e os debates políticos centram-se progressivamente na discussão do controle dos movimentos migratórios e dos seus efeitos.

### **1.2.3. Tendências das migrações internacionais**

Nestas duas últimas décadas, as migrações internacionais têm sofrido alterações profundas, quanto às suas características inserindo-se no contexto de uma sociedade em constante mutação. As sociedades ocidentais, cada vez mais caracterizadas por uma taxa de natalidade muito baixa e um envelhecimento da população, encaram as migrações como um factor crítico do crescimento demográfico. A sua abordagem, a nível internacional, evoluiu de uma abordagem tradicional, que consiste em apurar os efeitos das migrações para o país de partida e para o país de acolhimento, para uma análise feita numa perspectiva internacional, isto é, numa óptica de interdependência entre os respectivos países.

Segundo o relatório «Tendências nas Migrações Internacionais» editado em 2004 pela OCDE, existe uma tendência crescente das migrações internacionais desde meados dos anos 90. Este relatório chama a atenção para o crescimento continuado das migrações internacionais, apesar da deterioração da situação económica registada em alguns países membros da OCDE, e revela ainda, transformações na geografia de origem dos fluxos migratórios, com a emergência de "novos" itinerários. De facto, Observa-se um aumento das chegadas de países asiáticos, especialmente chineses e filipinos, bem como migrantes provenientes da Rússia e da Ucrânia para o conjunto dos países membros da OCDE. Os fluxos migratórios provenientes da América Latina registaram também um aumento.

Segundo o MPI (Migration Policy Institute), os motivos que levam determinadas populações a emigrar já não se limitam à fuga à pobreza ou à sobre-povoação. Neste início de século, a mobilidade das pessoas justifica-se por várias razões sendo os seus movimentos facilitados pelas complexas redes sociais transnacionais, contribuindo para uma evolução constante do conceito de migrações internacionais e das suas características.

O relatório “Using Remittances and Circular Migration to Drive Development” publicado em Junho de 2003 pelo MPI enuncia as seguintes conclusões:

- Os fluxos de migração de “reposição” têm ganho importância;
- A proporção de mulheres nas migrações tem vindo a aumentar apesar de ainda não se conhecer bem sua proporção;
- O conceito de “remessas políticas e sociais” emerge, em resposta ao reconhecimento de que as migrações promovem intercâmbios de ideias e práticas assim como troca de pessoas e de dinheiro;
- Os migrantes desempenham um papel crescente no investimento na área do comércio nas suas terras de origem e na criação de redes de negócio;
- As novas tecnologias providenciaram a intensificação das redes tecidas pelos migrantes através o mundo com os seus países de origem. A Internet ajuda os migrantes a manter laços sociais e tecer redes de negócio, mas também permite deixá-los constantemente actualizados sobre o seu país de origem no que diz nomeadamente respeito ao emprego, à situação económica e às formas como lá chegar. A redução dos preços dos transportes ajudou a tornar as visitas de regresso dos migrantes mais praticáveis;
- As migrações internas e intra-regionais tendem a ser menosprezadas em detrimento às migrações internacionais;
- Existe um aumento de medidas extremas tomadas para regular a imigração pelos países desenvolvidos;
- As migrações, por razões de trabalho, continuam a ser o ponto central das discussões sobretudo neste contexto de globalização crescente.

Nestes últimos anos, os migrantes internacionais que se instalam num país de acolhimento e assimilam uma nova cultura são cada vez menos numerosos, isto é, as migrações permanentes dão lugar às migrações temporárias e circulares. De facto, assiste-se a um aumento das migrações por um período de tempo mais curto, tratando-se de projectos migratórios em que os migrantes regressam periodicamente ao seu país de origem, por períodos de tempo longos. Desta forma, as migrações revestem um carácter transnacional, isto é, os migrantes inserem-se numa comunidade de migrantes num ou vários países de

acolhimento, mantendo laços sociais fortes assim como ligações profissionais e políticas como o seu país de origem.

As migrações internacionais são cada vez mais caracterizadas por movimentos migratórios de pessoas qualificadas, resultado de uma economia globalizada e de uma explosão na utilização das tecnologias de informação e comunicação (Asiedu, 2005:3). A livre circulação das pessoas nos países mais desenvolvidos contribui para um aumento destes movimentos migratórios. Neste contexto, os fluxos diversificam-se e já não obedecem a uma lógica Sul-Norte no sentido único, os fluxos Norte-Norte e Norte-Sul, que caracterizam esta nova era das migrações, ganham cada vez mais importância (Castles e Miller, 1993) e desenvolvem-se num contexto de internacionalização crescente do mercado de trabalho. Assim, os movimentos migratórios dos países menos desenvolvidos para os mais desenvolvidos são cada vez mais restringidos pelas políticas de imigração, as fronteiras fecham-se para as pessoas menos qualificadas que se vêem obrigados a ficarem nas suas terras.

### **1.3. Migrações e desenvolvimento económico**

Migrações e Desenvolvimento são dois conceitos estreitamente relacionados. A deslocação de pessoas forja laços entre os países de acolhimento e os países de partida, dissemina o conhecimento, permite a formação de redes anteriormente inexistentes, orienta os investimentos e gera transferências de dinheiro. Além dos impactos positivos que as migrações provocam no desenvolvimento, existem, em determinadas situações, repercussões negativas, como a fuga de trabalhadores altamente qualificados ou os efeitos inflacionistas provocados pelas transferências de dinheiro para os países de origem devido a um aumento da procura ao qual o mercado não consegue responder a curto prazo.

Segundo o MPI (Migration Policy Institute) nos Estados Unidos, os conceitos de “migração” e “desenvolvimento” têm sido analisados em conjunto há mais de 30 anos. O debate actualmente centra-se não só numa óptica minimalista focalizada nas políticas do Estado mas também, numa visão alargada que consiste em olhar para os migrantes, em que surge a necessidade de haver “políticas de migrantes” na vez de “políticas de migração”.

As migrações levantam questões difíceis sobre a natureza do desenvolvimento. Por um lado, o desenvolvimento consiste num remédio para a pobreza e as migrações claramente contribuem para isso, com as transferências de fundos dos migrantes para seus países de

origem aumentando assim os rendimentos de suas famílias. Por outro lado, o desenvolvimento implica mudanças estruturais de longo prazo, isto é, o aumento do conhecimento e a qualificação do capital humano, a criação de mercados eficientes e acessíveis, o melhoramento dos serviços públicos, etc. Nesta perspectiva de longo prazo, os efeitos das migrações tornam-se mais complexos. Alguns autores argumentam que as migrações podem atrasar estas mudanças estruturais necessárias ao desenvolvimento e que contribuem, para os países desenvolvidos, para a fuga das pessoas mais motivadas e inovadoras (O'Neil, 2003:1-3).

Os fundos enviados periodicamente a partir do país de acolhimento para o país de partida, suscitam controversa quanto ao seu efeito do desenvolvimento e na economia do país de origem. A emigração, para o país de partida, reduz o desemprego dos mercados de trabalho saturados, alivia situações de “sobrepovoação” e é fonte de divisas que entram no país através dos envios de fundos dos nacionais residentes no estrangeiro. No entanto, certos analistas consideram que as remessas agravam a inflação das terras, dos bens imobiliários e dos bens de construção; outros acham que as remessas aumentam a produção dos bens referidos facilitando assim a importação de bens necessários. Alguns especialistas estimam que o dinheiro enviado pelos migrantes é desperdiçado em consumo em vez de ser investido na produção; outros afirmam ainda que, mesmo as despesas de consumo contribuem para estimular a economia e reduzir as necessidades de subvenções governamentais (Henkinbrant, 2001:31).

A maior parte da literatura recente sobre este assunto, focaliza-se na maneira de promover os benefícios das remessas no desenvolvimento sendo esta a visão positiva dos impactos no desenvolvimento social e económico das remessas para o país de origem. De facto, revela-se importante tirar partido do potencial que representam estas quantias de dinheiro enviadas pelos migrantes para que contribuam eficazmente para o desenvolvimento. A questão imperativa reside no facto de criar condições que facilitem estas transferências de fundos e aumentem a sua incidência no desenvolvimento, canalizando estes fundos para aplicações em bens de investimento e não em bens de consumo.

Os efeitos adversos da emigração sobre o crescimento económico ocorrem, inevitavelmente, quando os emigrantes são trabalhadores qualificados. Trata-se então de um fenómeno chamado ‘a fuga de cérebros’ (Brain Drain), podendo ser traduzido por um êxodo das competências. Segundo o Inquérito Mundial Económico e Social, (World Economic and Social Survey de 2004), publicado pela Nações Unidas, existem indicadores que apontam para um

crescimento deste fenómeno, sendo os Estados Unidos da América, o maior destino a nível mundial, de imigração de trabalhadores altamente qualificados.

### **1.3.1. O impacto económico no país de partida – as remessas dos emigrantes**

“Para o país de origem da corrente emigratória, a saída de muitos dos seus naturais funciona como válvula de escape para o seu mercado de trabalho, incapaz de proporcionar emprego a uma população activa crescente. A emigração corresponde, por um lado, a uma exportação invisível, uma vez que a população emigrada envia para o seu país uma parte substancial das poupanças conseguidas com o seu trabalho no estrangeiro, e por outro, a uma exportação de riqueza nacional, pelo facto da formação do emigrante representar um investimento cuja amortização não é feita no país de origem” (CEPEDA, 1988, pp.21-22). Os benefícios do fenómeno de emigração para o desenvolvimento do país de origem podem ser de âmbito microeconómico e de âmbito macroeconómico:

↪ Ao nível microeconómico, este fenómeno tem como consequência directa, o aumento dos rendimentos das famílias, proporcionando uma expansão do seu poder de compra.

↪ Ao nível macroeconómico, as transferências de rendimentos dos emigrantes têm efeitos notórios sobre a economia nacional dos países de origem dos emigrantes, contribuindo principalmente para um equilíbrio das contas do Estado.

Além das transferências de dinheiro, os migrantes podem também efectuar transferências de bens para seu país de origem sobretudo quando estes regressam de férias. Estes fluxos não são contemplados na balança comercial, uma vez que são realizados por conta própria dos indivíduos, assim como o transporte de dinheiro por canais não oficiais. Existem outros tipos de transferências tais como as transferências de tecnologia, de competências ou de modos de organização. Estes tipos de transferências tomam geralmente corpo quando os migrantes decidem regressar ao seu país de origem tendo um impacto notável no desenvolvimento local. Note-se também a importância que as transferências culturais constituem, contribuindo incontestavelmente para o enriquecimento sócio-cultural dos habitantes tanto dos países de partida como dos países de destino (Penent, 2003:7).

As transferências de fundos realizadas pelos trabalhadores migrantes estão no centro da análise socio-económica das migrações internacionais. De facto, o *emigrante* é maioritariamente considerado como uma pessoa activa e trabalhadora que tem tendência para poupar uma parte significativa dos seus rendimentos. Muitos autores que analisam os efeitos do projecto migratório ao nível económico defendem que estas transferências de fundos constituem os benefícios principais da emigração porque aumentam o rendimento nacional do país de origem, contribuem para o aumento da entrada de divisas que limitam a dívida ao exterior ou consolidam sua independência financeira, e mais ainda, aumentam os investimentos no país de origem. Outros autores, criticam as migrações enquanto factor de desenvolvimento para o país de origem, defendendo que os fundos enviados pelos migrantes são gastos em bens de consumo e são investidos no sector terciário na vez de serem aplicados em bens industriais de investimento que condicionam o desenvolvimento (Garson & Tapinos, 1981).

Entende-se por remessas de migrantes a parte dos ganhos que um migrante internacional envia, a partir do seu país de residência, para o seu país de origem (OIM, 2004:3). Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), as remessas podem ser categorizadas da seguinte forma:

- **Remessas monetárias:** porção dos rendimentos dos migrantes que é enviada para o país de origem.
- **Remessas sociais:** as remessas dos migrantes não se restringindo unicamente ao aspecto monetário, é de salientar a importância das remessas sociais, isto é, as ideias, as práticas, as identidades e o capital social que vão dos países de residência dos migrantes para seus países de origem. As remessas sociais são transferidas pelos migrantes e pelos viajantes ou então são enviadas por carta ou por outra forma de comunicação como por exemplo, por telefone, fax, vídeo ou Internet (Levitt, 1996:6-7).

As transferências de dinheiro são efectuadas através de diversos canais, sendo possível a sua quantificação apenas através dos canais oficiais. Os números oficiais publicados não contemplam normalmente os fundos enviados pelos canais informais ou transportados pelos próprios migrantes, o que leva vários especialistas a acreditar que os dados publicados referentes a quantificação das remessas dos migrantes deverão estar subavaliados (O'Neil, 2003:9). Os bancos, os serviços postais e os estabelecimentos financeiros, são oficiais mais utilizados nas transferências internacionais de dinheiro efectuadas pelos migrantes. Seguem os organismos sociais e patronais que efectuam transferências por conta do migrante e da



respectiva família. Por fim, existem os canais não oficiais, isto é, as letras de crédito, o transporte de dinheiro pelo próprio migrante ou por um membro da comunidade ou família, aquando de ida ao país de origem.

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2003 as remessas dos trabalhadores emigrantes no mundo inteiro representaram 79,5 mil milhões de dólares, contra 33,1 mil milhões de dólares em 1991. A tendência para o crescimento é significativa e é acompanhada pelo crescimento dos fluxos migratórios (a OCDE prevê um crescimento dos fluxos migratórios a um ritmo de 2 a 3% por ano). A União Europeia representa a maior fonte de envio de remessas seguida pelos Estados Unidos e pelo Médio Oriente, sendo estes fluxos correlacionados positivamente com o desenvolvimento nos países de acolhimento (ONU, 2004:107-109). Em relação aos países que recebem esses fundos, a América Latina recebe a parte mais significativa do total, em 2003, as remessas dos migrantes representaram, para este continente, um total de 38 mil milhões de dólares, ultrapassando assim todos os investimentos estrangeiros directos e as ajudas públicas para o desenvolvimento.

#### **1.3.1.1. Os impactos ao nível microeconómico**

O principal factor de mantimento do envio de remessas por parte dos migrantes, consiste na existência de laços afectivos entre o migrante e o país de origem. Costa Leite (2003:2) defende que quando os afectos se extinguem, acabam as remessas. Desta forma, as remessas têm-se tornado a prova mais evidente das ligações que conectam os migrantes às suas sociedades de origem. Os migrantes ajudam a manter importantes laços sociais e económicos entre os países de acolhimento e os países de partida, laços que favorecem o desenvolvimento e melhoram as condições de vida das famílias dos migrantes. Quantificar o impacto económico dos bens individuais acumulados pela imigração revela-se uma tarefa muito difícil uma vez que estes bens podem ser de difícil medição e podem ser conjugados com outros factores de desenvolvimento económico. Contudo, as migrações aumentam, sem dúvida, o rendimento disponível das famílias. Além de representarem simples transferências de dinheiro, as remessas dos migrantes contribuem directamente, para o desenvolvimento local e regional incidindo sobre sectores como a construção, a agricultura, a hotelaria, entre outros.

Assim, uma das principais razões do envio de fundos reside no facto dos migrantes permitirem às suas famílias, residentes no país de origem, responder às necessidades

essenciais, trazendo consequências directas para o desenvolvimento a nível da saúde, da educação, da demografia e da cultura entre outras áreas. Assim, as remessas representam, ao nível microeconómico, um fenómeno que contribui para o desenvolvimento sendo este o seu aspecto positivo. No entanto, o envio de fundos por parte dos migrantes apresenta características que se revelam, em alguns casos, consequências negativas para a economia (cf. figura 1).

**Figura 1 – Impactos das remessas ao nível microeconómico**

Impactos Positivos	Impactos Negativos
<ul style="list-style-type: none"> <li>+ As despesas de consumo são acrescidas, providenciando assim, uma dinamização e um crescimento do mercado local. De facto, as remessas surgem como um estímulo significativo sobre a procura privada.</li> <li>+ O nível de vida das famílias dos migrantes que permaneceu no país aumenta.</li> <li>+ Nos espaços rurais, é introduzido pelos emigrantes, um certo grau de modernização, que vem alterar os hábitos de consumo das pessoas que lá vivem e dos seus vizinhos pelo fenómeno de imitação.</li> <li>+ Os projectos tais como a construção de uma casa ou o investimento em pequenos comércio, têm incidências no desenvolvimento local e nomeadamente no que diz respeito à criação de emprego.</li> <li>+ As remessas são investidas em capital humano quando contribuem para as despesas de saúde e de educação das famílias dos emigrantes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os fundos transferidos pelos migrantes são gastos em bens de consumo e não investido em bens de capital. De facto, os factores chaves de desenvolvimento económico, tais como o investimento, o equipamento, as infra-estruturas, a energia, as telecomunicações, o reforço jurídico, não são os sectores habituais de intervenção dos migrantes (Penent, 2003, pp.7-8).</li> <li>- Existem vários trabalhos elaborados que mostram o efeito inflacionista que pode ter o envio de fundos para o país de origem. Este efeito resulta de uma procura que não encontra solvabilidade e que toma medidas não comparáveis àquelas habitualmente enfrentadas com o resto da população local que não recebe rendimentos do exterior.</li> <li>- Estas transferências de fundos podem contribuir para um aumento da dependência das famílias residentes no país de origem, substituindo-se a outra formas de rendimentos.</li> </ul>

### 1.3.1.2. Impactos ao nível macroeconómico

Ao nível macroeconómico, as remessas dos migrantes têm sido consideradas, pelos economistas, como um factor chave para o equilíbrio da balança comercial, através do aumento das transferências privadas provenientes do estrangeiro. No entanto, estes impactos macroeconómicos do fenómeno migratório, num sentido mais lato, os laços transnacionais de longa distância, têm sido negligenciados pelos especialistas do desenvolvimento e pelos políticos. De facto, não têm sido suficientemente considerados os efeitos económicos destes laços e actividades transnacionais que são variados e multidireccionais (Sorensen, 2004:20). Segundo Orozco (2003), as remessas constituem apenas um aspecto do contexto lato dos contactos e das redes económicas e sociais estabelecidas entre os migrantes e sua comunidade de origem. Orozco assume uma ligação directa entre o fenómeno migratório e o turismo, resumindo o impacto das migrações internacionais no desenvolvimento económico em 5 Ts: Turismo, Trade (Comércio), Transferências, Transportes e Telecomunicações (cf. figura 2).

**Figura 2 - Globalização e Migrações: os 5Ts da Integração na Economia Global**



Adaptado de Orozco, 2003b, in Sorensen, 2004, p.21

### 1.3.2. Impacto económico no país de acolhimento

Uma das principais razões que levam as autoridades de determinados países a instaurar políticas favoráveis à vinda de migrantes estrangeiros, reside nas condições nas quais se encontra o mercado de trabalho no momento. Nos países do Ocidente e do Norte da Europa, devido ao abrandamento demográfico provocado essencialmente pela Segunda Guerra Mundial, assistiu-se a uma falta notável de mão-de-obra, num cenário imperativo de reconstrução e de um novo arranque da economia. Nestas condições, o ajuste demográfico e económico realizou-se através da imigração essencialmente proveniente dos países do sul da Europa (Itália, Espanha, Grécia, Portugal, Turquia) e do Magreb. Os imigrantes constituem mão-de-obra complementar ocupando postos de trabalho pouco qualificados e mal remunerados que os nacionais recusam ocupar. Nos anos pós-guerra, a indústria beneficiou muito desta mão-de-obra suplementar permitindo o rápido desenvolvimento de alguns sectores, tais como o sector automobilístico por exemplo.

Em meados dos anos 70, após o choque petrolífero, os países europeus de imigração decidiram reduzir e depois suprimir a imigração de trabalhadores estrangeiros, medidas tomadas devido a alterações ocorridas na conjuntura económica, mas também a mutações sociais. Por um lado, assistiu-se a um abrandamento do crescimento económico que se repercutiu nas taxas de desemprego que começaram a subir significativamente. Por outro lado, as mulheres começavam a aceder cada vez mais ao mercado do trabalho assim como as gerações do dito “Baby Boom”. O recrutamento de trabalhadores estrangeiros deixou de ser um mecanismo necessário para o ajuste do mercado de trabalho, pois neste contexto prejudicava o emprego e os salários dos cidadãos nacionais e dos estrangeiros já estabelecidos.

Para o país de acolhimento a imigração tem consequências directas no mercado de trabalho, enquanto factor de regulação, a imigração levanta questões sobre as potencialidades de substituição e de complementaridade dos cidadãos estrangeiros e nacionais. Neste sentido, a interrupção da imigração tem como objectivo a ocupação, por cidadãos nacionais ou já presentes no território, dos eventuais postos de trabalho vagos ou criados. No entanto, ao admitir-se que os trabalhadores nacionais e os trabalhadores estrangeiros ocupam segmentos distintos no mercado de trabalho, e que são por consequência complementares, a vinda de mão-de-obra estrangeira para um país de acolhimento não aumenta necessariamente a taxa de desemprego.

Uma análise feita em França, com base nos dados recolhidos por região no decorrer do inquérito «Emprego 1985» do INSEE (Instituto Nacional de Estatística em França), estabelece que todas as categorias de imigrantes são complementares às dos cidadãos nacionais e que o aumento de 10% de qualquer das categorias de migrantes tem um efeito insignificante sobre os salários das outras categorias (De Rugy, 2000:14-15). Todavia, segundo a ONU, nestas últimas décadas os salários dos imigrantes têm vindo a descer comparados com os dos nativos.

#### **1.4. Outras dimensões dos movimentos migratórios**

Além da importância da dimensão económica, os movimentos populacionais podem suscitar outras abordagens interessadas na compreensão das populações e de suas dinâmicas, isto é, focalizadas nas movimentações de culturas. “Migrar é também difundir histórias, hábitos de cultura, memórias e acções ambientais pelos diversos cantos do planeta e, ao mesmo tempo, absorver outras histórias, outras culturas, metabolizar outros ares, outros ambientes” (Carvalho, 2001). Esta dimensão revela-se de grande importância na constituição de redes transnacionais promovendo assim, a mobilidade das pessoas e a circulação dos migrantes entre os diversos países. Costa Leite (2003) afirma que “com o passar do tempo, a emigração estabelece, nas novas terras, comunidades de pessoas com fortes ligações às comunidades de origem, ligações que se tornam ainda mais complexas quando o regresso de uma parte dos emigrantes resulta na existência, nos dois países, de pessoas com experiência de vida dos dois lados da emigração, com tudo o que isso implica de diversidade de experiências e contactos, interesses e afectos, parentesco e amizades”.

Os efeitos demográficos das migrações têm ganho muita importância, sobretudo em sociedades caracterizadas pelo envelhecimento da população crescente e por uma descida das taxas de natalidade. Em 2001, mais de três quartos do crescimento da população na União Europeia deveu-se à imigração, no caso de Espanha, o país com menor índice de fecundidade da União Europeia, este número ascende a 80% (Collado et al., 2003:2). Nestes países, o ratio entre a população activa e a população reformada é cada vez mais elevado, sendo a imigração uma possível resposta a este problema, aumentando a força de trabalho e as contribuições para a Segurança Social.

## 1.5. Conclusão

Os efeitos económicos das migrações e o seu impacto directo e indirecto no desenvolvimento, tanto nos países de partida como nos países de acolhimento, são inegáveis e abrangem várias dimensões. É de considerar que a contribuição dos migrantes para o desenvolvimento não constitui de todo a panaceia e o reforço dos seus impactos positivos é desejável e necessário de forma a contribuir para um desenvolvimento mais participativo e sustentável das economias. Os efeitos positivos das transferências dos migrantes são indiscutíveis, apesar de não existir uma relação de causa/efeito evidente entre as remessas dos migrantes e o desenvolvimento.

O desenvolvimento económico provocado pelo fenómeno migratório reflecte-se nos diversos países em que as populações apresentam dinâmicas significativas ao nível das movimentações populacionais. Compete às autoridades integrar estas movimentações com as políticas de desenvolvimento económico e social aproveitando assim, com maior eficácia, os efeitos positivos das migrações nas sociedades.

A dimensão social das migrações assume-se cada vez mais como dimensão do turismo. De facto, o turismo traduz-se como a consequência directa do projecto migratório, na medida em que, através de viagens periódicas à terra de origem, os migrantes mantêm os laços de diversas naturezas, com a sua terra de origem. Assumindo que os movimentos migratórios constituem uma constante na história das populações e que o seu crescimento tem sido notável nos últimos tempos, embora com características diferentes, é de salientar que o turismo dos migrantes deve ser considerado com toda a importância e o potencial que este mercado envolve.

## **CAPÍTULO 2 – Portugal: País de Migrações**

---

## **2.1. Introdução**

Portugal é um dos países que, em termos percentuais, tem apresentado ao longo dos tempos, uma das maiores taxas de emigração, tanto a nível europeu como a nível mundial. A emigração portuguesa, caracterizada por vários autores como sendo uma condição estrutural da sociedade portuguesa, tornou-se uma constante na História de Portugal com oscilações mais acentuadas em determinados períodos.

Destacam-se três períodos marcantes na história da emigração portuguesa, facto que reúne consenso entre os autores que aprofundaram o tema da emigração portuguesa. A primeira vaga de emigração, o movimento intercontinental situou-se nos finais do século XIX e inícios do Século XX, a segunda vaga, o movimento intra-europeu e colonial, afirmou-se entre os anos sessenta e setenta do século passado, actualmente assiste-se a fluxos emigratórios marcados pelo seu carácter temporário.

Em primeiro lugar, o presente capítulo expõe as características da emigração portuguesa ao longo das suas diversas manifestações no tempo, aprofundando o estudo do movimento intra-europeu. De facto, importa estudar as viagens periódicas de regresso a Portugal destes indivíduos que emigraram neste período e analisar o potencial da segunda e terceira geração de emigração. Em segundo lugar, é analisada a emigração portuguesa nas últimas décadas do século XX e do início do século XXI e é avaliado o seu impacto na economia portuguesa. Por fim, é demonstrada a importância das comunidades portuguesas residentes no estrangeiro e as suas ligações com Portugal.

## **2.2. Características da emigração portuguesa**

Ao longo dos anos, a emigração de trabalhadores portugueses tem-se revelado como um fenómeno constante, tomando grandes proporções em certas épocas da História de Portugal. Este movimento tem tido consequências importantes para Portugal em domínios tais como a economia, a demografia, a cultura, entre outros, visíveis tanto a nível nacional como a nível regional e local.

Considerada por Serrão (1976) como “uma constante estrutural” da sociedade portuguesa, a emigração tem sido o refúgio de muitos portugueses. De facto, numa situação de precariedade face ao trabalho e frente aos apelos dos países a colonizar (movimento



transoceânico) e dos países industrializados numa época mais recente (movimento intra-europeu), grande número de portugueses optaram por procurar ir trabalhar para países com níveis salariais muito superiores. Portugal conheceu diversas eras migratórias provocadas por acontecimentos sociais, económicos e políticos tanto ao nível nacional como internacional, segundo Costa Leite (1999), “cada época concretiza necessidades e oportunidades distintas, com as suas formas próprias de emigração”. Assim, ao longo dos séculos, foram-se formando movimentos migratórios massivos e concentrados, com características ajustadas aos acontecimentos históricos que se foram verificando.

### **2.2.1. Histórico**

A emigração portuguesa remonta a tempos recuados, vários autores apontam como sendo o seu início, a época dos Descobrimentos. Desde os Descobrimentos até aos nossos dias, um fluxo interrupto de portugueses disseminou-se pelas diferentes partes do mundo à procura de uma vida melhor. “É dado como ponto assente que o século XV serve de marca cronológica ao início das irradiações que os portugueses fizeram a partir do Reino, tendo como pontos de destino iniciais as praças marroquinas (Ceuta em 1415) e as ilhas dos arquipélagos do Atlântico: primeiro Porto Santo e Madeira (1420-1425), depois as ilhas dos Açores (1427) e Resgates da Guiné” (Rocha-Trindade, 1995: 147-148).

Segue-se a enorme saída da população portuguesa para África e para as Índias Orientais e Ocidentais, facto que passou a ser uma constante a partir do início do século XVII, após a descoberta das minas de ouro e de pedras preciosas no Brasil (Arroteia, 2001). Naquela época, as saídas de portugueses do território tornaram-se mais significativas com a necessidade de ocupação dos territórios recém-descobertos. Os pontos-chave espalhados pelo vasto império comercial português eram de grande importância estratégica para as transacções comerciais, atraindo quantidades consideráveis de pessoas que acabaram por se fixar nesses locais. Nessa altura, surgem outros tipos de emigrantes, distinguindo-se “o colono”, o emigrante que emigra por iniciativa do Estado no quadro de um plano nacional, daquele que deixa a sua terra natal por motivos pessoais, à busca de uma situação socio-económica melhor.

**Tabela 1 - Estimativa das saídas de Portugal para o Exterior (1500 – 1760)**

Período	Nº de Saídas
1500 – 1580	280.000
1580 – 1640	300.000
1640 – 1700	120.000
1700 – 1760	600.000

Fonte: Serrão, 1982:82

A tabela 1 apresenta uma estimativa das saídas de portugueses para o estrangeiro no período de 1500 a 1760 e mostra que as saídas de portugueses para novas terras tiveram importância no século XVI, diminuíram no século XVII e alcançaram níveis altos no século XVIII, na dita época do ouro. A perspectiva de um enriquecimento fácil proporcionada pelas descobertas mineiras constituiu uma das grandes causas da emigração para o Brasil ao longo dos séculos XVII e XVIII. As saídas volumosas para o Brasil, provocaram alguma consternação por parte do domínio político em Portugal. Apareceram sinais de preocupação governamental em Lisboa a propósito do declínio no número de migrantes que regressavam a Portugal. O império comercial estava povoado por portugueses, no entanto, as entidades governamentais, como os próprios emigrantes, se haviam convencido de que iriam retornar ao país após terem constituído fortuna (Higgs, 1990:13). Ao longo do século XVI, a Índia e o Brasil constituíam os principais destinos da emigração portuguesa, tendo sido a Índia a receber mais emigrantes portugueses na primeira metade do século e o Brasil na segunda metade.

O final do século XIX representa um marco na emigração portuguesa: depois da independência do Brasil, em 1822, e com a abolição da escravatura neste país, em 1888, têm lugar modificações essenciais, quer quantitativas, quer qualitativas na emigração portuguesa (Ferreira, 1976:34). Neste período surge uma revolução industrial na Europa que Portugal não acompanha o que tem como consequência a directa, o aumento do fosso ao nível do desenvolvimento económico existente entre Portugal e os outros países europeus. O interesse para o Brasil aumenta e inicia-se o movimento transoceânico, em que o Brasil teve um papel preponderante. O movimento transoceânico mantém-se até os finais da década de cinquenta do século XX, nessa altura, o Brasil deixa de ser o principal destino da emigração portuguesa, deixando lugar aos países industrializados europeus.

A reconstrução de uma Europa mortificada pela Segunda Guerra Mundial foi o principal factor que contribuiu para o aparecimento de uma corrente migratória considerável em resposta à

falta de mão-de-obra que sentia os países industrializados de Europa. Iniciando-se na Europa mediterrânica, este recrutamento, estendeu-se ao continente africano, por via de relações coloniais existentes, surgindo um novo padrão das migrações internacionais (Arroteia, 1983:53).

### **2.2.2. Causas da emigração portuguesa**

Relativamente às causas da emigração portuguesa, Serrão (1972) considera a emigração como “uma espécie de válvula de segurança da estrutura mais ou menos tradicional” da sociedade portuguesa, pelo que as causas directas destes movimentos se devem encontrar na situação económica do país e no estado de desenvolvimento das suas regiões (Arroteia, 2001). Rocha-Trindade (1973) afirma que as causas principais do movimento emigratório em Portugal decorrem das “motivações de natureza económica: impossibilidade de sobreviver; impossibilidade de realizar investimentos permitindo melhorar as condições de vida própria e da sua família”. O facto é que as causas vão tomando características diferentes ao longo dos diversos períodos de tempo e ciclos de movimentos migratórios. Enquanto que nos séculos XVI, XVII e XVIII, tratava-se de responder às necessidades de colonização de novas terras conquistadas, nos século XIX quando o movimento transoceânico começa a tomar amplitude, as saídas de portugueses do território canalizam-se principalmente para o Brasil onde as descobertas de minas de ouro e de outros recursos contribuem para um incremento do mito do enriquecimento fácil. Além do mais, a abolição da escravatura nessa altura fez aumentar a necessidade de recorrer a mão-de-obra estrangeira por parte das autoridades brasileiras.

No período qualificado de movimento intra-europeu (1955 – 1974), as causas ajustaram-se à realidade social e económica de Portugal na altura, o Brasil deixou, no decorrer dos anos sessenta, de representar o principal destino da emigração portuguesa para deixar seu lugar aos países europeus.

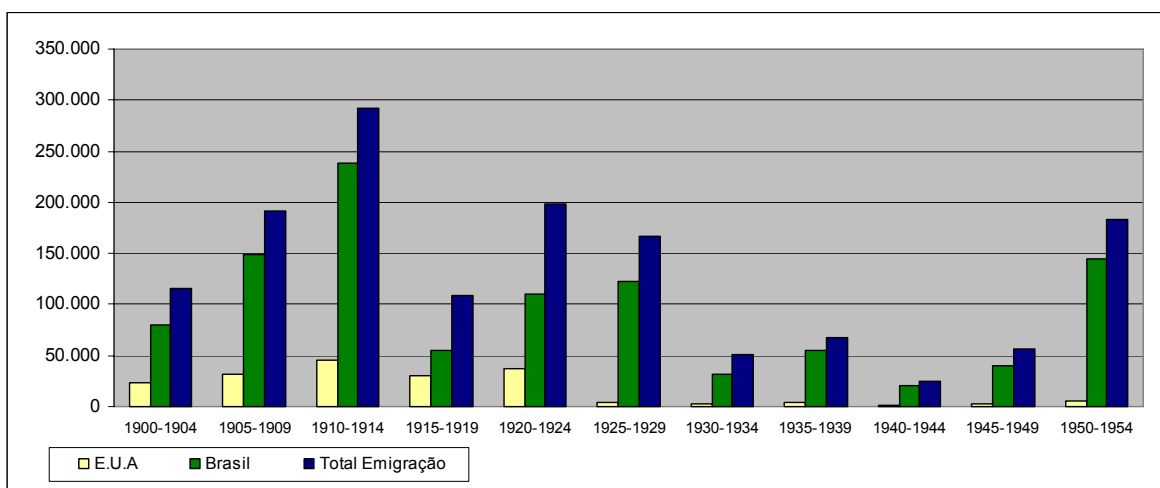
### **2.2.3. O Movimento Transoceânico**

O século XIX caracterizou-se, na história da emigração portuguesa, pelas saídas intensas de emigrantes portugueses para as Américas essencialmente para o Brasil, dando início ao chamado movimento transoceânico. No decorrer desse século, o fenómeno emigratório português adquiriu características novas, “deixou de estar integrado predominantemente num

projecto imperial e tornou-se uma resultante das distorções do desenvolvimento capitalista dependente. O desaparecimento do tráfico negreiro entre 1850 e 1870 e um pouco mais tarde a própria supressão da escravatura põe os novos países americanos diante da necessidade de substituir a fonte de mão-de-obra. É então que principia a emigração em grande escala para a América” (Pereira, 1981:7-10).

Nos finais do séc. XIX e no início do século XX, o Brasil e os Estados Unidos representam os dois principais destinos da emigração portuguesa (cf. figura 3), todavia assiste-se a uma diversificação dos destinos aparecendo países como o Canada, a Venezuela e a África do Sul.

**Figura 3 - Emigração portuguesa no período 1900 – 1954 (número de saídas legais)**



Fonte: Boletim Anual da SECP, in Portugal Migrante, Garcia, 2000, Quadro A.6 e A.7

Em termos globais, os dois grandes países receptores, no período que decorre entre 1900 e 1950, são o Brasil, com 903.000 imigrantes portugueses chegados e os Estados Unidos da América, com 181.000, sendo o número de emigrantes registados para todos os outros países nesse mesmo período de 190.000 (Rocha-Trindade, 1992:5).

### **2.2.3.1. O movimento emigratório para o Brasil**

O Brasil constituiu, desde meados do século XVI até aos primeiros anos da década de 60 do século XX, o principal destino da emigração portuguesa (Arroteia, 1983:23), atingindo o seu

auge no período 1891-1900. Das 218.782 saídas oficiais registadas neste referido período, 93,1%, dirigiram-se para o Brasil. A importância deste país enquanto destino do movimento emigratório português deveu-se principalmente a uma política de imigração brasileira muito favorável. O Brasil necessitava de mão-de-obra que viesse substituir o trabalho escravo e alargar a área agrícola, permitindo assim o aproveitamento de zonas despovoadas. O recrutamento de imigrantes portugueses, tal como sucedia com mão-de-obra de outras nacionalidades, era objecto de uma actividade organizada sob a forma empresarial e várias companhias e angajadores que neste negócio recebiam subsídios do governo brasileiro ou trabalhavam directamente para governos federais (Rocha-Trindade, 1982: 12). “No Brasil essas oportunidades manifestaram-se primeiro com a cultura do tabaco e da cana sacarina, feita à custa de mão-de-obra escrava, mas que necessitavam de ser enquadrada por europeus; posteriormente, a partir do fim do século XVII, com a descoberta do ouro e pouco depois de jazigos de pedras preciosas; finalmente, com o início do cultivo do café, cerca de 1760, e com o aumento da dimensão da população da colónia, criaram-se numerosas oportunidades de trabalho, sobretudo no sector do pequeno comércio e da indústria” (Higgs, 1990:11).

Além das condições favoráveis providenciadas pelas autoridades brasileiras, o Brasil era alimentado pelo mito do enriquecimento fácil e constituía uma fonte de motivação muito grande junto do povo português proveniente predominantemente do sector primário. Com as saídas massivas de portugueses com idade e condições para trabalhar, Portugal deparou-se perante um fenómeno que provocou desequilíbrios demográficos e sociais significativos, levando o governo português a tomar medidas de restrição da emigração. Esta preocupação governamental já existia desde os séculos XV e XVI, e operacionalizou-se com medidas como por exemplo a Lei de 20 de Maio de 1720 que autorizava apenas a transferência dos funcionários em serviço ou a deslocação de particulares que justificassem a realização de transacções consideráveis; a emigração não legal, por seu turno, era violentamente punida pela perda de cargos e da própria nacionalidade (Pereira, 1981:48).

No início do século XX, as saídas para o Brasil tomavam grandes proporções atingindo o seu auge em 1913 com aproximadamente 76.700 saídas de portugueses. A primeira guerra mundial assim como a crise americana de Outubro de 1929, vieram quebrar a continuidade do crescimento da emigração portuguesa.

Na segunda metade do século XX, a Europa começa a ter um papel significativo, na eleição de destinos de emigração dos portugueses. É a partir de 1963 que se dá o fim da predominância do Brasil enquanto destino de emigração da população portuguesa em

detrimento da Europa, altura em que a França se torna o principal destino dos portugueses emigrantes até 1974.

#### **2.2.3.2. A emigração para os Estados Unidos**

Os Estados Unidos tiveram um papel significativo no movimento transoceânico absorvendo inúmeros trabalhadores portugueses. Desde o início do século XX até ao começo da Primeira Guerra Mundial, o número de portugueses que emigraram para os Estados Unidos terá sido de 100.073, representando 16,7% do total da emigração oficial ocorrida nesse período (Arroteia, 1983:31). Nos anos seguintes, e no período até ao fim do primeiro quartel do século, a emigração para os Estados Unidos mantém uma certa constante (cf. Figura 2). Nos anos trinta, observa-se uma grande descida das saídas de portugueses para o estrangeiro e por consequência para os E.U.A.

A partir dos anos 60 no século XX, o movimento emigratório para os E.U.A. retoma alguma importância acentuada sobretudo na década de 70. A principal região de origem dos emigrantes que partiam para os E.U.A. era os Açores, entre 1955 e 1974 representavam cerca de 56% da totalidade das partidas para este país.

No final dos anos 90, os E.U.A mantêm entradas de emigrantes de forma estritamente controlada, impondo-se como um dos destinos mais apetecidos da emigração devido à expectativa oferecida pelos seus elevados padrões de vida (Rocha-Trindade, 1995).

#### **2.2.4. O movimento intra-europeu**

Após a segunda Guerra Mundial, verifica-se no contexto internacional europeu, o início de um período de reconstrução dos países industrializados europeus, assim como o aparecimento de uma diversificação dos sectores de actividade e a instalação de novas indústrias. Assiste-se a um período de crescimento económico considerável, “as trinta gloriosas” (1945 a 1974), em que o poder de compra dos consumidores aumenta e as taxas de desemprego estão nos seus mais baixos níveis.

Com falta de mão-de-obra, os países europeus iniciaram processos de recrutamento nos países da Europa mediterrânica estendendo-se ao continente Africano por vias de relações

coloniais existentes. Países como a França e a Alemanha entre outros, tiveram que fazer face a um desequilíbrio notável dos respectivos mercados de trabalho. Nessa altura, os trabalhadores nacionais, cada vez mais qualificados, começaram a recusar determinados tipos de trabalhos que não exigiam um nível de qualificação elevado, caso que se fez notar nomeadamente, em sectores como o da construção civil e o da indústria.

A partir da década de 60, a emigração tornou-se o grande factor de destruturação-recomposição da sociedade tradicional e rural portuguesa (Lopes, 1999). As facilidades de recrutamento oferecidas por estes países industrializados, assim como as dificuldades que surgiram desde os anos trinta à entrada de mão-de-obra não especializada no continente sul-americano e o incremento da emigração clandestina, são factores que contribuíram para que a corrente emigratória portuguesa mudasse o seu rumo. Progressivamente os fluxos abandonaram a orientação tradicional transoceânica e dirigiram-se de forma massiva para Europa.

O movimento intra-europeu é consequência das características da sociedade portuguesa nessa época e da atractividade que representavam as sociedades industrializadas dos países do norte da Europa. Arroteia (1983), mostra que existiram condicionalismo internos e externos em Portugal que condicionaram este movimento emigratório.

#### Condicionalismos Internos:

- As estruturas sociais e económicas principalmente nas áreas rurais, de onde partiam o maior número de emigrantes;
- A fragmentação das parcelas rústicas, sobre tudo nas regiões do Norte e do Centro;
- A baixa produtividade do sector agrícola;
- A fraca preparação e qualificação técnica dos empresários;
- A persistência de técnicas repetitivas tradicionais empregando fortes contingentes de mão-de-obra fragilizando assim fortemente o sector primário;
- A industrialização de carácter tradicional e de tecnologia pouco desenvolvida incapaz de absorver os excedentes de mão-de-obra proveniente do sector primário;
- Um afrouxamento dos níveis de investimento durante quase toda a década de sessenta, provocando um abrandamento da criação de novos empregos;

- Um sector terciário que não conseguia absorver trabalhadores que deixavam as áreas rurais;
- A mobilização prolongada do serviço militar acelerou estes desequilíbrios.

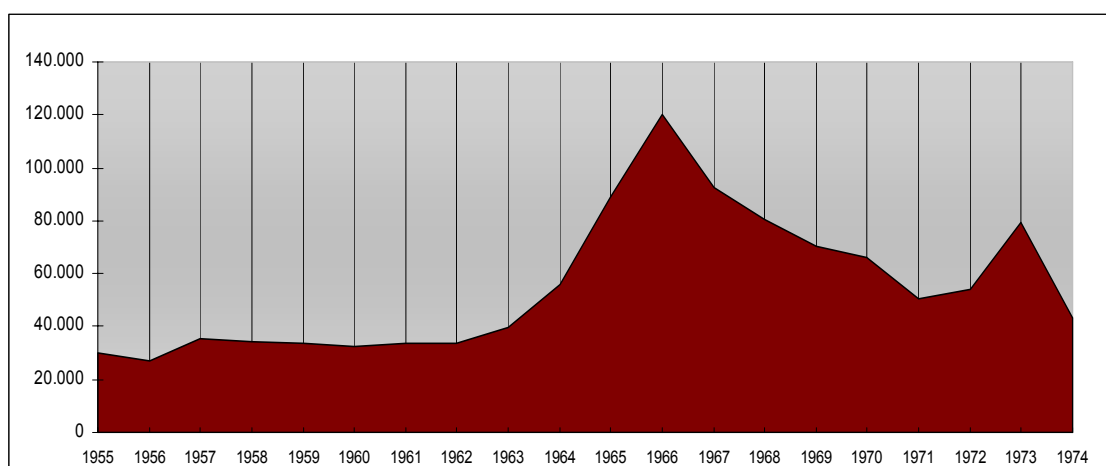
#### Condicionalismos externos:

- O encerramento do canal tradicional, isto é a emigração para o Brasil;
- A abertura de novas perspectivas na Europa que se encontravam em plena fase de expansão num período que sucede.

No que diz respeito ao volume de partidas registadas pelas autoridades, o movimento intra-europeu traduziu-se no movimento emigratório mais significativo na história da emigração portuguesa, tendo sido contabilizadas 1.097.525 saídas de portugueses para o estrangeiro. O ponto máximo do número de saídas foi atingido em 1966, com um total que ultrapassou 120.000.

A figura 4 apresenta a evolução da emigração portuguesa no período 1955-1974 e mostra que o fenómeno ganhou particularmente importância no período de 1963 a 1966, em que as saídas de trabalhadores portugueses para o estrangeiro não cessaram de aumentar a um ritmo elevado. A partir dessa altura, a corrente foi diminuindo mas mantendo-se elevada até 1974, data em que este movimento representava ainda 40,5% do total das saídas legais registadas (Arroteia, 1983:67-87).

**Figura 4 - Emigração portuguesa no período de 1955-1974 (número de saídas legais)**



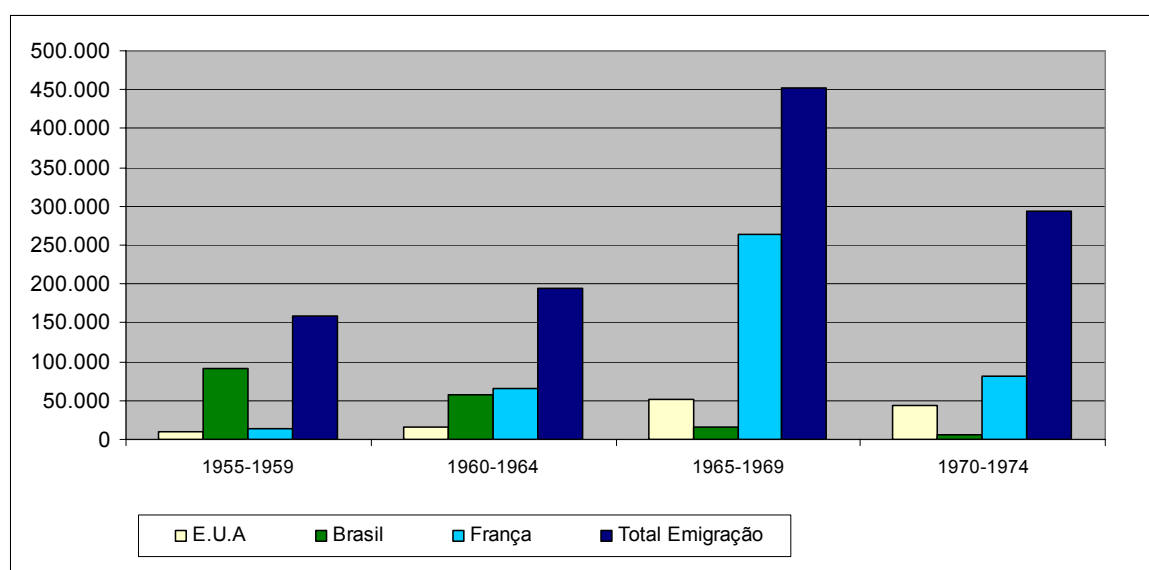
Fonte: Rocha-Trindade, 1992:8, Quadro II



### 2.2.4.1. Os principais destinos do movimento intra-europeu

Embora a emigração transoceânica se tenha mantido, o progressivo engrossamento das correntes intra-europeias, provocando uma viragem nos destinos de emigração, assume uma expressão quantitativamente crescente de tal modo que as saídas para França ultrapassam, a partir do ano de 1963, as saídas para o Brasil (Rocha-Trindade, 1988:314 *in* Garcia, 2000:35). A figura 5 demonstra que de facto, a partir de meados dos anos 60, os portugueses começam, na sua maioria, a trocar destinos do continente americano por destinos europeus.

Figura 5 - Destinos da Emigração Portuguesa entre 1955 e 1974



Fonte: Boletim Anual da SECP, in Portugal Migrante, Garcia, 2000, Quadro A.7<sup>o</sup>

#### ***A França: principal destino do movimento intra-europeu***

O fluxo de portugueses para França começou a desenhar-se a partir dos finais dos anos 50 mas a partir da década de 60 a França impõe-se como destino preferencial da emigração portuguesa, superando o Brasil. Durante cerca de uma década, até 1974, a França constitui o principal pólo de atracção da emigração portuguesa. Com menor importância a nível do volume de entradas, a Alemanha, a Suíça, a Holanda, o Luxemburgo, a Bélgica, o Reino Unido e a Espanha também acolheram emigrantes portugueses. Segundo Pires de Lima (1974), um décimo da população portuguesa abandona o território português entre 1964 e 1974, e metade destes portugueses emigra para França.

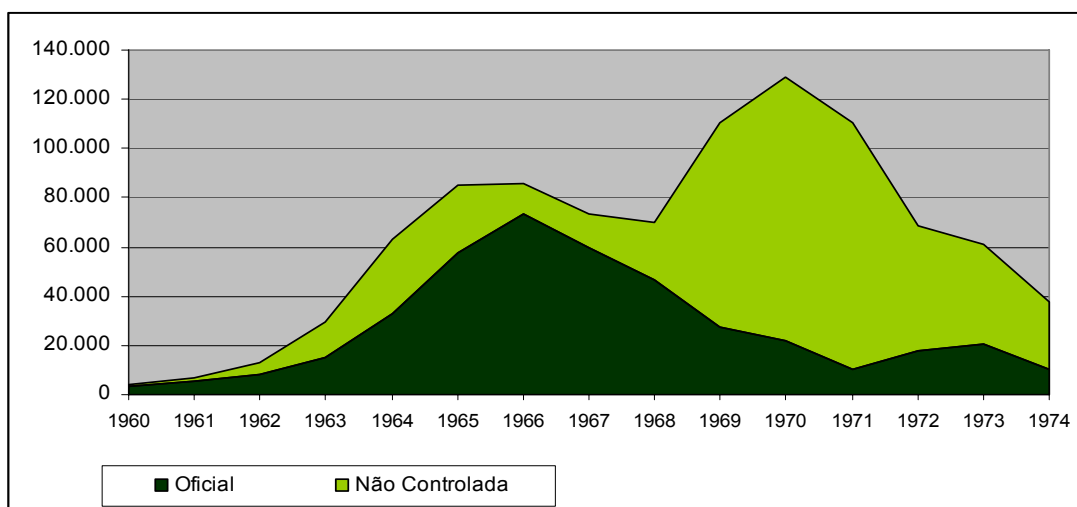
#### **2.2.4.2. Perfil do emigrante português no movimento intra-europeu**

A emigração para os países industrializados da Europa, “na sua intensidade e concentração no tempo, desequilibrava a pirâmide etária, o rácio de masculinidade, a distribuição sectorial e a relação entre as cidades e o mundo rural. Portugal mudava tanto em função dos que saíam como dos que ficavam” (Costa Leite, 2003). O perfil do emigrante português para os países industrializados da Europa e nomeadamente para França resume-se ao jovem de aproximadamente 20 anos, do sexo masculino, de baixo estatuto socio-económico e habilitações literárias limitadas. Tratava-se de uma população predominantemente activa e adulta (91% dos emigrantes registados entre 1955 e 1975 tinham menos de 44 anos de idade), do sexo masculino (59% dos casos). Contudo, nos finais dos anos sessenta e após a crise petrolífera de 1974, o reagrupamento familiar toma proporções importantes contribuindo então, para o aumento da emigração feminina e da população jovem. O Regime totalitário em Portugal e a guerra colonial constituíram outro factor decisivo no aumento da emigração de jovens portugueses nesta época. Estes jovens de sexo masculino partiam então para não serem submetidos ao serviço militar que os mobilizava para a guerra em África. Segundo as Forças Armadas Portuguesas, 150.000 jovens portugueses não se submeteram ao serviço militar, sob todas as formas, no período de 1961 a 1974 (Volovitch-Tavares, 2001).

No que diz respeito às origens profissionais, é de notar que numa primeira fase, o sector primário é predominante (30%), seguindo-se o sector secundário (15%) e o sector terciário (9%), os restantes correspondendo a casos de não declaração de actividade económica. Numa fase seguinte, entre 1962 e 1974, invertem-se as repartições entre o sector primário (20%) e o sector secundário (30%), mantendo-se iguais as repartições pelos outros sectores (Rocha-Trindade, 1992:6).

#### **2.2.4.3. A emigração clandestina**

A emigração clandestina foi extremamente importante, primeiro para o Brasil e para outros países do continente norte-americano mais tarde para a Europa e mais significativamente para França. Deve-se referir o peso importante da emigração clandestina neste movimento intra-europeu e sobretudo para França (cf. figura 6), segundo dados publicados pelo INE, a componente não controlada da emigração portuguesa com destino a França, tomou proporções consideráveis no período de 1969 a 1974, em que o volume de saídas clandestinas ultrapassou claramente as saídas oficiais.

**Figura 6 - Emigração para França: oficial e não controlada (1960 – 1974)**

Fonte: Moreira, INE, 2005

Este movimento desenrolou-se ao longo das décadas e sempre foi apoiado por inúmeras redes de engajadores que prometiam diminuir as dificuldades impostas pela emigração legal. “Nos anos 60, em que o volume dos clandestinos constitui, aproximadamente um terço dos fluxos (...) qualquer caracterização a partir dos dados oficiais torna-se irrelevante, situação que se mantém na década seguinte, altura em que o número de clandestinos foi superior ao legal. Nos anos 80, aos problemas de interpretação levantados por um volume de clandestinos e irregulares elevado, 42%, junta-se um novo factor de dificuldade, uma vez que, devido ao sancionamento político dos países receptores, a emigração clandestina se torna em grande medida, sazonal ou a prazo, pelo que o interesse dos dados oficiais conhecidos é extremamente reduzido (Baganha, 1994:962).

### **2.3. Emigração nas últimas décadas do século XX e seu impacto na economia portuguesa**

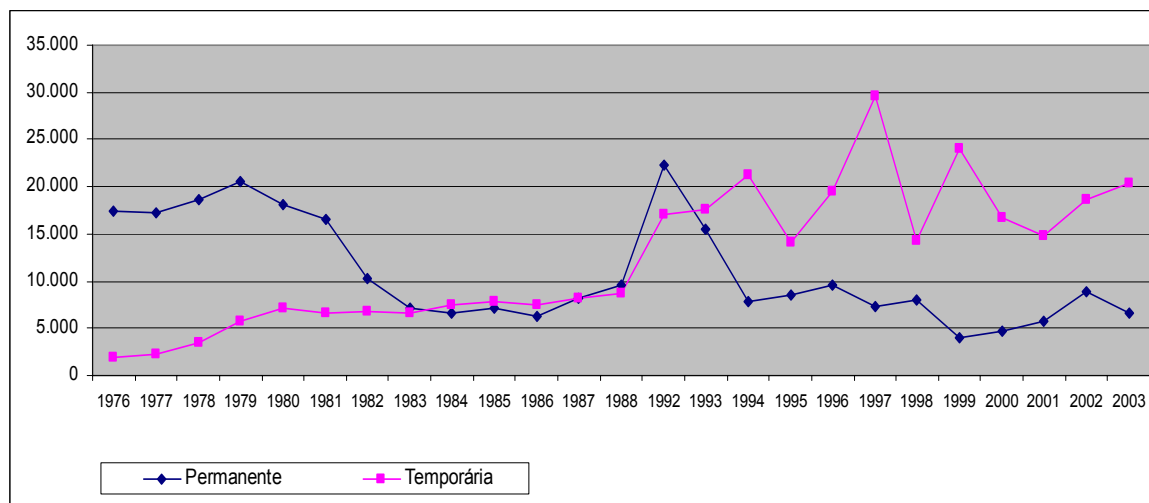
#### **2.3.1. A evolução da emigração portuguesa no final do século XX**

O final do século XX caracteriza-se, de facto, por uma diminuição dos fluxos de emigração. O abrandamento do movimento migratório é notável a partir da crise petrolífera de 1974, segue-se uma crise económica que atinge a Europa, tendo como consequência directa a diminuição de oferta de emprego. Os dois principais países receptores de emigrantes na Europa, isto é a

França e a Alemanha, começaram a impor limites na sua política de imigração, indo até a proibição da entrada de novos imigrantes naquela altura, abrindo excepções para os casos de reagrupamento familiar.

Nos anos 80, a imposição de medidas de restrição por parte dos países receptores intensificou-se o que provocou um aumento do fenómeno de retorno dos emigrantes. A média anual de portugueses retornados ao seu país de origem foi de 30.000 nessa década (Rocha-Trindade, 1992:9). Nessa altura, o Governo Português começa a dar importância às comunidades portuguesas no estrangeiro e implementa, nos países de maior emigração portuguesa, cursos de língua e cultura portuguesa para, por um lado, preparar a população portuguesa residente no estrangeiro a um eventual retorno, e por outro lado, para incentivar a primeira geração de emigrantes a transmitir a língua e cultura portuguesa aos seus filhos, os *lusu-descendentes*. Estes cursos revelam-se essenciais no que diz respeito à construção e ao mantimento de laços afectivos e culturais com Portugal sobretudo junto da segunda e da terceira geração de emigrantes portugueses.

Com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, em 1986, é criada uma nova situação, a livre circulação de pessoas na Europa instaura-se progressivamente. Os fluxos emigratórios portugueses para a Europa são mantidos e inserem-se cada vez mais num processo de vai e vem. A partir dessa data, Portugal é um país apoiado pela União Europeia e já não recorre tanto à emigração para diminuir os excedentes de mão-de-obra. Segundo Lopes (1999:48), a partir dos anos 80, dá-se uma viragem histórica nos movimentos de população e nos ciclos migratórios, provocada por três factores: a globalização da economia, a destruturação-recomposição da nova ordem mundial, que tem como acto fundador, a queda do Muro de Berlim, e as assimetrias entre países do Sul/países do Norte. Estes três factores levaram ao fim do modelo de emigração/imigração da era industrial, e deu lugar à emergência de um novo modelo de mobilidade qualificado de migração-circulação, caracterizado pelos movimentos de vai e vem, entre país de origem e país de destino, de migrantes transnacionais. As migrações revestem então um carácter temporal e sazonal (cf. Figura 7).

**Figura 7 - Emigração permanente e temporária [(1976-1988); (1992-2003)]**

Fonte: Moreira, INE. 2005

A figura 7 mostra que a emigração temporária começou a ganhar importância no final dos anos 80, altura em que a emigração permanente entra numa fase decrescente. É de notar que a informação estatística sobre a emigração sofreu alterações nessa altura. Até 1988, os números publicados sobre a emigração reportavam-se exclusivamente aos dados oficiais recolhidos através do passaporte para emigrante. Com a abolição deste tipo de passaporte, a partir de 1989, a notação estatística ficou restringida aos candidatos a emigrantes que eventualmente solicitavam auxílio ao então Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas ou aos organismos congéneres nas Regiões Autónomas, cujo volume era inexpressivo. Estas alterações, no que diz respeito à contabilização dos dados, apresentam-se como uma limitação não negligenciável na análise de dados e no seu tratamento e interpretação enviesando a sua coerência com a realidade.

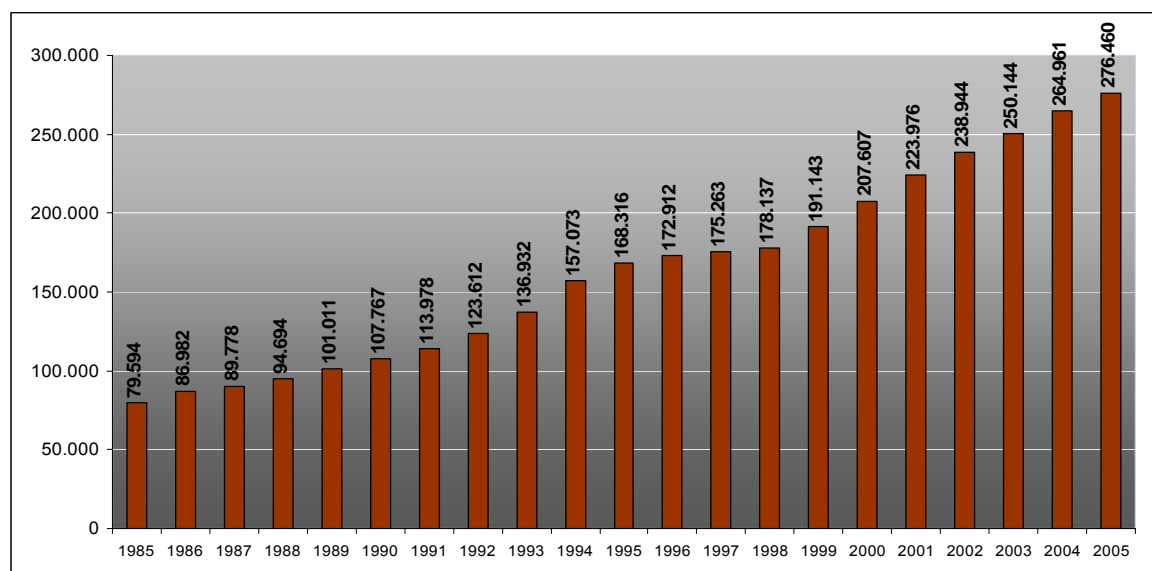
A partir de 1992, o INE lançou um Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída (IMMS) possibilitando assim, uma quantificação mais rigorosa da emigração portuguesa. Os dados do IMMS contemplam tanto os emigrantes permanentes (indivíduos que deixaram o país por um período superior a um ano), como os temporários (indivíduos que se ausentaram por um período inferior ou igual a um ano). Segundo o INE, em 2002 a emigração portuguesa aumentou 32,9% relativamente ao ano anterior, foram registadas cerca de 27.350 saídas para o estrangeiro de portugueses nesse ano, das quais 68% eram de carácter temporário e 32% de carácter definitivo (cf. figura 7). A tendência para o aumento não se manteve em 2003, as saídas de portugueses para o estrangeiro foram de 27.000, deste total, 75% eram

temporárias e 25% permanentes. A proporção dos emigrantes que saem temporariamente do país foi aumentando em detrimento da emigração permanente desde o ano de 1993.

Os emigrantes são, na sua maioria, jovens, trata-se de trabalhadores que declaram uma ausência do país por um período restrito, em regra, de 3 meses a um ano, e são provenientes predominantemente do Norte do país e da região Centro. Em 2003, 76,3% dos emigrantes eram do sexo masculino, sendo esta a característica a mais acentuada na emigração temporária uma vez que na emigração permanente os valores eram relativamente próximos, 51,1% do sexo masculino e 48,9% do sexo feminino. Os países de destino da emigração portuguesa são essencialmente a França, a Suíça, e o Reino Unido, que no seu conjunto, em 2003, acolheram mais de 59% do total da emigração

Nos últimos anos, Portugal apresenta-se como um país simultaneamente emissor e receptor das migrações internacionais. Portugal torna-se país de imigração a partir dos anos 90, altura em que as vagas migratórias se tornam de tal forma intensas e diversificadas que começam a tomar lugar no discurso oficial do Estado português. Este fenómeno inicia o seu papel decisivo no crescimento da população e é descoberto então um facto que se tinha ignorado no passado: a gestão da imigração oriunda do passado colonial. Portugal começa a acolher imigrantes dos países de Leste, tendo o desmembramento da antiga União Soviética provocado, entre outras causas, tal fenómeno.

A figura 8 apresenta a evolução do número de residentes estrangeiros em Portugal entre os anos 1985 e 2005, destaca-se o facto deste número ter crescido constantemente neste período, evoluindo de 79.594 para 276.460. A comunidade estrangeira em Portugal representa 5% da população e 10% da população activa (Santos, 2004:7-19).

**Figura 8 - Residentes estrangeiros em Portugal (1985- 2005)**

Fonte: <http://www.sef.pt/estatisticas.htm>

### **2.3.2. A emigração portuguesa e suas consequências para a economia nacional**

As consequências económicas de grandes fluxos de emigração são consideráveis para o país de origem. Portugal, com uma tradição emigratória destacável no passado, tem vindo a receber, por parte dos portugueses residentes no estrangeiro, importantes transferências de dinheiro, que representam entradas de divisas massivas e que se destinam tradicionalmente a financiar o défice comercial. Segundo as estatísticas do Banco de Portugal, estas transferências de fundos, as chamadas remessas de emigrantes, constituem uma importante fatia da Balança de Pagamentos. Em 2003, Portugal recebeu 4% do volume global de remessas transferidas pelos migrantes a nível mundial e 19% das remessas enviadas para a Europa (Sorensen, 2004:8).

Para os países de origem, as contribuições dos emigrantes geram incontestavelmente desenvolvimento, como já referido no capítulo 1 deste presente trabalho. Estão incluídas nestas contribuições, as transferências de fundos (remessas dos emigrantes) assim como as transferências de tecnologia e de competências. O principal factor de mantimento destas transferências é a existência de laços afectivos entre o emigrante e o seu país de origem.

Outra dimensão, não menos importante, relativa a estes laços afectivos, refere-se às visitas de regresso dos emigrantes. Periodicamente, os emigrantes viajam em direcção ao seu país natal com o objectivo de reunir-se com familiares e amigos, mantendo desta forma, os laços

existentes. Estas viagens representam um aumento significativo do volume de negócio no sector do turismo em Portugal tendo como consequência uma contribuição directa e indirecta no desenvolvimento económico e social do país. A presente investigação pretende, de facto, analisar as características destas viagens numa determinada população e apurar o seu peso económico para o sector do turismo.

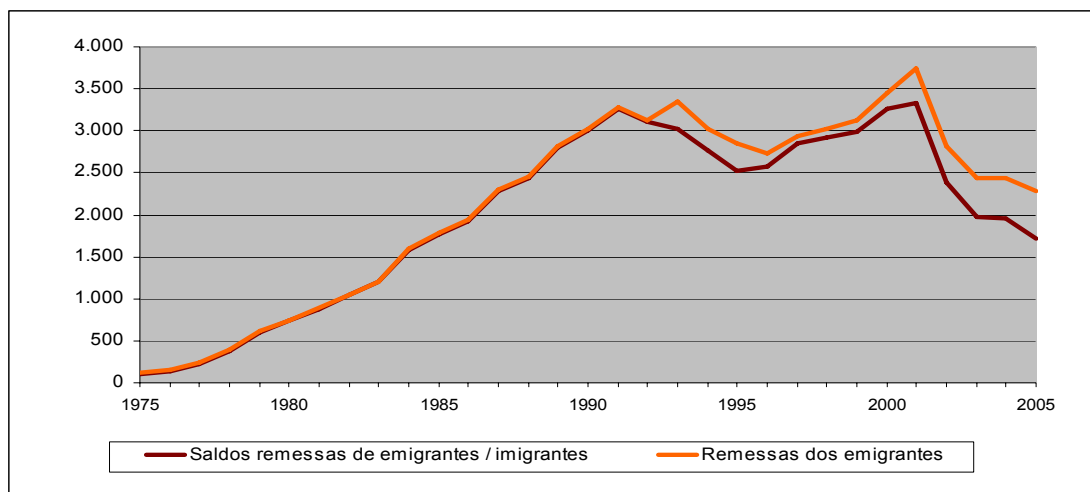
No que diz respeito aos impactos reflectidos no mercado de trabalho, a emigração traduz-se em saídas de indivíduos activos reduzindo directamente a taxa de desemprego nos sectores de origem dos emigrantes. Em Portugal, por exemplo, entre 1960 e 1974, a população activa portuguesa diminuiu de cerca de 25%, indivíduos maioritariamente ligados ao sector da agricultura. Esta diminuição da força de trabalho provocou uma diminuição da taxa de desemprego que passou de 2,4% em 1960 para 1,4% em 1973.

#### **2.3.2.1. A evolução das remessas dos emigrantes no último quartel do século XX**

Em Portugal, no período de 1960 a 1974 as remessas tiveram um peso incontestável enquanto factor de equilíbrio da Balança Corrente (na altura, denominada Balança de Transacções Correntes) permitindo que se registassem excedentes na maior parte dos anos do período referido. Este volume importante de transferências provenientes de portugueses residentes no estrangeiro, permitiram a Portugal uma acumulação considerável de reservas de divisas e de ouro naquela altura (Patação, 2001: 2-4). Mas unicamente a partir de 1975, é possível consultar dados publicados pelo Banco de Portugal relativamente ao volume destas transacções dos emigrantes, tornando-se desde então possível analisar sua evolução ao longo do tempo. A partir dessa data, o Banco de Portugal começou a distinguir remessas de emigrantes, na rubrica de transferências privada, na Balança de Transacções Correntes.

A figura 9 mostra a evolução do saldo das remessas dos emigrantes/imigrantes, no período de 1975 a 2004. É de salientar que o período de 1975 a 1991 foi marcado por um forte crescimento das transferências de fundos provenientes de portugueses residentes no estrangeiro, com uma taxa de crescimento médio anual de 24%, evoluindo de 105 milhões de euros em 1975 para 3.268 milhões de euros em 1991. Durante este período, o saldo era composto unicamente pelos montantes a crédito das remessas, isto é pelas transferências efectuadas pelos portugueses residentes no estrangeiro, sendo nesse período o valor das remessas de emigrantes igual ao saldo das remessas emigração/imigração.



**Figura 9 - Remessas de emigrantes / imigrantes no período 1975 – 2005 (em milhões de euros)**

Fonte: Banco de Portugal

Em 1993, o Banco de Portugal começa a registar, a débito na balança de transacções correntes, as remessas dos imigrantes, ou seja dos trabalhadores estrangeiros residentes em Portugal. Nessa altura, o saldo das transferências privadas correntes começa a decrescer contrariando a sua tendência positiva que perdurava desde o início dos registos. O fenómeno imigratório em Portugal foi ganhando amplitude e foram aumentando as transferências de fundos para o estrangeiro, provocando assim um agravamento do saldo das transferências privadas correntes e por consequência da balança corrente.

Após um período de decréscimo (1993 a 1996) as remessas dos emigrantes tornam a subir de forma continuada até 2001. A partir desse ano, o volume das remessas de emigrantes cai fortemente, tendência que se tem mantido nestes últimos anos. O saldo da balança de pagamentos também tem vindo a agravar-se ao longo dos anos como demonstra a tabela 2, tendo sido de 11.905 milhões de euros negativos em 2005, apesar do saldo das remessas emigrantes / imigrantes ser positivo.

Tabela 2 - Evolução da Balança de Pagamentos no período 2002 – 2005

Saldo (em milhões de euros)	2002	2003	2004	2005
<b>Balança de Pagamentos</b>	<b>- 7.749</b>	<b>- 5.463</b>	<b>- 8.165</b>	<b>- 11.905</b>
Balança corrente	-9.745	- 8.115	- 10.396	- 13.645
Remessas de emigrantes / imigrantes	2.382	1.967	1.957	1.714
Balança de capital	1.996	2.652	2.231	1.740

Fonte: Banco de Portugal, Estatísticas da Balança de Pagamentos, 2006

Com a entrada em vigor da moeda única europeia e o início da sua circulação generalizada em Janeiro de 2002, iniciou-se uma tendência negativa do envio de fundos por parte dos portugueses residentes nos países da zona euro, dado o desaparecimento das diferenças cambiais que constituíam um certo incentivo.

### 2.3.2.2. A contribuição para o PIB Nacional

A partir de 1975, apesar da alteração que se verificou no volume de saídas de portugueses para o estrangeiro, a emigração continuou a ter um impacto económico significativo, em particular através das remessas dos emigrantes. Em 1980, as transferências privadas representam cerca de 10% do PIB, diminuindo para 6% em 1990. A partir dessa altura, a sua importância tem vindo a diminuir, tendo representado em 1998 e 1999 apenas 3% do PIB. Assim, a contribuição para o equilíbrio externo ainda foi significativo até meados dos anos 90, embora gradualmente substituída pelas transferências unilaterais públicas, nomeadamente as transferências da União Europeia (Patação, 2001:3). Os efeitos das remessas dos emigrantes nas contas do Estado são, no entanto subestimadas, na medida em que no acto das transferências de dinheiro, em muitos casos, são utilizados os ditos 'canais informais', dificultando assim a contabilização real dos fluxos.

Além do contributo importante das remessas para a economia portuguesa, importa realçar o papel dos emigrantes nas exportações de produtos tradicionais, na compra de casa como segunda habitação ou ainda no turismo, nomeadamente no que diz respeito às visitas regulares a Portugal. Ao nível macroeconómico, verifica-se um decréscimo das remessas dos emigrantes desde o ano 2002 tal como referido no parágrafo anterior, no entanto, não tem

sido contabilizado, nas contas do Estado ou em qualquer sistema estatístico microeconómico, o contributo para o país destes portugueses residentes no estrangeiro aquando das suas férias a Portugal.

## **2.4. As comunidades portuguesas residentes no estrangeiro**

Após o 25 de Abril, a emigração começa a ter um papel decisivo para o Estado Português, na medida em que as remessas dos portugueses residentes no estrangeiro começam e a aparecer, como factor equilibrador das suas contas. Os emigrantes tornam-se *comunidades portuguesas* residentes no estrangeiro e a emigração provoca o aparecimento da *diáspora portuguesa* cuja influência e a sua dispersão em todo o mundo, reconstituem o universalismo lusitano (Charbit, 1997:12). A emigração deixa de ter uma dimensão bilateral entre dois países, o de origem e do de destino, para dar lugar a uma dimensão transnacional com o aparecimento de redes sociais, culturais e económicas entre diversos países do mundo. Neste contexto, os migrantes tecem redes migratórias, graças às quais, se instalam num sistema de mobilidade transnacional.

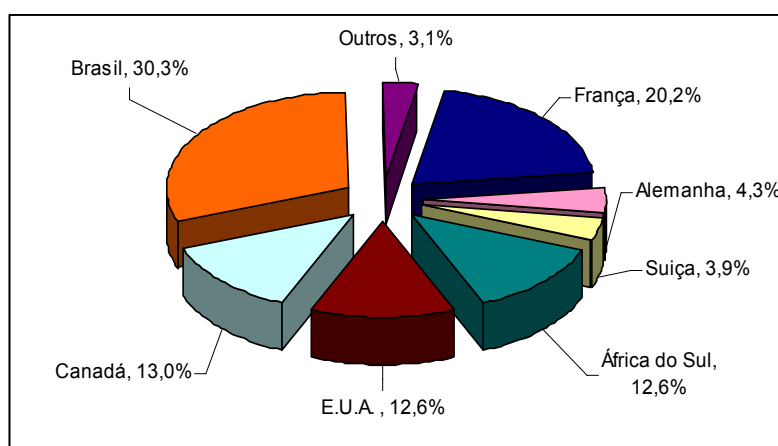
Neste início de século XXI, existem comunidades portuguesas em diversos países do mundo, consequência directa dos volumosos fluxos de emigração que ocorreram em Portugal. Apesar do *retorno* ser considerado, na maioria dos casos, como o fim do projecto emigratório, existem actualmente muitos portugueses residentes no estrangeiro que não fazem ideia de voltar a Portugal porque optaram por se instalar definitivamente no país de acolhimento. O número de portugueses residentes no estrangeiro são dificilmente quantificáveis com rigor por não haver registos de mobilidade, nem de saídas, nem de entradas, no entanto existem dados oficiais, publicados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, que estimam em cerca de 4,6 milhões (cf. tabela 3).

“Reconhecer a participação e o contributo desta população no desenvolvimento das sociedades de acolhimento, bem como realçar a importância dos “da diáspora de portugueses” na construção de sociedades multiculturais e no estreitamento dos laços de amizade e de cooperação internacional é uma tarefa que nos cabe aprofundar tendo em conta as raízes históricas, a evolução passada e recente, a dispersão geográfica das comunidades portuguesas nos cinco continentes” (Arroteia, 2001).

**Tabela 3 - Portugueses residentes no estrangeiro – em 2000**

Continente	Nº Portugueses	%
Europa	1.336.700	
- França	798.837	29,1%
- Alemanha	170.000	
- Suíça	155.104	
África	540.391	
- África do Sul	500.000	11,7%
- PALOP	33.419	
América do Norte	1.015.000	
- EUA	500.000	22,1%
- Canadá	515.000	
América do Sul	1.617.837	
- Brasil	1.200.000	35,2%
América Central	6.523	0,1%
Ásia	29.271	0,6%
Oceânia	55.459	1,2%
<b>TOTAL</b>	<b>4.601.181</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros – DGACCP (valores estimativos)

**Figura 10 - Portugueses residentes no estrangeiro - principais países**

Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros – DGACCP (valores estimativos)

O Brasil é o país onde existe a maior comunidade portuguesa residente no estrangeiro (30%), seguido da França (20%), do Canadá (13%), dos E.U.A e da África do Sul (ambos com 12,6%), (cf. figura 10).

Tal como referido anteriormente, estes números são consequência das diversas vagas de emigração que conheceu Portugal ao longo do século passado e ao longo dos últimos anos. O português residente no estrangeiro encontra-se numa situação de bilateralidade de referências e de pertenças alimentado pelos movimentos de relacionamento entre país de origem e de destino pelo provocando um volume considerável de transacções de bens e serviços por canais formais (consulados, associações, media, agentes económicos, agentes culturais e políticos) e por canais informais (redes familiares, amigos).

## **2.5. Conclusão**

A emigração portuguesa caracteriza-se pelo facto de constituir uma constante na história de Portugal desde a época dos descobrimentos tendo contribuído assim, para uma disseminação pelo mundo da cultura portuguesa, facto que se pode verificar em variadíssimas culturas estrangeiras. A sua evolução ao longo dos anos foi marcada por diversos acontecimentos históricos e contribui para o desenvolvimento não de Portugal país mas também dos países que acolheram milhares de trabalhadores portugueses. O contributo, para a economia portuguesa, começou a ser apurada no final do século XX através da contribuição para o equilíbrio da balança corrente provocada pelo envio de remessas por parte dos emigrantes.

Neste início de século XXI, a diáspora portuguesa, isto é, as comunidades portuguesas residentes no estrangeiro representam quase metade da população portuguesa residente no território nacional. Tem-se verificado um enraizamento destas comunidades nos países de destino pela via das suas descendências, alterando-se os usos, interpenetrando-se as culturas e criando um mundo cada vez mais interligado. Os portugueses que permanecem além fronteiras movimentam-se entre Portugal e os locais onde residem integrando-se na actividade do turismo. A herança cultural transmitida aos seus descendentes é fundamental num contexto de evolução do turismo que aponta para um crescimento da importância dada às origens etnográficas e culturais dos povos. Enquanto que assistimos a viagens de retorno periódicas da primeira geração de emigrantes, no que diz respeito às segundas e terceiras gerações enraizadas nas sociedades de destinos dos antecessores, assiste-se ao aparecimento do *turismo de herança* (conceito desenvolvido no capítulo seguinte), em que são privilegiados destinos turísticos que possam contar uma pouco mais da história dos antepassados.

## **CAPÍTULO 3 – Mobilidade, Turismo e Migrações**

---

### 3.1. Introdução

A mobilidade das populações traduz-se num fenómeno que, ao longo dos tempos, tem evoluído de acordo com as mutações sociais e económicas. Associados ao conceito de mobilidade, salientam-se o Turismo e as Migrações, os dois principais movimentos populacionais que movem todos os anos, milhões de pessoas em toda a parte do mundo. Estes dois fenómenos têm sido estudados separadamente, pela maioria dos investigadores das respectivas áreas, assim, o presente trabalho propõe reflectir e analisar as ligações que existem entre estes dois tipos de mobilidade humana.

Neste início de século, as ligações entre as pessoas são muito estreitas, a mobilidade humana é cada vez mais facilitada e a distância geográfica ultrapassada, estes factores contribuem para uma agilização do turismo e para uma flexibilização das migrações. Devido ao facto da evolução da mobilidade das pessoas ser directamente relacionada com a actividade turística e com as migrações, é de real importância desenvolver estes conceitos e apurar os factores de ligação existentes entre eles. Este capítulo desenvolve, em primeiro lugar, o conceito de mobilidade associado ao turismo e às migrações, expõe também os conceitos de *diáspora* e de *transnacionalismo*. Em segundo lugar, é analisado o impacto directo das migrações sobre a actividade turística assim como as diversas formas de turismo originadas pelo fenómeno de migração das populações salientando o mercado de Visita da Familiares e Amigos (VFA).

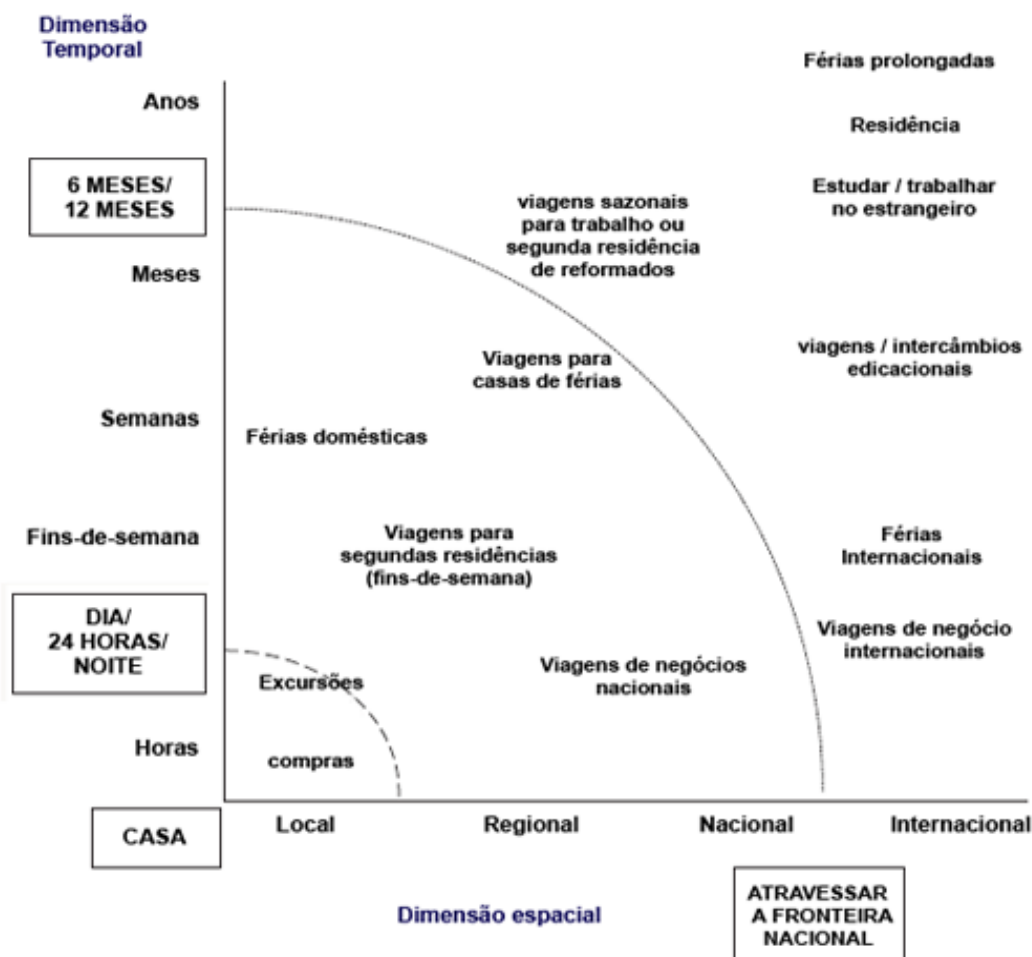
### 3.2. A Era da Mobilidade Humana

Na era de mobilidade, assiste-se a uma intensificação dos fluxos populacionais tanto a nível nacional como internacional, os meios de transporte diversificam-se e democratizam-se. De acordo com Williams e Bala (2002), o termo *mobilidade* faz referência a diversos tipos de movimentos da população, incluindo aqueles de curta duração, tais como o turismo, as viagens de negócio, as idas e voltas entre o domicílio e o local de trabalho ou de estudo, entre outros, sendo as motivações capitais para distinguir as diferentes formas de mobilidade.

A mobilidade compreende uma dimensão temporal e uma dimensão espacial tal como demonstra a figura 11, a dimensão temporal incide numa escala medida em *horas*, *semanas*, *meses* ou *anos*, e implica o atravessar de uma fronteira espacial desde *residencial* a

*internacional*. De facto, segundo Hall (2005), a mobilidade humana pode tomar várias formas, no espaço e no tempo e pode ser classificadas de acordo com as motivações envolvidas.

Figura 11 - Mobilidade temporária no espaço e no tempo



Fonte: Hall, 2005:130

### A dimensão temporal

Existem formas de mobilidade que são diferenciadas unicamente pela sua dimensão temporal, como por exemplo as migrações permanentes distintas dos movimentos temporários das populações. Um dos pontos críticos corresponde a 24h ou pernoite fora do local habitual de residência, este critério é utilizado pela Organização Mundial do Turismo (OMT) para diferenciar um excursionista de um turista. A linha que representa 6/12 meses corresponde a outro ponto crítico, de facto, o carácter permanente ou não de uma deslocação constitui um critério que distingue o migrante do turista. Dependendo das legislações, determinados países classificam um indivíduo como migrante, aquele que se afasta, por um



período superior a seis meses do seu local habitual de residência, outros países consideram que essa barreira temporal é de doze meses.

### A dimensão espacial

A dimensão espacial reflecte-se nas migrações, na actividade turística, e também na determinação e no cálculo de estatísticas regionais e locais. O turismo e as migrações têm sido classificados historicamente, não tanto pela sua dimensão temporal, mas sim pela sua dimensão espacial (Hall, 2005). Por exemplo, o atravessar de uma fronteira nacional separa o turismo interno do turismo internacional assim como separa as migrações internas das migrações internacionais.

Além das dimensões espaciais e temporais da mobilidade, é de salientar que a sua dimensão social ganha uma importância crescente. Levy (2000:155) define a mobilidade, introduzindo a dimensão social: “pode-se definir mobilidade como uma relação social à mudança de local, isto é, o conjunto das modalidades pelas quais os membros de uma sociedade tratam a possibilidade que eles próprios ou outros têm, de ocupar sucessivamente várias localizações”. Além de existir uma mudança espacial e uma dimensão temporal nos movimentos das pessoas, é indiscutível que a mudança social provocada pelas deslocações é de relevo fulcral, pois incide no estado emocional dos indivíduos e altera o seu relacionamento com a sociedade tendo consequências que provocam, em escalas diversas, alterações dos modos de vida.

### **3.3. Turismo na era da Mobilidade**

Na era da mobilidade, o turismo assume um papel crescente nas sociedades contemporâneas e é actualmente a maior indústria a nível mundial (Costa e Buhalis, 2005), sendo uma realidade económica medida através das suas receitas, das contribuições para o PIB, dos seus empregos e pela sua força das imagens e das representações geradas (Claval, 1995). O turismo tornou-se motor de desenvolvimento, gerador de emprego e fonte importante de receitas, transformando-se assim, no sector mais importante de trocas internacionais depois dos produtos petrolíferos, do material de transportes e acessórios e uma das principais indústrias europeias (Lopes, 1999:147-148). O sector contribui com 13,5% para o PIB da U.E. e a 25% das exportações de serviços para países terceiros. A Organização Mundial do Turismo (OMT) avança que a actividade turística (o turismo interno

somado ao turismo internacional) tem um peso na actividade económica mundial da ordem dos 10,4%.

Devido ao seu carácter transversal, o turismo encontra-se estreitamente interligado com a economia internacional e globalizada e é fortemente influenciado pelas mudanças no contexto económico, político, social, ambiental e tecnológico. Os movimentos turísticos não cessam de aumentar, tanto a nível externo como interno. O número de turistas internacionais passou de 25 milhões em 1950, para 457 milhões em 1990 e para 763 milhões em 2004 (OMT, 2005), ou seja apresentam uma taxa de crescimento médio anual de 6,5% por ano desde 1950, apesar das contrariedades conjunturais encontradas pelo mercado como por exemplo os atentados terroristas do 11 de Setembro de 2001. Em termos de receitas, o turismo internacional gera 501 mi milhões de euros em 2004, contra 323 mil milhões de euros em 1995 (OMT, 2005).

O conceito de turismo, ao longo dos anos estudado por vários investigadores, tem evoluído de acordo com as mutações ocorridas nas sociedades e nos hábitos da humanidade, provocado pelos diversos acontecimentos que marcam a história mundial. Em 1963, numa conferência das Nações Unidas sobre a temática do turismo (United Nations Conference on Travel and Tourism), foi feita uma das primeiras tentativas de apresentar uma definição abrangente do turista que foi então definido como um visitante temporário que fica pelo menos 24 horas no local visitado e cuja finalidade da viagem pode ser classificada nas seguintes categorias: lazer, negócios, família, missão e reuniões. Em 1995, Mathieson and Wall abordam o conceito de turismo como sendo representado por movimentos temporários de pessoas em direcção a destinos fora do seu local habitual de trabalho e de residência para actividades de recreio (Asiedu, 2005:2).

Segundo Williams & Hall (2000), o turismo tem três características principais:

- Acontece fora do local habitual de residência
- Tem um carácter temporário de curto prazo, estando subjacente a ideia de voltar para casa passados uns dias, umas semanas ou uns meses.
- Envolve a permanência de pelo menos uma noite fora.

Uma das características chave desta definição é o facto de haver uma intenção de regresso a casa após a viagem, o objectivo neste caso, não é de ficar permanentemente no destino.

Devido à multidisciplinaridade da actividade turística, o estudo do turismo tem suscitado um interesse crescente entre a comunidade científica em diversas áreas, nomeadamente entre os geógrafos que têm empossado um papel substancial no desenvolvimento de estudos académicos sobre a geografia do turismo e a novas formas de mobilidade. Uma conceitualização adequada do turismo consiste numa visão alargada da actividade turística envolvendo as relações entre turismo, lazer e as outras práticas sociais e comportamentos relacionados com a mobilidade humana.

Segundo Lopes (1999), a OMT dispõe de uma definição do turismo vaga e com fronteiras imprecisas na medida em que considera como turista, toda a pessoa que viaja para um país distinto da sua residência habitual e estranho ao seu modo de vida, por um período mínimo de uma noite e não superior a um ano e cujo objectivo principal não seja o exercício de uma actividade remunerada no país visitado. De facto, nesta definição não está considerada nem a natureza do produto turístico nem a nova inserção espacio-temporal do turismo que tem sofrido alterações nos seus fundamentos<sup>1</sup>. Os movimentos turísticos constituem um dos eixos fundamentais de trocas económicas e socio-culturais entre as sociedades. Este autor vai mais além e afirma que “na modernidade avançada, onde se valoriza a realização pessoal pela mobilidade espacial, o fenómeno turístico é um dos eixos centrais de relacionamento entre povos, culturas, raças e países, o que favorece não só a realização de intensas permutas económicas e sócio-culturais mas também a aceleração de movimentos de transformação e mudança nas dinâmicas sócio-culturais”.

As implicações que decorrem duma visão do turismo através da mobilidade humana são diversas. A mobilidade tem de ser examinada ao longo da vida como sendo um projecto de longo prazo, para melhor ser compreendida. O estudo da mobilidade e da actividade turística leva à introdução de uma dimensão em que a medição dos impactos do turismo não tem de ser focalizada no local de destino turístico, como tem sido feito por numerosos investigadores apesar da sua grande relevância, mas sim na sua dimensão alargada do sistema de consumo e de produção do turismo (Hall, 2005:125-134). A emergência de novos destinos, neste início de século XXI, contribui para uma maior dispersão dos fluxos, tanto humanos (turistas) como financeiros (receitas), fluxos que constituem hoje, as deslocações humanas as mais massivas e um dos aspectos mais visíveis da globalização dos intercâmbios.

---

<sup>1</sup> Assiste-se por um lado, ao regime de mobilidade generalizada e à sociedade de informação que anulam a distância e transformam o mundo em aldeia, contribuindo simultaneamente para incentivar e enfraquecer as deslocações. Por outro lado, assiste-se à deestruturação dos tempos sociais, onde a precedência no tempo social dominante já não é do trabalho que representa apenas 14% da vida acordada de uma pessoa, mas sim do tempo livre (Sue, 1994:99 e 197, *in* Lopes, 1999).

### 3.4. Migrações e Mobilidade

A globalização e a regionalização têm sido as causas típicas dos movimentos migratórios internacionais desde 1990 (Garson, 1992). A mobilidade do homem é cada vez mais facilitada, nomeadamente através das redes de transportes sofisticadas, assiste-se a um fenómeno de sociedade em que os indivíduos têm referências geográficas múltiplas. A lógica das migrações diversificam-se ao longo do tempo, o emigrado transformou-se, hoje em dia, em migrante, não se trata de transferir a sedentariedade, num novo enraizamento, mas sim de guardar a sua mobilidade e capacidade de ser móvel (Levy, 2000). Os migrantes tiram de cada sociedade vantagens que têm um impacto crescente nas suas vidas, de facto, os indivíduos tomam consciência das competências que podem valorizar no país de acolhimento e das eventuais vantagens financeiras, e sobretudo dos melhoramentos possíveis em termos de qualidade de vida. A transferências parciais ou totais podem, a partir do turismo, levar a uma residência alternada, falando-se então de “multi-residencialidade” ou de “poliespacialidade” (Viard, 1994). Assim, entra-se no campo das mobilidades post-migratórias efectuadas pelo mundo, onde estas mobilidades intensas provêm de regiões interligadas e conectadas.


Em ciências sociais, o termo ‘migrações’ diz respeito geralmente à mudança de residência de um indivíduo e/ou um grupo social ou étnico (Williams e Bala, 2002). Existem vários conceitos e teorias destinados a explicar as migrações:

- **As teorias neoclássicas da migração**, desenvolvidas por Allan Smith, que assentam na tese da maximização do lucro, que pode ter origem ou no emprego (Todaro, 1980) ou nas disparidades das prestações sociais (Freeman, 1986).
- **As concepções «behaviouristas»**, encaram o processo de migração como um resultado das tensões estruturais encontradas por um indivíduo num determinado sistema de sociedade (Lee, 1986, Hoffman-Nowotny, 1981 e Bauer, 1995).
- **As abordagens estruturalistas** afirmam que a economia mundial atravessa várias etapas de desenvolvimento, caracterizadas por estruturas sociais e quadros de produção diferentes e que existem importantes disparidades entre o centro económico e as periferias (Storper e Walker, 1983).
- **A teoria do mercado dual**, põe a existência de dois segmentos no mercado de trabalho das economias desenvolvidas e semi-desenvolvidas: o mercado primário

emprega uma mão-de-obra qualificada e bem remunerada, oferece empregos estáveis com possibilidades de carreira, enquanto que o mercado secundário é caracterizado por empregos precários com salários baixos, trabalhos duros e um nível baixo de qualificação (Massey, 1984).

Os estudos em Migrações, além de tender para focalizar nas mobilidades permanentes, começam actualmente a realçar a relativa importância da mobilidade temporária. Bell e Ward (2000), afirmam que os movimentos temporais de pessoas, como o turismo, começaram recentemente a atrair a atenção dos investigadores em migrações. Cada vez mais, num contexto de competitividade das regiões, o desafio consiste em atrair as pessoas móveis sejam elas trabalhadores, estudantes, migrantes ou turistas (Hall, 2005:134). As mobilidades temporárias assim como as migrações permanentes resultam numa redistribuição da população de uma região para outra e são resultantes de motivações e necessidade dos migrantes, estas motivações e necessidades do indivíduo estão no centro da definição do conceito de mobilidade (cf. figura 12).

Figura 12 - Migrações e Mobilidade, Modelos classificados segundo as necessidades dos homens

Necessidades dos homens	Incitações à mobilidade	Fluxos de mobilidade	Exemplos
Aspirações sociais e temas de interesse pessoal 	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lazer</li> <li>- Passatempos</li> <li>- Melhoramento do estado de saúde</li> <li>- Procura de outro modo de vida</li> <li>- Trabalho e vida no contexto internacional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Migrações na Reforma</li> <li>- Ajuda aos países menos desenvolvidos</li> <li>- Turismo de saúde</li> <li>- Viagens de longa duração</li> <li>- Turismo de lazer</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reformados britânicos e alemães que compram casa na região mediterrânea</li> <li>- Jovens americanos em Praga, Paris ou Amsterdão</li> <li>- Responsáveis de organizações internacionais</li> <li>- Turismo</li> </ul>
Melhoria do status socio-económico 	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diferenças de rendimentos entre as regiões de destino e de origem</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Migrantes económicos em que se inserem os migrantes temporários e os migrantes altamente qualificados</li> <li>- Turismo de compras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Emigração a partir dos países de transição</li> <li>- Migração dos quadros e especialistas internacionais</li> <li>- Todo o tipo de turistas</li> </ul>
Falta de comida, de roupa, de casa 	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pobreza</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Migrantes económicos em que se inserem migrantes permanentes com pouco qualificados</li> <li>- Pequenos comerciantes transfronteiriços</li> </ul>	A maior parte dos fluxos de imigração a partir dos países do 3º mundo e dos países da CEI
Segurança e sobrevivência pessoal	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Guerra</li> <li>- Guerra civil</li> <li>- Persecução</li> <li>- Catástrofes naturais</li> </ul>	Refugiados e pedidos de asilo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Refugiados de guerra do Kosovo</li> <li>- Emigração dos estados comunistas</li> </ul>

Fonte: Williams e Bala (2002:39)

Estudar os processos de mobilidade da população implica diferenciar as mobilidades temporárias, nas quais se enquadram o turismo e as migrações temporárias, das mobilidades permanentes. Tal como foi demonstrado em parágrafos anteriores, a dimensão temporal da

mobilidade constitui uma das barreiras que permite a distinção entre os conceitos de turismo e de migrações. A figura 14 apresenta uma comparação entre “migrações permanentes” e “mobilidade temporária”, dois tipos de movimentos com características e implicações diferenciadas.

**Figura 13 - Comparação entre migração permanente e mobilidade temporária: conceitos – chave e dimensões**

Tipo de movimento		
	<i><b>Migração permanentes</b></i>	<i><b>Mobilidade temporária</b></i>
<b>Definição</b>	<i>Mudança permanente da residência habitual</i>	<i>Movimento não permanente com duração variada</i>
<b>Conceitos – chave</b>		
• Residência habitual	Conceito integral	Menos centralidade
• Regresso	Intenção de não-retorno	Pode envolver um regresso a ‘casa’
<b>Dimensões – chave</b>		
• Duração	Relocalização durável	A duração da estada varia
• Frequência	Transição simples	Geralmente um evento repetido
• Sazonalidade	Variação sazonal menor	Grande variação sazonal

Fonte: Bell and Ward, 2000:90

Bell and Ward (2000) introduzem, na análise da migração permanente e da mobilidade temporária dois conceitos-chave, “residência habitual” e “regresso”, sendo as características dos movimentos de população estudadas de acordo com estes dois factores. Por exemplo, considera-se que a actividade turística, assim como as migrações temporárias, se situam no campo da mobilidade temporária, pois não implicam uma mudança na residência habitual estando subjacente conceito de regresso no curto prazo. Segundo Behr e Gober (1982), definir a “residência habitual” revela-se cada vez mais difícil, na medida em que existe uma proporção crescente da população que não tem uma residência habitual definida. Além destes conceitos, são introduzidas dimensões tais como a “duração”, a “frequência” e a “sazonalidade” que permitem outra classificação dos movimentos de população.

Os movimentos populacionais, com as diversas características que apresentam de acordo com o enquadramento conceptual assumido, contribuem indiscutivelmente para um

desenvolvimento de intercâmbios sócio-culturais que provocam um enriquecimento permanente do património social das populações. Ao movimentar-se no espaço e no tempo, as pessoas contribuem para o aparecimento de laços afectivos, alimentados através de processos de comunicação e de contactos periódicos, criando assim redes de pessoas que ultrapassam as fronteiras nacionais.

### **3.5. Diáspora e transnacionalismo**

As visitas dos migrantes às suas terras, constituem um veículo que contribui para alimentar os laços, e permitir o mantimento das estruturas transnacionais existentes entre as diásporas e as regiões de origem. Desta forma, os conceitos de ‘viagens de regresso’ e de ‘diáspora’ e de ‘comunidades transnacionais’ estão estreitamente interligados. A eficácia dos meios de comunicação e de informação favorecem as trocas feitas pelos povos dispersos, no seio das redes familiares, religiosas e económicas transnacionais. Trata-se de um fenómeno que não é novo, mas que tem ganho legitimidade e importância, no que diz respeito ao partido económico e político que é possível tirar (Schneider, 2005).

#### **3.5.1. O conceito de diáspora**

O aparecimento de redes transnacionais de pessoas não constitui um fenómeno recente, de facto, os movimentos migratórios sempre existiram na história da humanidade desenvolvendo o conceito de pertença a uma terra ou a uma cultura. Assim, as mutações recentes situam-se na intensidade dos intercâmbios entre os elementos constituintes das comunidades espalhados pelo mundo. Na era da mobilidade e da explosão dos movimentos transfronteiriços, a dimensão espacial dos movimentos populacionais assume novas características, é cada vez mais fácil e rápido mover-se de determinado lugar para outro e manter, dessa forma, vivos os laços que unem os elementos de determinada comunidade à qual é atribuído o nome de “diáspora”.

Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2005), não existe uma definição concordante do termo “diáspora”, este conceito assume vários sentidos dependendo dos diversos actores. No entanto, a noção mais veiculada consiste em assimilar o conceito a populações transnacionais, que vivem em locais diversos mas perduram relacionadas, por laços de variadas ordens, às suas terras de origem, vivendo “aqui” e “lá”.



A palavra “diáspora” é uma palavra grega, utilizada na antiguidade para designar o destino do povo judeu depois da destruição do Templo e a anexação da Judeia aos Romanos. Desde as grandes descobertas e até 1968, o termo foi estendido à dispersão dos Gregos, dos Arménios, e depois aos Chineses. A partir de 1968, particularmente nos E.U.A., o termo viu o seu sentido alargado designando agora todas as formas de dispersões de populações (Schnapper, 2005:11)<sup>2</sup>.

O conceito de diáspora é de facto assimilado à dispersão pelo mundo, das populações provenientes de um mesmo país, rede de pessoas que através da circulação de informação, facilita a transferência de tecnologia e o comércio, assim como promove o investimento directo estrangeiro no seu país de origem. “As diásporas existem como um resultado das migrações, as comunidades diásporas e as unidades sociais estão baseadas numa estrutura transnacional porque muitos dos migrantes tendem a manter os padrões sociais e culturais salientes dos seus países ou regiões de origem” (Duval, 2003:275). Além do mais, Brah (1996) *in* Nielsen (2004) caracteriza a diáspora como sendo “multi-localidade”, ultrapassando as fronteiras internacionais.

Os indivíduos que compõem uma diáspora estão geograficamente espalhados por diversas terras no mundo. Esta dispersão é o resultado de diversos fluxos de migrações que foram acontecendo ao longo dos tempos e que consequentemente se traduzem na criação de comunidades originárias de um mesmo país ou de uma mesma região. Estas comunidades são cada vez mais móveis e já não se “auto-alimentam” nos locais de destino. Cohen (1997) apresenta esquematizadas nove características de uma diáspora (cf. figura 14), e adianta que a análise deve ser focalizada nas relações de uma diáspora com sua terra de origem, mas também na identidade colectiva expressa no país de acolhimento. No entanto, este mesmo autor reconhece que estas nove características não têm que ser todas evidenciadas nas diásporas contemporâneas, podendo ser umas mais fortes do que outras.

---

<sup>2</sup> «Where once were dispersions, there now is diaspora» (Tölöyan, 1996:3) – Onde houve dispersão de população, agora existe diáspora.

**Figura 14 - As nove características de uma diáspora**

1. A dispersão relativamente a uma região de origem, frequentemente contra a vontade, para duas ou mais regiões estrangeiras;
2. Alternadamente, a expansão a partir de uma região de origem à procura de trabalho, de oportunidades de negócio ou por ambições coloniais;
3. Uma memória colectiva e um mito sobre a região de origem, incluindo sua localização, sua história e suas proezas realizadas;
4. Uma idealização de uma presumida região de origem dos seus antepassados e um compromisso colectivo de mantimento, restauração, segurança e prosperidade e até de sua criação;
5. O desenvolvimento de um movimento de retorno que ganha aprovação colectiva;
6. Uma consciência de pertença a um grupo étnico forte sustentada ao longo de muito tempo e baseada num sentido de ser distinto, de ter uma história comum e acreditar num mesmo destino;
7. Uma relação problemática com as sociedades de acolhimento, sugerindo uma falta de aceitação ou a possibilidade de acontecer outra calamidade ao grupo;
8. Um sentido de empatia e solidariedade com membros co-étnicos nos países de acolhimento;
9. A possibilidade de uma vida distintamente enriquecedora nos países de acolhimento tolerantes para com o pluralismo.

Fonte: adaptado de Cohen (1997:26)

A contribuição das diásporas para o desenvolvimento nos países de origem tem vindo a aumentar e o número de países que lançam investigações para analisar formas de mobilizar suas diásporas são cada vez mais numerosos. Segundo a OIM (2005), o papel das diásporas para o desenvolvimento, a redução da pobreza, a reconstrução e o crescimento tem ganho importância nos interesses políticos. A Organização da Unidade Africana (OUA) refere as diásporas pela primeira vez em 2002, na sua constituição recentemente adoptada<sup>3</sup>. Estas medidas incitam as comunidades diáspora a voltar aos seus países de origem definitivamente ou temporariamente e a partilhar seus conhecimentos, através de preços especiais nos voos aéreos e nos meios de telecomunicações.

---

<sup>3</sup> *Decision on the Development of the Diaspora*, Conselho Executivo da OUA, 3ª sessão, 2002

Analisar o impacto das comunidades diásporas através da recolha de dados e do seu tratamento revela-se essencial para permitir aos decisores governamentais ter uma base de trabalho consistente e poder introduzir as diásporas nos seus programas de desenvolvimento. Assim, quantificar e determinar a dispersão das diásporas, assim como identificar as iniciativas, as redes e as associações, os fluxos comerciais e as remessas dos migrantes permitem avaliar a importância para o desenvolvimento das comunidades transnacionais.

As diásporas podem ser directamente relacionadas com o turismo, segundo Levitt and de la Dehesa (2003) in Coles and Timothy (2004:11), o turismo é indiscutivelmente presente ao analisar os efeitos das diásporas, apesar de representar uma estrutura criticamente negligenciada nesta abordagem. Através do turismo os cidadãos residentes no estrangeiro podem exercer seus direitos de participar activamente na sociedade de origem. Com as visitas de regresso dos migrantes, o turismo é parte integrante e torna-se um factor facilitador, das práticas sociais difundidas no mundo (Coles and Timothy, 2004).

### **3.5.2. O transnacionalismo: conceitualização**

As várias disciplinas interessadas no estudo das migrações, conduziram os investigadores à criação de um termo conhecido como “transnacionalismo”. No entanto, não existe concordância sobre o seu aparecimento, de facto, a utilização do termo “transnacionalismo”, pelos historiadores data do início do século XX, enquanto que os sociólogos não o reconheceram antes dos anos setenta (Vicente, 2004).

Neste início de século XX, transnacionalismo traduz-se num conceito que explica as experiências sociais interligadas e integradas no projecto migratório, em que estão incluídos os laços entre pessoas e instituições ultrapassando as fronteiras nacionais. O desenvolvimento de uma perspectiva transnacional permite aos investigadores estudar aspectos da experiência de migração, da globalização, e dos processos que ultrapassam as fronteiras nacionais, impossibilitados pelas abordagens anteriores desenvolvidas nos projectos de investigação na área das migrações. Esta abordagem transnacional das migrações procura compreender instituições e conceitos sociais básicos tais como a família, a cidadania e os Estados-nações (Levitt & Schiller, 2003). Itzigsohn et al (1999) in Duval (2003), refere-se ao transnacionalismo como sendo “o produto das actuais condições do capitalismo global e os tipos de relações entre o trabalho e o capital geradas por estas”. No entanto Albrow (1998) in Duval (2003), sugere que o conceito de transnacionalismo apareceu com os

estudos sobre as relações internacionais, em particular no contexto das organizações não governamentais.

Segundo Kennedy & Roudometof (2001), a teorização da experiência transnacional remanesce incompleta. Por um lado, os investigadores norte-americanos usaram a palavra “transnacionalismo” para designar a experiência dos emigrantes para os Estados Unidos da América, no período de pós segunda guerra mundial. Por outro lado, investigadores britânicos optaram por utilizar o termo “diáspora” para designar as experiências e as redes transnacionais e expandiram-no de forma a incluir novos grupos de expatriados, refugiados e emigrantes. Bash et al (1994:4) *in* Nielsen (2004) definem o transnacionalismo como sendo um fenómeno recente que engloba “os processos pelos quais os emigrantes forjam e sustentam relações sociais multi-direccionadas, que ligam entre si as sociedades de origem e de destino”. Está claramente subjacente ao conceito de transnacionalismo, as redes sociais criadas através do fenómeno migratório, motivadas por razões económicas, políticas, religiosas, sociais. Levitt (2001) defende que, mais diversas e densas são estas redes sociais transnacionais, maiores são os meios dos quais dispõem os migrantes, para remanescer activos nas suas terras de origem. E mais ainda, quanto maior for o grau de institucionalização destas interligações, maior é a probabilidade dos membros de uma comunidade transnacional continuarem a sê-lo.

Conhecer melhor as características das redes transnacionais consiste em estudar as práticas transnacionais dos migrantes ao nível económico, político, religioso e social, e apurar de que modo, estas práticas têm efeitos directos no desenvolvimento. Estas práticas traduzem-se por exemplo no envio de remessas, nos investimentos e nas visitas periódicas. Além de terem um impacto directo sobre a economia local e nacional, estes factores também têm impactos indirectos que se traduzem, por exemplo, nas visitas turísticas internacionais dos próprios migrantes e familiares mas também dos seus amigos ou conhecidos. Neste sentido, os portugueses residentes no estrangeiro actuam como “promotores” do destino turístico Portugal, influenciando potenciais visitantes integrados numa rede transnacional.

Nos últimos anos, a globalização tem provocado mutações sociais, políticas e económicas no panorama mundial, numa era de migrações massivas, assiste-se a um aumento das comunidades transnacionais. Existe um interesse crescente em entender o significado do transnacionalismo enquanto característica da experiência migratória, na medida em que as ligações com o país de origem são mais intensas e diversificadas. De facto, os migrantes actuam e interagem com a sua comunidade de origem em tempo real, não só porque as barreiras da distância e do tempo se foram atenuando, mas também porque as fronteiras

internacionais estão cada vez mais abertas, facilitando assim a livre circulação dos indivíduos. Num mundo interligado, graças aos avanços tecnológicos e à eficiência dos meios de transporte, assiste-se a um engrossamento das conexões sociais “multi-locais”, é facilitada a constituição de redes transnacionais de pessoas assim como impulsionada a mobilidade crescente dos indivíduos. Ao estudar os actores das redes transnacionais e os campos sociais em que actuam é possível por um lado, identificar o modo como os indivíduos distribuem os seus rendimentos e se relacionam entre os países de destino e de origem, e por outro lado, permite conhecer melhor aqueles indivíduos que se movem raramente no espaço ficando no seu país de origem, ou sejam os não-migrantes, mas que por diversas razões viram suas vidas envolverem-se numa rede transnacional (Levitt, 2001).

### **3.6. Turismo e Migrações**

#### **3.6.1. As interligações entre turismo e migrações**

Tal como demonstrado nos parágrafos anteriores do presente capítulo, o turismo e as migrações constituem os movimentos populacionais com maior impacto internacional, as ligações entre estes dois conceitos aparecem como sendo cada vez mais evidentes entre a comunidade científica. Nos últimos anos, a evolução dos movimentos populacionais tem contribuído para um acréscimo das redes transnacionais, elo de ligação entre o turismo e as migrações. As forças políticas e económicas, o desenvolvimento tecnológico e as mutações na sociedade e nos estilos de vida, têm conduzido a uma globalização e regionalização dos produtos e serviços, exercendo influências poderosas na globalização e na regionalização do turismo e das migrações” (Feng & Page, 2000).

Segundo Lopes (1999), “o século XX foi o século da mobilidade das populações. O século XXI será o século das migrações e da comunicação. (...) A conjunção da mobilidade humana com a sociedade de informação opera a modulação dos registos de inovação e invenção da sociedade, regula a quotidianidade dos indivíduos e tornou-se um pilar estruturante da construção das identidades”. Os indivíduos ganham novos referenciais que ultrapassam as fronteiras dos Estados-nações e inserem-se numa dinâmica de transacção entre diferentes lugares, comunidades, culturas e estilos de vida. Stock (2005), decompõe estas referências geográficas em duas categorias, os locais familiares e os locais estrangeiros ao indivíduo, defendendo que as práticas turísticas apreendem de forma particular e clara esta distinção. «O turismo é uma deslocação, isto é, uma mudança de local, uma mudança de “habitar”: o

turista deixa temporariamente o seu local de vida habitual para um ou vários locais situados fora da sua esfera da sua vida quotidiana. A deslocação opera uma descontinuidade que permite um outro modo de habitar» (Knafo et al, 1997 *in* Stock, 2005).

A migração implica um determinado movimento no espaço, movimento geralmente percebido ao atravessar uma fronteira de separação entre duas unidades territoriais. O turismo, responde quase aos mesmos princípios, na medida em que um determinado indivíduo é considerado “turista” quando existe um movimento no espaço para um sítio que não é visitado todos os dias (Müller, 2002). Assim, a diferença que se põe entre o turismo e migração não está no movimento no espaço, mas sim no carácter permanente ou não, desse dito movimento. Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), «o turismo é definido como o conjunto das actividades desenvolvidas pelas pessoas durante as suas viagens e as suas estadas em lugares situados fora do seu ambiente habitual para um período consecutivo que não excede um ano, para lazeres, por negócios e outros motivos não ligados ao exercício de uma actividade remunerada no lugar visitado».

Enquanto que os movimentos migratórios têm, à partida um carácter permanente, embora alguns autores defendam que existe num projecto de migração, na maior parte dos casos, um objectivo final que consiste no regresso ao país de origem, o turismo assume um carácter temporário afirmado (menos de 12 meses). No entanto, a noção de permanência está a ser cada vez mais contestada, de facto, viagens de curta duração para determinado local, podem tornar-se residência a maior prazo ou transformar-se num projecto de migração (Hall and Williams, 2002). O facto do turista não exercer uma actividade remunerada no lugar de destino distingue-o incontestavelmente do migrante que tem como objectivo principal, na generalidade dos casos, encontrar trabalho na região ou no país de destino.

Embora com diferenças ao nível das suas características, o turismo e as migrações constituem processos que se influenciam um ao outro. Apurar as ligações entre turismo e migrações, permite examinar quais as condições para que, por exemplo uma viagem turística se possa transformar num projecto migratório, ou de forma inversa um projecto migratório se possa transformar em viagens turísticas repetidas. Importa, por um lado, realçar que o turismo contribui para a exportação de mão-de-obra qualificada, ou seja para o desenvolvimento de movimentos migratórios, e por outro lado, demonstrar que as migrações contribuem para um desenvolvimento da indústria turística, nomeadamente através do desenvolvimento do mercado VFA (Williams & Hall, 2000:3). Neste contexto, é de particular interesse investigar sobre novas formas de turismo oriundas dos fenómenos migratórios, tais como as visitas regulares dos migrantes, ao país de origem. Decorre a necessidade de

aprofundar e conceitualizar este tema e aplicá-lo ao caso de Portugal, país de forte tradição emigratória, sabendo que hoje em dia, mais de 4,6 milhões de portugueses residem no estrangeiro (cf. capítulo 2 Tabela 4). O potencial deste mercado é muito elevado, tem a particularidade de ser um mercado fiel, devido à característica emocional envolvida, e caracteriza-se pelo facto de admitir que os migrantes têm por hábito promover o seu país de origem junto dos seus próximos e conhecidos.

A reflexão sobre as interligações entre estes fluxos migratórios e os fluxos turísticos requer uma análise dos mercados turísticos no sentido de determinar o funcionamento e as lógicas subjacentes para identificar as diferentes formas de mobilidades e de estratégias originais que se desenvolvem a partir dos locais turísticos. Coles et al (2004) defendem que é imprescindível estender a conceitualização e as abordagens teóricas do turismo, e considerar as relações existentes entre o turismo e outras formas de mobilidade nomeadamente as migrações permanentes, incluindo a existência de redes extensas familiares e comunitárias à escala regional, nacional e global, que também promovem a mobilidade humana. Associar os conceitos de turismo e migrações leva a considerar que o turismo gera migrações e que as migrações geram turismo.

As ligações existentes entre a actividade turística e os movimentos migratórios foram reconhecidas recentemente pela comunidade académica (e.g. Bell & Ward 2000, Feng & Page 2000, Williams & Hall 2000). Segundo Williams & Hall (1999:2), à excepção de desenvolvimentos relacionados com segundas residências, as interligações entre turismo e migrações constituem uma área relativamente negligenciada na investigação do turismo. No entanto, o interesse para estes temas é cada vez mais suscitado, explicando-se pelo facto de que, na última década do século XX, ocorrerem mudanças sociais envolvidas nas reestruturações internacionais da economia (Müller, 2002). Um dos resultados destes processos traduz-se no desenvolvimento de novos padrões geográficos de consumo e de produção que envolvem ao mesmo tempo novas formas de turismo e de migrações. Apesar de já existirem estudos sobre as interligações existentes entre estes dois fenómenos, nomeadamente no que diz respeito ao turismo e à migrações de trabalhadores no sector do turismo (*tourism and labor migration*), ao turismo e migração das pessoas reformadas (*tourism and retirement migration*), e ao turismo e às visitas dos migrantes aos seus países de origem (*tourism and return migration*), estas relações continuam vagas relativamente à sua conceitualização.

O estudo das interligações entre turismo e migrações sublinha a necessidade de focalizar as análises no contexto dos processos económicos e políticos do mundo globalizado actual, e na

circulação de capital e de trabalhadores. Uma das consequências importantes destas análises consiste em providenciar uma oportunidade para os investigadores na área do turismo de difundir conhecimento e de contribuir para o trabalho de outros investigadores em ciências sociais (Williams and Hall, 2000).

Numa escala internacional, como resultado da globalização dos mercados turísticos, do capital turístico e da reorganização dos processos no mercado do trabalho, as migrações apresentam um potencial significativo para o turismo e mais precisamente para o mercado de visitas a familiares e amigos (VFA), mercado emergente destas redes transnacionais de migrantes. As interligações entre estes fluxos estimulam-se reciprocamente sendo primordial compreender o papel da mobilidade, uma das preocupações centrais dos investigadores na determinação e no ajuste destas mesmas.

Segundo Dehoorne (2002:14), os destinos turísticos ocupam posições centrais enquanto ponto de encontro entre fluxos de natureza diferente (turísticos e migratórios), onde desenham interligações, sobreposições ou filiações. Sejam os destinos turísticos já desenvolvidos ou emergentes, eles constituem laboratórios interessantes para analisar as lógicas das mobilidades contemporâneas e suas recomposições.

Outro processo de análise destes dois tipos de mobilidade consiste em distinguir os movimentos que estão relacionados com a produção, daqueles que estão relacionados com o consumo. Aqueles relacionados com a produção implicam que haja um objectivo de contribuir com uma actividade económica no destino, isto é, migrações de trabalhadores, turismo de negócios, entre outros exemplos. O processo de mobilidade relacionado com o consumo, é motivado pela necessidade de aceder a certas formas de consumo, sendo o principal motivo a busca de prazer (por exemplo a ida de férias, a visita a familiares e amigos). Também existem formas de consumo tais como a educação e os cuidados de saúde que implicam outros tipos de motivações, que em muitos casos ultrapassam a vontade própria das pessoas em permanecer longe de casa (Bell and Ward, 2000).

Segundo Dehoorne (2002) existem 5 casos de figura que explicam as interligações crescentes entre as mobilidades autorizadas e encorajadas, ou seja os fluxos turísticos, e aquelas mais ou menos toleradas, ou seja as migrações (cf. figura 15).



Figura 15 – Interligações Turismo / Migrações

<b>Caso 1 - Turismo e Mercado: um apelo à mão-de obra</b>	A criação de um mercado turístico implica, em primeiro lugar, a necessidade de mão-de-obra. Num primeiro tempo, a estruturação do mercado é apoiado pela chegada de uma primeira geração de migrantes. Num segundo tempo, o mercado estabelecido continua fortemente ligado às migrações devido à importância da renovação do pessoal.
<b>Caso 2 - Turismo e retorno dos emigrantes</b>	Nos anos sessenta e setenta, vários estudos conduzidos nas zonas meridionais da Europa permitiram evidenciar a filiação existente entre o retorno dos emigrantes e os investimentos realizados localmente na actividade turística.
<b>Caso 3 - Turismo, multi-residência e transferência da actividade</b>	A mobilidade crescente das populações reflecte-se no turismo e mais particularmente nos reformados, com todo o tempo livre. Estes turistas transferem parcial ou totalmente suas actividades para o destino turístico e acabam, em muitos casos, por emigrar. Estas formas complexas de mobilidade inscrevem-se numa série contínua entre deslocações turísticas, mobilidade residencial e transferência de actividade.
<b>Caso 4 - Turismo e diáspora</b>	São estabelecidas ligações entre as lógicas dos fluxos turísticos e os territórios migratórios. Estas deslocações são associadas ao turismo VFA, ou seja às visitas aos familiares e amigos no país de origem. Keng e Page (2000) estudaram o turismo dos coreanos do sul residentes na Nova Zelândia e provaram que as suas práticas turísticas com destino ao país de origem são significativas traduzindo numa mais valia para o turismo na Coreia o Sul.
<b>Caso 5 - O Turismo como pretexto migratório</b>	Num contexto de encerramento das fronteiras, os destinos turísticos dos países mais desenvolvidos como dos países menos desenvolvidos, servem de ponte para as migrações directas ou indirectas em direcção aos mercados fechados dos países do Norte.

Fonte: Dehoorne, 2002

As interligações entre turismo e migrações são cada vez mais complexas e devem ser inseridas num contexto de globalização contemporânea. Segundo Baldassar (1997), reconhecer as interações contínuas entre os países de origem e os países de destino não constitui um facto novo na literatura das ciências sociais. O migrante transnacional não constitui um fenómeno novo, o facto é que as conceitualizações referentes aos migrantes e às migrações elaboradas, têm impossibilitado a percepção das maneiras como os migrantes, ao emigrarem para outro país, mantêm laços sociais com a sua terra natal.

#### **3.6.1.1. Turismo gera Migração**

Nos anos oitenta do século XX, as investigações acentuaram-se na complexificação dos fluxos populacionais, nomeadamente com a instalação mais ou menos permanente de novos residentes em espaços, tradicionalmente caracterizadas pela emigração, tal é o caso dos reformados provenientes de zonas urbanas do norte da Europa que mudam de residência e instalam-se em zonas turísticas do sul da Europa. É então demonstrado que o turismo, através das migrações, contribui para o povoamento de determinados locais e actua como motor de crescimento de novas regiões urbanas, especializadas nos serviços atraindo assim uma segunda geração de fluxos migratórios. Além de se reflectir entre a população reformada, este fenómeno diz também respeito à procura de mão-de-obra, que, não sendo encontrada ao nível local, vai provocar imigração de trabalhadores (Monk & Alexander 1986). Assim, o turismo contribui também para a definição de potenciais locais de emigração (Brown & Moore 1970), esta situação acontece quando indivíduos com intenção futura de emigrar, visitam determinados locais com o objectivo de analisar as possibilidades de migração.

A actividade turística tem como particularidade empregar muita mão-de-obra, na medida em que se trata de um sector de prestação de serviços. O serviço é produzido pelo trabalhador e consumido pelo turista *in situ*, não sendo possível ser transferido para outro espaço. O aumento da procura turística em determinados espaços e destinos e a acentuação da sazonalidade, implica uma flexibilidade elevada dos trabalhadores do sector do turismo. No mercado de trabalho, assiste-se muitas vezes a uma requalificação de trabalhadores de outros sectores para o sector do turismo. Por consequência, esta flexibilidade da força de trabalho, imposta pelas características intrínsecas da actividade turística, traduz-se numa maior mobilidade geográfica das pessoas que contribui para o desenvolvimento de movimentos migratórios internos e internacionais. Além da flexibilidade geográfica dos trabalhadores, factores como as diferenças de ordenados, o nível de educação e de

formação, as condições de trabalho e os estatutos dos empregos no turismo (Williams & Hall, 2000:14), contribuem também para um aumento dos movimentos migratórios e da mobilidade no trabalho.

Segundo King (1995) o processo de migração de trabalhadores do sector do turismo, segue uma segmentação hierárquica. Em primeiro lugar, estão os lugares de gestores qualificados, encontrados geralmente nos enclaves superiores das cadeias internacionais de hotéis, e das filiais locais das companhias aéreas. Em segundo lugar, vêm os postos de trabalho intermédios como por exemplo, guias turísticos e agentes, caracterizados pelo facto de terem que estar habilitados a falar várias línguas estrangeiras. Por fim, o terceiro nível hierárquico é constituído pela mão-de-obra não qualificada. Estes fluxos migratórios integram uma reestruturação dos mercados de trabalho nas áreas destinos e contribuem para manter um determinado nível de competitividade no sector do turismo.

A importância das migrações nos mercados de trabalho do sector turístico é considerável e permite ajustes entre destinos, locais de trabalho ou actividades, através da mobilidade geográfica dos trabalhadores. Nestas migrações também podem ser considerados os movimentos migratórios de empresários do sector do turismo (Williams & Hall, 2000).

### **3.6.1.2. Migração gera turismo: viagens de regresso ao país de origem**

As migrações consistem em movimentos de pessoas que contribuem para a constituição de comunidades transnacionais ligadas por laços afectivos, amizade ou parentesco, que potencialmente geram fluxos turísticos relacionados com o mercado VFA (Feng & Page, 2000). A extensão mais ou menos acentuada destas redes de pessoas vai depender, por um lado, das suas características (intensidade, reciprocidade e a utilização de diversas formas de manter os contactos) e por outro lado, das particularidades do destino (Cohen, 1997).

Neste início de novo milénio, o emigrante já não se enquadra num projecto em que emigra para destinos longínquos sem nunca mais voltar à sua terra de origem, estando mais próximo de ser um visitante regular ao seu país de origem e mantendo vivas ligações sociais, económicas, políticas, comerciais, entre outras. As viagens de regresso representam em si um mercado turístico indiscutivelmente importante, particularmente para as regiões relativamente empobrecidas, característica da grande parte dos locais de origem dos emigrantes (King, 1984, *in* Williams & Hall, 2000). O turismo dos migrantes ou viagens

relacionadas com a busca das raízes familiares, são temas que estão a ter um significado cada vez maior no estudo dos movimentos dos migrantes inseridos no projecto de emigração (exemplo: Baldassar, 2001; Duval, 2002; Coles & Timothy, 2004).

Assim, várias formas de migração geram fluxos turísticos, os migrantes tornam-se turistas ao voltar ao seu país de origem com o objectivo de visitar familiares e amigos. Segundo Silva et al (1984), o envio de poupanças e as viagens a Portugal dos emigrantes fazem parte do processo de retorno no sentido amplo de um projecto de emigração (cf. figura 16). Este processo apresenta grandes potencialidades em termos de desenvolvimento local, na medida em que os emigrantes se dirigem preferencialmente para as regiões de partida sendo para lá também que enviam as suas remessas. Este modelo assume que o processo de retorno é parte integrante do projecto de emigração, processo que vai além da instalação do emigrante no país receptor e além da primeira geração.

**Figura 16 - O retorno do emigrante no processo de emigração**



Fonte: Silva et al (1984)

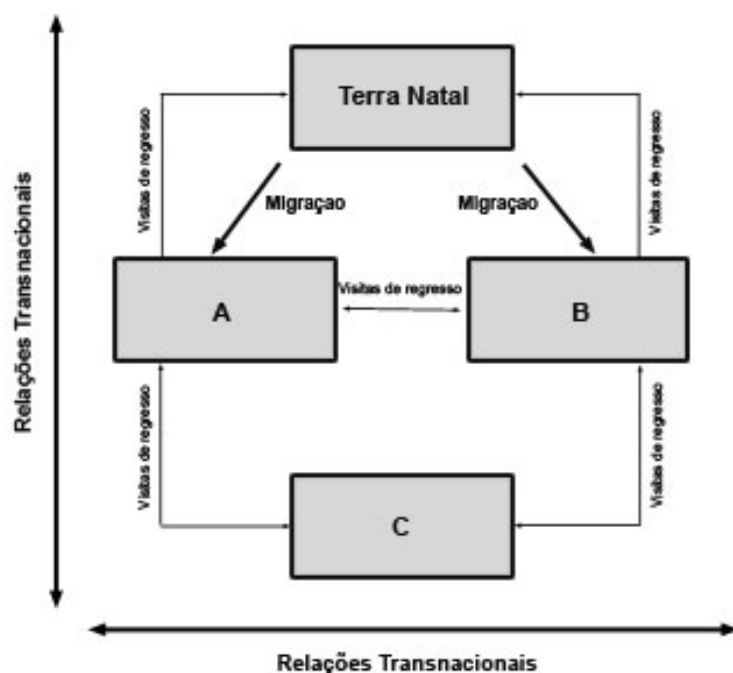
As visitas ao país de origem fazem parte de uma visão transnacional das migrações, que permite encarar a emigração não como um simples acto de mudança de lugar de residência, mas sim como um processo cultural contínuo ao longo da vida e que é transmitida às gerações seguintes (Baldassar, 2001:333-337). Assim, as visitas periódicas constituem um factor essencial para o mantimento dos contactos com a terra de origem e para a concretização de um projecto de retorno definitivo ao seu país natal. O movimento de retorno definitivo na emigração portuguesa duplicou entre 1960 (6 800) e 1970 (13 000), desenvolveu-se sobretudo durante os anos setenta e permaneceu nos anos oitenta, fruto da crise económica que se instalou na Europa e provocou um aumento das taxas de desemprego (Silva et al, 1984). A partir de essa altura, tornam-se escassas as publicações que quantifiquem este fenómeno em Portugal, aparecendo unicamente alguns estudos com

base em unidades territoriais. Por exemplo, Mendonsa (1982) demonstra que os emigrantes retornados na Nazaré têm rendimentos superiores aos dos residentes não-migrantes, Silva et al (1984) estuda o retorno, a emigração e o desenvolvimento regional em Portugal fazendo uma análise territorial detalhada do fenómeno do retorno, Rocha-Trindade et al (1988) aprofunda o fenómeno migratório na Região Centro analisando o regresso e a reinserção dos emigrantes na Diocese de Coimbra, Lucas (1997) analisa um universo de indivíduos residentes em Portugal que fixaram a sua residência num dos concelhos da Região Centro, numa determinada data.

No que diz respeito ao retorno temporário dos migrantes ao país de origem, existe uma lógica de vai e vem entre os dois espaços e não de ruptura ou de rejeição de um espaço em detrimento do outro, contribuindo para a construção de uma vida assente nos dois pólos, país de partida e país de acolhimento. Observar os comportamentos dos portugueses de férias em Portugal permite-nos apurar os laços que se constroem entre estes dois espaços de vida e de referência.

Graças aos meios modernos de comunicação e à redução das tarifas no sector dos transportes, os migrantes podem, mais facilmente, conservar os laços existentes com seu país natal. “A vinda regular ao país de origem em períodos de férias dos emigrantes, característica dos movimentos intra-europeus, contrapunha-se no passado ao carácter mais espaçado e irregular das visitas dos que se fixaram noutras paragens. Contudo, a progressiva facilidade de comunicações, reduzindo tempos e distâncias, veio a aproximar homens e continentes. Assim, a aproximação entre origens e destinos, com um sem número de idas e vindas, inicialmente com ocorrência aleatória, vem tomando progressivamente um carácter de regularidade, quase se institucionalizando em forma de movimentos pendulares entre Portugal e os países de fixação” (Rocha-Trindade, “a presença dos ausentes”, p.8-9).

Figura 17 - Modelo conceptual das viagens de regresso



Fonte: Duval, 2003

A figura 17 apresenta o modelo conceptual das viagens de regresso dos migrantes. Este modelo, conceitualizado por William & Hall (2002) em primeira instância, demonstra que as visitas de regresso dos migrantes devem ser analisadas na perspectiva das relações transnacionais entre diversas localidades e não numa óptica simplista bi-lateral (terra natal / diáspora). De facto, as relações transnacionais não se resumem às ligações existentes entre a terra natal e a terra de emigração, mas sim entre diversos destinos interligados entre eles e os múltiplos movimentos das pessoas. As casas A e B representam localidades específicas de concentração de comunidades diásporas formadas como resultado da emigração directa a partir da terra natal. Por extensão, a casa C representa movimentos subsequentes, com conexões sociais sucessivas incorporando as localidades de emigração (A e B) assim como a terra natal. Por exemplo, um emigrante português pode decidir, a determinada altura, emigrar para a Alemanha (país A) durante um determinado período. De seguida, esse mesmo emigrante decide emigrar novamente e ir instalar-se para o Canada (C), deixando na Alemanha familiares e amigos com quem continua a manter laços sociais. As visitas de regresso já não se destinam unicamente para Portugal (terra natal), mas também para a Alemanha, anterior país de residência.

As “visitas de regresso” (*return visits*) podem ser definidas como “viagens periódicas, mas temporárias, feitas por membros de uma comunidade diáspora para qualquer uma das suas terras de origem ou localidade onde ligações sociais se forjaram” (Duval, 2004). Segundo Duval, as viagens de regresso obedecem aos seguintes factores-chave:

- ➔ As visitas de regresso supõem que o visitante retornado tenha conhecimentos sociais e culturais íntimos do destino que só podem surgir de experiências de primeira-mão.
- ➔ O visitante retornado, por oposição ao turista que visita familiares e amigos (ou possivelmente os dois), caracteriza-se pelo facto de ter ligações sociais e familiares extensivas, num determinado destino visitado.
- ➔ As visitas de regresso permitem o reforço do capital social envolvendo indivíduos que necessitam de pertencer forçosamente a uma unidade social associada às comunidades diáspora resultantes de episódios migratórios passados. As comunidades diáspora e as unidades sociais são finalmente baseadas em estruturas transnacionais.

As viagens de regresso dos migrantes devem ser interpretadas numa perspectiva transnacional das migrações. Segundo Baldassar (1997), analisar as viagens de regresso ao país de origem dos migrantes, é compreender as relações existentes entre local, migração, terra natal e identidade e sobretudo conhecer a forma como o processo de migração afecta as ligações a determinados lugares. Baldassar (2001) analisa o significado das visitas de regresso dos migrantes de uma aldeia chamada San Fior, em Itália e chega à conclusão que os migrantes originários dessa terra voltam regularmente à aldeia e que nas últimas duas décadas, a frequência das viagens tem vindo a intensificar-se. A autora vai mais longe e afirma que as pessoas entrevistadas, no âmbito do seu estudo, afirmam que as ligações existentes entre um migrante e o seu país de origem são comparáveis àquelas existentes entre mãe e filhos.

As visitas de regresso dos migrantes apresentam muitas similaridades com o turismo VFA. As interacções sociais que os migrantes constroem e mantêm no estrangeiro dão uma dimensão transnacional a estas visitas que permitem equilibrar as identidades e as redes transaccionais através do contacto físico.

### 3.6.2. O mercado VFA – Visita a Familiares e Amigos

O interesse no turismo VFA, de parte da comunidade científica, é relativamente recente, tendo os estudos começado a surgir no início dos anos 1990. Compreender as complexidades e os parâmetros deste mercado turístico tem sido o principal desafio dos investigadores.

Segundo Seaton & Palmer (1997:345), existem consensos de parte dos autores relativamente às seguintes características do mercado VFA:

- É uma categoria que está em crescimento permanente em todo o mundo, devido nomeadamente a razões sociais e políticas;
- Para alguns destinos, é o principal mercado turístico;
- A sua importância ao nível financeiro poderá estar subestimada, em particular para determinados grupos étnicos ou grupos de migrantes.

Seaton (1994:319) divide o mercado VFA em três sub-grupos: os que visitam amigos, os que visitam familiares, e os que visitam familiares e amigos, também explica que, os viajantes orientados para os amigos são mais livres, no que diz respeito à escolha de destino turístico, do que aqueles orientados para a família que têm mais propensão a serem motivados pelo sentido da obrigação. Moscardo et al (2000:251), além de segmentar o mercado VFA segundo o tipo de turista, classifica o mercado VFA com base no tipo de alojamento escolhido pelos viajantes e com base na duração da viagem. Alguns viajantes deste mercado ficam unicamente em casa de familiares e amigos enquanto que outros pernoitam em alojamento comercial.

O mercado VFA é muitas vezes assimilado a um segmento de mercado com impacto económico reduzido não sendo apelativo para os gestores de marketing ficando assim, fora das técnicas tradicionais de marketing do turismo. Duval (2002), admite que, devido ao facto das motivações que movem os turistas VFA serem dispersas, torna-se tarefa difícil elaborar estratégias de marketing eficazes para este mercado ainda misterioso em muitas das suas características. Consequentemente, é assumido que estes turistas não são influenciáveis ou pouco influenciáveis com as técnicas tradicionais de marketing destinadas a aumentar a procura turística. Segundo Hay (1996), uma das razões pelas quais existem poucas campanhas de marketing dirigidas a este mercado, encontra-se no facto deste ser um

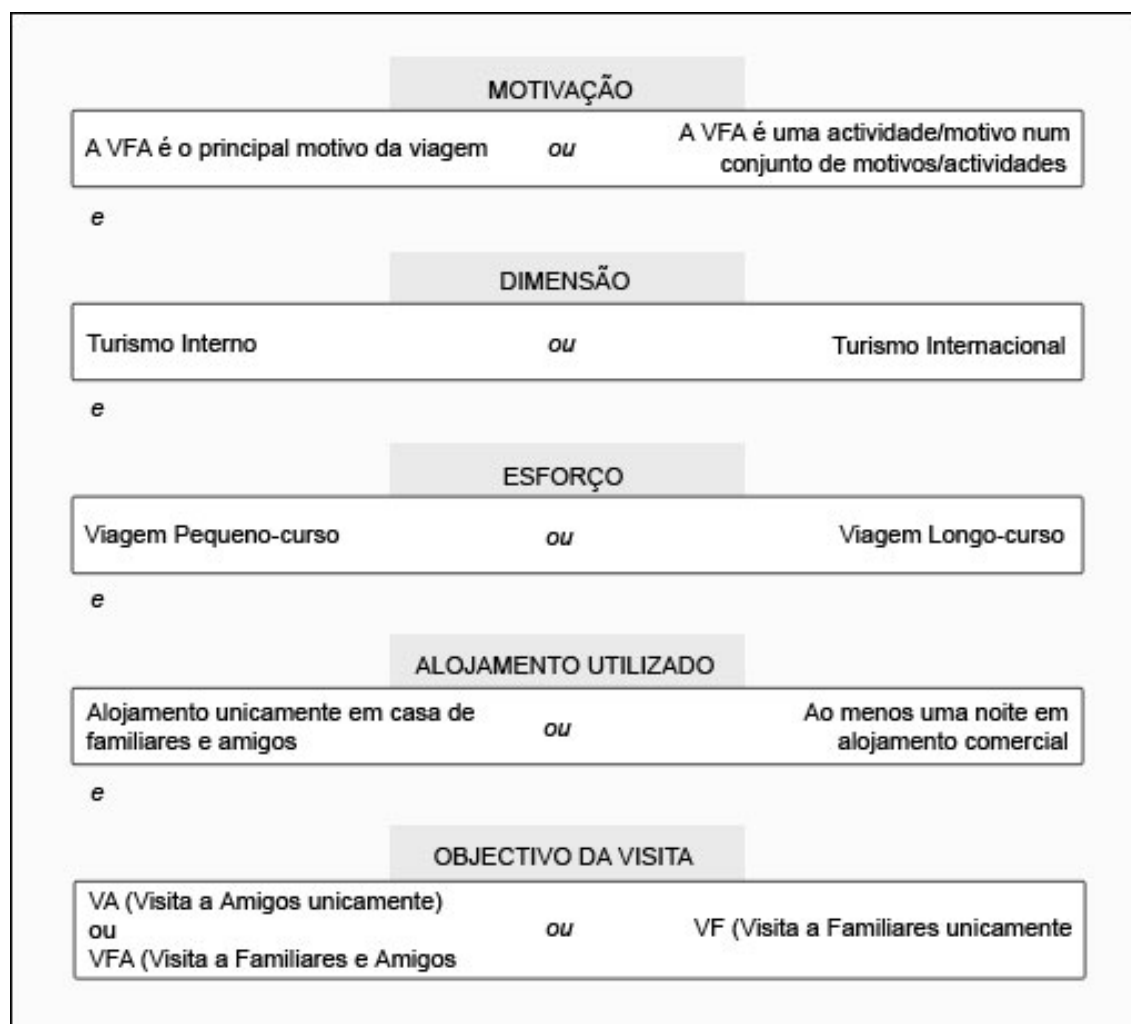


mercado-alvo muito difícil de atingir. “Os gestores de marketing assim como as instituições de promoção turística têm vindo assumir, de maneira geral, que os turistas VFA, comparados com os turistas convencionais do turismo de massas, contribuem menos para a economia local do destino” (Duval, 2003:272), isto devido ao facto de não utilizarem, com a mesma intensidade que os turistas de massas, as unidades de alojamento para pernoitarem, os restaurantes e as atracções, não possibilitando receitas turísticas tão elevadas.

Associado tradicionalmente na literatura, às comunidades transnacionais, o mercado VFA é parte integrante do fenómeno migratório e de outros modelos de mobilidade temporária. Williams & Hall (2002) afirmam que o crescimento das migrações permanentes e das comunidades transnacionais geram um potencial significativo para o turismo VFA, e que o modelo que agrega as interligações entre turismo e migrações mostra que os migrantes permanentes têm particularmente apetência para efectuar viagens com destino ao seu país de origem para visitar os seus familiares e amigos. Krakover & Karplus (2002), mostram que “migrantes potenciais” têm muito em comum com os viajantes VFA na medida em que por um lado, ambos obtêm informação através de fontes similares antes de viajar, e que por outro lado, ao chegar, ambos têm a mesma propensão em ficar com amigos e familiares.

No sentido de conhecer melhor o mercado e na tentativa de enquadrar de forma conceptual as visitas a familiares e amigos, surgem várias tipologias de parte da comunidade académica. Por exemplo, Pearce & Moscardo (2005) defendem que o turismo VFA tem 5 características principais tal como demonstra a figura 18.

Figura 18 – Tipologia dos turistas VFR



Fonte: Pearce &amp; Moscardo (2005)

- **Motivação:** a visita a familiares e amigos pode ser o único motivo de deslocação ou estar inserido num conjunto de motivações;
- **Dimensão:** a viagem pode ser no país de residência ou para um país estrangeiro;
- **Esforço:** a viagem pode ser de pequeno-curso (duração inferior a 4 horas) ou de longo-curso;
- **Alojamento utilizado:** o viajante pode recorrer ou não ao alojamento comercial;

- **Objectivo da visita:** o viajante pode querer visitar unicamente amigos, unicamente familiares ou ambos (familiares e amigos).

Quantificar os turistas que se deslocam para determinado destino com o objectivo de visitar familiares e amigos tem sido uma tarefa cumprida nas análises de mercado. Para isso, é simplesmente introduzido nos questionários elaborados junto da procura turística, a categoria “VFA” na escolha das motivações que levaram à tomada de decisão. No entanto, não se encontram aprofundamentos sobre este mercado, em que é necessário compreender os contextos históricos e sociais assim como os processos aos quais estes movimentos de pessoas obedecem. Segundo Duval (2003:24) “apesar destes estudos sobre o mercado VFA terem trazido algum esclarecimento sobre os hábitos de despesas e de turismo dos viajantes VFA, e como tal mostraram sua contribuição económica para este mercado ser digno de uma atenção considerável, a maior parte dos estudos em turismo VFA tendem em focalizar-se em classificações segundo tipologias dos próprios turistas, enquanto que é dada pouca atenção ou é pouco discutida a motivação subjacente a o significado social destas visitas”.

Jackson (1990), elabora um estudo que analisa o mercado VFA e que demonstra que este mercado é largamente subavaliado pelas organizações nacionais do turismo dizendo que estas mesmas organizações têm pouco interesse nos turistas VFA porque não utilizam as facilidades vocacionadas para os turistas, ou seja, a maior parte da oferta da indústria turística. De facto, o principal debate na literatura deste início de século em torno deste tema, centra-se em demonstrar até que ponto é possível assimilar o mercado do “turismo dos migrantes” a uma extensão do mercado VFA, e prende-se ao facto de perceber as motivações exactas que suscitam estas viagens. O estudo de caso que se propõe desenvolver a presente investigação, tem entre outros objectivos, o de determinar as motivações, as actividades exercidas e as despesas efectuadas durante a estada emigrantes na terra de origem, assimilados aos mercado VFA. Através de uma amostragem da população, a análise é feita a partir do tratamento de dados recolhidos através de um questionário administrado junto de emigrantes do concelho de Ílhavo, residentes em diversos países do mundo. Duval (2003) estudou a comunidade emigrante das Caraíbas orientais em Toronto (Canada), e por consequência analisou as suas visitas à região de origem e demonstrou as relações existentes entre o mercado VFA e as diásporas.

### 3.6.3. Os conceitos de “turismo étnico” e de “turismo de herança”

O turismo promove contactos entre pessoas que não são necessariamente estrangeiras umas às outras e que podem fazer parte de um determinado grupo étnico (Hitchcock, 1999:17). Neste sentido um segmento importante do turismo é especificamente relacionado com a interação entre pessoas da mesma cultura que se movem num mundo transnacional. A conceitualização e definição de termos que qualifiquem o segmento de mercado do turismo relacionado com as visitas dos migrantes ao país natal, parece carecer de algum rigor e concordância. Surgem termos como “turismo étnico” e “turismo de herança” cujas definições não são claramente apresentadas na literatura.

A expressão “turismo étnico” tem sido usada para qualificar três situações distintas:

- Viagens cujo objectivo consiste em conhecer culturas e pessoas exóticas.
- Viagens que têm como finalidade as reuniões étnicas, isto é, a visita a familiares e amigos.
- O terceiro sentido é aplicado ao “turismo multi-cultural” ou “turismo das minoridades” que geralmente é encarado como um produto turístico.

Esta última categoria de turismo é relacionada com o lado da oferta, ou seja com o fornecimento de produto turístico, enquanto que as duas primeiras abordagens relacionam-se com o lado da procura turística.

A vertente mais corrente da expressão “turismo étnico” é o turismo motivado principalmente pelos contactos autênticos e íntimos dos turistas com as pessoas, familiares ou amigos, com quem estão emocionalmente unidos, trata-se de facto, de viagens de regresso dos migrantes, muitas vezes assimiladas a visitas a familiares e/ou amigos (Feng & Page (2000). Neste caso, os migrantes fazem viagens ao país de origem à busca de suas raízes, para reafirmar e reforçar suas identidades, e para se encontrarem com outros membros da comunidade diáspora (Coles and Timothy, 2004:14).

McCain & Ray (2003) desenvolvem o conceito de “turismo de herança” subjacente ao das reuniões étnicas mas que se diferencia pelo facto de focalizar-se nas gerações descendentes dos migrantes que procuram ligar-se aos seus antepassados. O “turismo de herança” (*legacy tourism* ou *heritage tourism*) é assim definido como sendo a representação de um mercado

turístico composto por pessoas que viajam com objectivo de obter informações genealógicas ou simplesmente conectar-se às suas raízes e por consequência aos seus antepassados.

“Turismo étnico” e “turismo de herança” são dois conceitos muito similares cujas definições não apresentam de forma óbvia as diferenças que possam existir. King (1994) define o turismo étnico como sendo “viagens internacionais com destino ao país dos antepassados sem uma intenção de estabelecimento permanente, de emigração ou “remigração”, ou de exercer uma actividade remunerada”. Nesta definição está introduzido o conceito de “antepassados” subjacente ao turismo de herança apresentado anteriormente.

No entanto, é possível diferenciar dois tipos de turismo interligados aos movimentos migratórios onde a dimensão temporal é contemplada: o *turismo dos migrantes* e o *turismo ancestral*.

— Turismo dos migrantes: refere-se às viagens periódicas de regresso ao país de origem dos migrantes de primeira, segunda e terceira geração. O objectivo principal destas viagens é reunir-se com familiares e amigos que tenham ficado a viver no país de origem ou que tenham emigrado para outros países.

— Turismo ancestral: refere-se às viagens de turistas que têm ligações genealógicas com determinado país, tendo como objectivo a busca de informação ou simplesmente a busca do sentimento de conexão às raízes antepassadas. Esta forma de turismo introduz o conceito de “antepassados” e não o conceito de “ascendentes” introduzido no turismo dos migrantes.

No caso do turismo dos migrantes, o turista ainda tem o estatuto de migrante (de primeira, segunda ou terceira geração), enquanto que no caso do turismo ancestral, o turista já não é considerado um migrante estando completamente integrado na sociedade de acolhimento dos seus antepassados que fizeram parte do movimento migratório.

O presente trabalho focaliza-se no estudo do turismo dos migrantes portugueses e mais particularmente dos emigrantes originários do concelho de Ílhavo. No entanto, seria de um grande interesse aprofundar a temática do “turismo ancestral”, sabendo que na história de Portugal, os primeiros movimentos migratórios se reportam ao século XV (Cf. capítulo 2) e que existem seguramente populações espalhadas pelo mundo ligadas com Portugal de parte das suas “raízes”.

#### 3.6.4. A importância do turismo dos migrantes na literatura

Os primeiros estudos desenvolvidos no sentido de apurar a importância das reuniões étnicas para países com grande tradição emigratória apareceram nos anos oitenta. Liu et al (1984), examinou o impacto económico das reuniões étnicas no caso da Turquia, usando efeitos multiplicadores aplicados ao turismo para determinar os impactos deste mercado. Uma das conclusões retiradas deste estudo, foi que os visitantes que vêm com a finalidade de se reunir com familiares e amigos do seu país de origem, têm um impacto positivo no turismo do destino, apesar de na grande maioria dos casos não pernoitarem em alojamento comercial.

Em 1988, Thanopoulos & Walle desenvolvem um estudo aplicado a emigrantes gregos residentes nos E.U.A. Este trabalho demonstrou que existia mais de um milhão de gregos residentes nos E.U.A., e que 30% destes mesmos eram potenciais viajantes para a Grécia.

Estudos recentes têm sido desenvolvidos com o objectivo de aprofundar esta área de investigação, como por exemplo, Feng & Page (2000), *An Exploratory Study of the Tourism, Migration–Immigration Nexus: Travel Experiences of Chinese Residents in New Zealand*; Kang & Page (2000), *Tourism, migration and emigration: travel patterns of Korean-New Zealanders in the 1990s*; Bell & Ward (2000), *Comparing Permanent Migration with Temporary Mobility: An Analysis of Australian Data*; Baldassar (2001), *Visits Home: Migration experiences between Italy and Austrália*; Duval (2003), *When Hosts become Guests: return visits and diasporic identities in a Commonwealth Eastern Caribbean Community*; Asiedu (2005), *Some benefits of migrants return visits to Ghana*.

#### 3.7. Conclusão

Na era da mobilidade e num mundo globalizado, assiste-se a um aumento considerável dos fluxos de diversas naturezas tais como fluxos de informação, fluxos de comunicação, fluxos financeiros, mas também fluxos populacionais. As pessoas movimentam-se, com uma facilidade crescente, de determinado local no mundo para outro, influenciando directamente as dinâmicas subjacentes aos impactos sociais e económicos da mobilidade humana e criando redes que ultrapassam as fronteiras nacionais, caracterizadas pela existência de laços afectivos fortes que unem os seus elementos. O turismo e as migrações são os dois principais motivos que levam as pessoas a movimentarem-se no espaço e no tempo atingindo uma dimensão considerável. O impacto das migrações no turismo tem despertado o interesse

da comunidade científica que começa a interessar-se pelo turismo dos migrantes, ou seja as viagens periódicas dos migrantes ao país de origem, assimilando-o ao mercado turístico de visita a familiares e amigos.

Estudar as razões que levam a uma intensificação tão forte dos laços existentes entre migrantes e terra de origem, é importante para avaliar com maior exactidão a amplitude do turismo dos migrantes. É necessário quantificar e caracterizar este processo num contexto de análise aprofundada do fenómeno. Não existem dados quanto à quantificação das viagens de regresso dos migrantes em Portugal, de facto, os turistas que entram no país, têm sido categorizados de acordo com a sua nacionalidade e não de acordo com o seu país de residência habitual.

## **CAPÍTULO 4 – Metodologia do estudo**

---



#### **4.1. Introdução**

Os movimentos populacionais têm sido objecto de imensos estudos nacionais e internacionais quer ao nível do turismo quer ao nível das migrações. Em Portugal, os movimentos migratórios são quantificados através de um trabalho de recolha de dados estatísticos, efectuado periodicamente pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). As estatísticas dividem os emigrantes em duas categorias: emigrantes temporários (indivíduos que deixam Portugal por um período de tempo inferior ou igual a um ano) e emigrantes permanentes (indivíduos que se ausentam do país para um período superior a um ano).

Para o sector do turismo, são elaborados continuamente estudos que permitam relatar e quantificar os movimentos de pessoas, é o caso dos inquéritos aos movimentos de fronteiras feitos pelo INE com a colaboração da Direcção Geral do Turismo (DGT).

Associar os movimentos migratórios aos movimentos turísticos é estudar as lógicas e características do projecto emigratório e aprofundar as dinâmicas de regresso periódico ao país de origem. Na medida em que não existe informação publicada quanto a estas formas de mobilidade, isto é, as visitas a Portugal dos portugueses residentes no estrangeiro, revelou-se de grande interesse estudar e aprofundar este tema. Em Portugal, não há nenhuma informação focalizada em determinar o potencial deste mercado, as suas características e motivações, e o seu impacto económico na actividade turística do país.

No sentido de recolher dados úteis, tornou-se necessário, em primeiro lugar, saber o que procurar, e de seguida, tentar obter respostas a determinadas questões. A revisão da literatura é a primeira etapa da estratégia metodológica adoptada no presente trabalho de investigação, são recolhidos dados referentes aos movimentos migratórios (capítulo 1), à emigração portuguesa e sua evolução (capítulo 2) e ao turismo associado às migrações e à mobilidade humana (capítulo 3). Tratou-se de uma leitura exploratória de vários textos publicados em Portugal e no estrangeiro, da sua análise e do seu tratamento de acordo com as várias componentes conceptuais. Esta etapa permitiu construir um quadro teórico sólido e definir linhas orientadoras para a elaboração dos objectivos do estudo.

A segunda etapa consiste em definir com exactidão o problema do tema em análise e construir e apresentar os objectivos gerais e as hipóteses da pesquisa. Por fim, é descrito o método e as técnicas utilizadas no desenvolvimento deste trabalho e é apresentada uma análise crítica da estratégia metodológica adoptada nesta investigação, de forma a conhecer e assumir os pontos fortes e os pontos fracos do trabalho desenvolvido.

## Delimitação do problema e objectivos do estudo

Segundo Kerlinger (1980, pp.36), a definição do problema de investigação científica consiste numa “questão que pergunta como as variáveis estão relacionadas”. Este mesmo autor defende que um problema de pesquisa correctamente delimitado deve obedecer aos seguintes critérios:

- O problema deve expressar a relação entre duas ou mais variáveis.
- O problema deve ser apresentado de forma interrogativa.
- O problema deve implicar possibilidades de testagem empírica de modo a que seja produzida a evidência real sobre a relação apresentada no problema.

A delimitação do problema do presente trabalho decorre do tema em estudo, ou seja, o turismo gerado pelos movimentos emigratórios portugueses. A questão principal consiste em procurar saber até que ponto a emigração portuguesa gera turismo para Portugal. Sendo assim o problema pode ser apresentado da seguinte forma:

*Num contexto de mobilidade humana crescente e num país de tradição emigratória notória como Portugal, quais são as características e o impacto do mercado turístico dos portugueses residentes no estrangeiro?*

A presente investigação é testada ao nível de um concelho com forte tradição emigratória: o concelho de Ílhavo. Após a delimitação do problema são construídos objectivos para uma melhor monitorização e avaliação do trabalho de investigação. Os objectivos gerais apurados são os seguintes:

- ✓ Apurar as características das viagens à terra de origem dos emigrantes do concelho;
- ✓ Definir as suas principais motivações deste mercado;
- ✓ Conhecer as actividades mais praticadas;
- ✓ Quantificar o orçamento gasto nas férias;
- ✓ Verificar se este mercado obedece a determinados padrões de comportamento comuns.

A recolha de dados primários é feita ao nível de um concelho de forte tradição emigratória: o concelho de Ílhavo. A escolha desta população, os emigrantes do concelho de Ílhavo, prende-se por um lado, ao facto deste concelho ter sido, nos anos de maior emigração em Portugal, um concelho com elevados movimentos emigratórios como já referido anteriormente, e por outro lado, ao facto deste fenómeno ter sido estudado, no âmbito de uma tese de doutoramento, pelo Prof. Jorge Arroiteia, da qual decorreu a obra “Os Ílhavos e os Murtoseiros na emigração portuguesa” 1984, constituindo assim um ponto de partida consistente para a presente investigação.

Neste sentido foi elaborado um trabalho de planeamento, consulta e definição exacta da informação a obter para cumprir os objectivos do estudo, de forma a responder ao problema e verificar se as hipóteses abaixo enunciadas foram verificadas:

**Hipótese 1:** O facto dos portugueses residentes no estrangeiro manterem relações afectivas, familiares, culturais e económicas com Portugal, contribui para um aumento da propensão a viajar para sua terra de origem e para a fidelização do mercado.

**Hipótese 2:** Existe uma relação entre o local de residência e a frequência das viagens para Portugal.

**Hipótese 3:** O mercado dos portugueses residentes no estrangeiro é associado ao mercado VFA - Visita a Familiares e Amigos.

**Hipótese 4:** O mercado dos portugueses residentes apresenta despesas médias elevadas resultando dos efeitos multiplicadores do turismo.

#### **4.2. Métodos de recolha e análise de dados**

A escolha dos métodos a utilizar em projectos de investigação científica depende fortemente dos objectivos gerais do estudo e das hipóteses a testar, e também da disciplina na qual este estudo se enquadra. Em ciências sociais, é comum diferenciar as metodologias quantitativas das metodologias qualitativas.

Revela-se importante definir o conceito de “método” para entender mais aprofundadamente as escolhas tomadas na investigação. O método “o conjunto de actividades sistemáticas e

racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objectivo – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista” (Lakatos, Marcona, 1991, 83 in Guedes, 2006).

Segundo Pardal e Correia (1996), “o método consiste, essencialmente num conjunto de operações, situadas a diferentes níveis, que têm em vista a consecução de objectivos determinados, corresponde a um corpo orientador da pesquisa que, obedecendo a um sistema de normas, torna possíveis a selecção e a articulação de técnicas, no intuito de se poder desenvolver o processo de verificação empírica”.

Assim, a metodologia adoptada para o desenvolvimento do presente trabalho, ou seja, o conjunto de procedimentos utilizados para chegar aos objectivos gerais estipulados, foi apurada de acordo com a delimitação do problema apresentado e com as hipóteses enunciadas. O método utilizado é um método exploratório, consistindo no estudo do caso de determinada população, mais particularmente na exploração das suas características enquanto mercado turístico para Portugal. Este método visa a abertura de caminhos a futuros estudos. Segundo Bell (2002), “a grande vantagem deste método consiste no facto de permitir ao investigador a possibilidade de se concentrar num caso específico ou situação e de identificar, ou tentar identificar, os diversos processos interactivos em curso”.

Para aplicar determinado método, utilizam-se variadas técnicas. As técnicas são os “procedimentos operatórios rigorosos, bem definidos, transmissíveis, susceptíveis de serem novamente aplicados nas mesmas condições, adaptadas ao tipo de problema e aos fenómenos em causa. A escolha das técnicas depende do objectivo que se quer atingir, o qual, por sua vez, está ligado ao método do trabalho” (Carmo e Ferreira, 1998).

Existem várias técnicas utilizadas em projectos de investigação tais como:

- A observação - é a técnica por excelência utilizada para estudar os comportamentos humanos, é baseada no registo de ocorrências de acordo com determinados critérios pré-estabelecidos. O grau de estruturação da observação vai depender do tipo de estudo e da fase em que o seu desenvolvimento se encontra, salienta-se o facto da observação estruturada obedece a um maior rigor na recolha de dados do que a observação não-estruturada. A observação pode ser participante ou não, dependendo do grau de acção do observador no processo.

- A entrevista - o objectivo principal é recolher opiniões de sujeitos sobre temáticas que revelam interesse para a consecução dos objectivos da investigação. Esta técnica tem a característica de ser interactiva entre o entrevistado e o entrevistador podendo ser de três tipos: estruturadas, não estruturadas ou semi-estruturadas, dependendo da existência ou não de um guião e do grau de liberdade atribuído ao entrevistado.
- Os questionários – é um instrumento de recolha de informação preenchido pelo inquirido, tem a vantagem de permitir uma grande abrangência da população a inquirir. A sua construção deve ser elaborada de acordo com a população em estudo e deve apresentar características tais a clareza, a precisão e a consistência. A apresentação do questionário é muito importante na medida em que um aspecto visual conseguido possibilita um estímulo às respostas.

Para recolher os dados necessários de forma a atingir os objectivos deste trabalho, foi utilizada a técnica do inquérito por questionário. De acordo com Quivy (2003), esta técnica “consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimento ou de consciência de um acontecimento ou de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse os investigadores”. Esta técnica revela-se particularmente adequada na medida em que, por um lado, o objectivo é conhecer a população no que diz respeito às suas condições sociais e familiares, aos seus comportamentos, e aos seus hábitos de consumo relativamente a determinados produtos e serviços, e por outro lado, na medida em que se revelou necessário interrogar um grande número de pessoas de forma a obter uma representatividade satisfatória.

#### **4.2.1. Elaboração do questionário**

Para investigar a magnitude e o impacto turístico da população estudada, foi administrado um questionário aos emigrantes do concelho de Ílhavo. O objectivo consistiu em definir padrões de comportamento e definir hábitos comuns nas viagens a Portugal. Foram investigados os laços, as atitudes e as percepções relativamente ao seu país de origem, foi também pedido aos inquiridos, que estimassem o montante de dinheiro médio gasto numa visita a Portugal.

O questionário foi elaborado de acordo com os temas desenvolvidos na revisão bibliográfica deste trabalho, de acordo com os seus objectivos gerais e de forma a testar as hipóteses acima enunciadas. Houve uma preocupação em redigir com grande clareza as questões e em apresentá-las de forma muito cuidada, para que os inquiridos se sentissem encorajados a ler e a responder às questões.

Deste modo, a redacção do questionário seguiu os seguintes critérios:

- ✓ Compreensão das perguntas pelos inquiridos;
- ✓ As respostas alternativas às questões fechadas cobrem todas as respostas possíveis;
- ✓ Inexistência de perguntas inúteis, inadequadas ou demasiado difíceis;
- ✓ A não omissão de perguntas relevantes;
- ✓ O questionário é considerado curto, divertido e fácil.

Uma primeira versão do questionário foi apresentada a especialistas em matéria de emigração portuguesa do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro e do Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Aveiro, que através de sua análise, elaboraram recomendações. De acordo com as considerações discutidas, foi elaborado o questionário final apresentando características de maior eficiência no processo de recolha de informação para a presente investigação (cf. Anexo 1).

#### **4.2.2. Objectivos e justificação das questões**

O questionário está dividido em três grupos de informação e segue uma categorização específica. A primeira parte do questionário é intitulada “Percurso do Emigrante”, a segunda “Viagens a Portugal” e a terceira “Dados pessoais”.

Foram utilizadas vários tipos de perguntas:

- As perguntas abertas, ou seja aquelas que permitem a plena liberdade de resposta ao inquirido.
- As perguntas fechadas, ou seja aquelas que limitam o inquirido à opção por uma de entre as respostas apresentadas. A pergunta fechada típica é aquela que coloca o inquirido numa situação de opção de resposta entre o sim e o não.

- As perguntas de escolha múltipla, ou seja aquelas que permitem ao inquirido, a escolha entre uma ou várias respostas. Estas questões são tendencialmente fechadas.
- As perguntas de avaliação, ou seja aquelas que oferecem ao inquirido a possibilidade de escolher entre várias respostas propostas mas com uma componente adicional, a componente quantitativa. Esta componente permite captar graus de intensidade e de frequência através de uma escala de 1 a 5.

As questões foram elaboradas de forma a responder ao problema do estudo e a verificar as hipóteses colocadas. O questionário está dividido nos três grupos de questões seguintes:

1. O percurso do emigrante;
2. Viagens a Portugal;
3. Dados pessoais.

#### 4.2.2.1. Percurso do Emigrante

O objectivo deste conjunto de perguntas consiste em obter dados que demonstrem, por um lado, qual a posição do emigrante face ao seu projecto de emigração, e por outro lado qual a intensidade dos laços emocionais e comerciais existentes com Portugal.

Perguntar qual o **país e a cidade de residência (questão nº 1)** visa em primeiro lugar, segmentar a população por zonas geográficas de proveniência e em segundo lugar, fazer associações e comparações com outras questões, tomando como referência o país de residência (ex: Idade / País de residência, Meio de transporte utilizado / País de residência). Por fim, é necessário determinar se é possível verificar a existência de correlações entre *distância geográfica de Portugal e frequência das visitas a Portugal*, e entre o nível de vida no país de residência e as visitas a Portugal.

O **ano de emigração (questão nº 2)** permite situar o estudo da população no tempo, avaliar quais os períodos de maiores e de menores fluxos emigratórios.

É necessário saber se as pessoas que têm a **dupla nacionalidade (questão nº 3)** viajam mais ou menos que os outros, isto é, se o facto de possuir a nacionalidade do país de residência tem alguma influência na frequência das visitas a Portugal. Neste caso, a hipótese

considerada consiste em admitir que os inquiridos que possuem a nacionalidade do seu país de residência não viajam para Portugal com uma frequência tão elevada como aqueles que são unicamente de nacionalidade portuguesa.

Conhecer o número de **filhos (questão nº 4)** dos inquiridos consiste em quantificar o mercado dos luso-descendentes e estimar o seu potencial turístico para Portugal. De facto, é demonstrado no capítulo anterior que, a existência de laços emocionais com um determinado país ou local, transmitidos através dos pais influencia fortemente na tomada de decisão de escolha de destino turístico. De facto, admite-se que a apetência para visitar Portugal dos luso-descendentes é nitidamente superior àquela que se pode verificar nas pessoas cujas origens são de outro país.

Apurar os **conhecimentos da língua portuguesa (questão nº 5 e 6)** destes luso-descendentes permite, por um lado, caracterizar este grupo de indivíduos quanto aos seus conhecimentos da língua portuguesa, e por outro lado, definir se existe interacção entre o nível de conhecimento da língua portuguesa e a frequência das viagens a Portugal. As numerosas acções do Estado Português no sentido de providenciar o ensino da língua portuguesa nos países de maior emigração portuguesa, contribuem para que a cultura portuguesa seja difundida pelos luso-descendentes e consequentemente para que sejam reforçados os laços culturais com Portugal.

Na medida em que a principal motivação dos emigrantes, em viajarem até ao seu país de origem, consiste na visita a familiares e amigos, tal como exposto por vários autores (cf. Capítulo 3), revela-se de extrema importância saber se os inquiridos têm ou não **familiares próximos em Portugal (questão nº 7)** e verificar até que ponto a sua existência influencia a frequência das visitas e dos contactos com Portugal. De forma inversa, também se deve verificar se a existência de **familiares próximos no país de residência (questão nº 8)**, pesa na frequência de visitas e contactos com Portugal. O pressuposto consiste em admitir que os indivíduos que têm familiares em Portugal deverão viajar com mais frequência para sua terra de origem enquanto que aqueles que têm familiares próximos no país de residência, terão tendência para viajar com menor frequência.

É pedido aos inquiridos que informem sobre o facto de estarem inscritos ou não em algum **consulado português (questão nº 9)** no seu país de residência. Nesta questão, a hipótese é a seguinte: quem está inscrito num consulado português, preocupa-se em manter laços de cidadania com Portugal, estes laços podem influenciar a frequência das viagens a Portugal. No entanto, em determinados países esta inscrição pode ser praticamente obrigatória, na



medida em que é exigido um passaporte para entrar e sair do país, e que na impossibilidade de efectuar o seu pedido em Portugal, deve ser feito através de um consulado.

Medir os **contactos existentes com produtos e serviços portugueses (questão nº 10)** consiste em apurar os canais de comunicação os mais utilizados entre os emigrantes e o país de origem e avaliar o grau de importância das ligações comerciais e comunicacionais. A população em estudo, na medida em que se trata de assinantes do jornal «O Ilhavoense», é uma população que tem fortes ligações com Portugal no que diz respeito à busca de informação mais particularmente informação sobre o seu concelho de origem. Culturalmente, assume-se que o povo português dá uma extrema importância à sua localidade natal identificando-se fortemente com as gentes que lá vivem, contribuindo assim para a existência de canais fortes de comunicação entre os indivíduos residentes no estrangeiro e os indivíduos residentes no local.

**As associações portuguesas (questão nº 11)** existentes no estrangeiro constituem o mais importante factor de incremento do convívio e de acção cultural, recreativa e desportiva das comunidades portuguesas nos países de acolhimento, e trazem um contributo para o entendimento entre os povos e um elo de ligação indispensável das comunidades a Portugal e à cultura portuguesa. Fazer parte de uma associação portuguesa no estrangeiro é um factor que permite, por consequência, analisar os laços existentes entre o emigrante e Portugal.

**Ter casa em Portugal (questão nº 12)** é outra variável com grande importância para esta análise. Assume-se que os indivíduos que têm casa em Portugal visitam com maior frequência a sua terra de origem. É perguntado também se a casa se situa no concelho de Ílhavo para poder determinar se quem tem casa no concelho para determinar a proporção de inquiridos que possui alojamento próprio em Ílhavo. Para aqueles que não têm casa em Portugal é necessário saber que tipo de alojamento é utilizado nas suas férias, isto é se ficam em casa de familiares ou amigos ou se recorrem a unidades de alojamento turístico.

No projecto de emigração, **o regresso (questão nº 13)** constitui uma etapa integrada, tal como demonstra a figura 16 do parágrafo 3.6.1.2. O retorno do emigrante no processo de emigração, do capítulo 3 do presente trabalho. Apurar a proporção de emigrantes que pensam regressar não permite obter uma informação muito rigorosa a ser integrada na análise das características deste mercado turístico, na medida em que se trata de uma informação de carácter previsionial e intencional, no entanto, permite apurar a quantidade dos inquiridos que demonstram ter vontade de regressar ao país e associar directamente este facto às ligações que são permanentemente mantidas com Portugal.

#### 4.2.2.2. Viagens a Portugal

O objectivo é em primeiro lugar, determinar as características da população interrogada enquanto mercado turístico, em segundo lugar, apurar as necessidades deste mercado, e por fim, definir recomendações para que a oferta turística responda mais adequadamente à procura.

**A frequência das viagens (questão nº 14)** constitui uma das questões-chave do questionário sendo um factor importante na análise das características do mercado. Através desta variável, é possível estimar a intensidade dos laços existentes entre os inquiridos e o seu país de origem, sejam os laços emocionais, comerciais, profissionais ou de outra natureza. Também, salienta-se o facto deste indicador permitir, por um lado, avaliar o grau de fidelidade mantido entre o mercado em análise e Portugal enquanto destino turístico, tratando-se supostamente de um mercado particularmente fiel, em que a componente emocional tem um papel preponderante, e por outro lado, demonstrar se existe uma categorização possível da população quanto à frequência de suas viagens a Portugal. Além do mais, as informações obtidas com esta questão têm como objectivo serem cruzadas com outras variáveis afim de apurar os graus de correlação existentes.

Identificar **os meses do ano (questão nº 15)** em que os inquiridos costumam efectuar as suas viagens com destino a Portugal permite identificar o nível de sazonalidade deste mercado e apurar os períodos em que estes indivíduos têm mais apetência para viajar para Portugal.

É tomado como hipótese que o “passa a palavra” assume um papel significativo em torno deste mercado. De facto, devido a uma componente emocional muito forte no que diz respeito aos laços existentes entre os portugueses residentes no estrangeiro e o seu país de origem, assume-se que Portugal facilmente é recomendado a amigos ou conhecidos enquanto destino turístico por excelência. Os inquiridos foram questionados sobre a frequência com a qual costumam **sugerir Portugal como destino de férias (questão nº 16)**, mas também, indo mais além, sobre a frequência com a qual costumam **trazer amigos ou conhecidos, nas suas deslocações a Portugal (questão nº 17)**.

É de grande importância **saber onde os emigrantes passam as suas férias (questão nº 18)** quando se deslocam a Portugal, para tal é perguntado se ficam exclusivamente no concelho de Ílhavo, se ficam no concelho de Ílhavo em outros concelhos, ou se ficam exclusivamente em outros concelhos, e quais estes concelhos nos quais pernoitam. O

objectivo consiste em, por um lado, identificar a proporção de pessoas que quando vêm a Portugal, ficam no seu concelho de origem. Existe uma ideia preconcebida que assume que os emigrantes, ao virem a Portugal, ficam exclusivamente na sua terra de origem alojados em sua casa ou em casa de familiares, e que não contribuem de forma significativa para o aumento das receitas turísticas do país. Por outro lado, é necessário comparar esta informação com o facto de terem ou não casa em Ílhavo, e por fim associar as motivações ao local onde são gozadas as férias.

Questionar sobre o número de **dias em que costumam ficar em Ílhavo (questão nº 19)** por um lado, **e em Portugal** por outro lado, permite determinar a permanência média desta população assim como verificar a existência de correlações entre as variáveis “duração da estadia” e o “país de residência”. Estes dados podem também ser associados ao orçamento gasto nas férias, de forma a apurar a despesa média diária.

Assume-se que o inquirido é acompanhado por familiares, amigos ou conhecidos aquando das suas deslocações a Portugal, por consequência, saber **o número de pessoas que costumam viajar para Portugal incluindo o inquirido (questão nº 20)**, permite apurar o número médio de pessoas que costumam viajar para Portugal e estimar, em termos quantitativos o potencial deste mercado.

Sendo **o transporte (questão nº 21)** um dos serviços com maior importância na actividade turística, é necessário apurar quais os meios de transporte mais utilizados por este mercado e cruzar esta informação com a sua proveniência geográfica e com a fatia do orçamento gasto para este efeito.

A população inquirida foi questionada sobre **o alojamento (questão nº 22)** utilizado nas suas estadias em Portugal. As alternativas propostas foram as seguintes: Casa própria; Casa de familiares e amigos; Hotelaria, aldeamentos e apartamentos turísticos; Campismo; Turismo em Espaço Rural; Outros. Assume-se que as respostas a esta questão estão directamente relacionadas com as respostas a uma questão anterior, que consiste em perguntar se o inquirido tem ou não casa em Portugal. O principal objectivo desta questão é apurar os tipos e alojamento mais utilizados por este mercado, verificar se as pessoas que têm casa em Ílhavo, passam suas férias no concelho ou também recorrem a outros tipos de alojamento, e associar o tipo de alojamento à parte do orçamento dedicada ao alojamento.

É primordial saber quais **os motivos (questão nº 23)** que levam os emigrantes a viajarem para Portugal, assumindo que, a grande maioria viaja com o objectivo de visitar familiares e

amigos. A classificação do motivo principal da viagem em grupos foi efectuada de acordo com as recomendações da Organização das Nações Unidas, em 1979, nas Linhas directrizes provisórias sobre as estatísticas do turismo internacional. Esta classificação, utilizada para o turismo interno e para o turismo internacional tem como objectivo medir os segmentos chave do mercado turístico dos portugueses residentes no estrangeiro.

É considerado hoje em dia, que o turista é cada vez mais exigente quanto às actividades que possam ser praticadas no destino turístico. A oferta de actividades pode assumir um papel decisivo no processo de tomada de decisão de destino turístico. No caso da população estudada, é necessário saber quais **as actividades mais importantes (questão nº 24)** e com que frequência são praticadas, para poder avaliar as áreas que possam ser trabalhadas e dinamizadas ao nível local, respondendo assim de forma mais adequada às necessidades do mercado.

Por fim, procede-se à avaliação o consumo turístico da população em análise, isto é, as **despesas efectuadas (questão nº 25)** em território português pelos portugueses residentes no estrangeiro, sendo o consumo dos visitantes o conceito de base que permite medir a actividade turística. O objectivo desta questão é avaliar as despesas efectuadas pelos emigrantes e medir o potencial deste mercado. É necessário estudar as correlações possíveis com outras variáveis: nº de pessoas, país de residência, frequência das visitas, duração, actividades praticadas, local onde gozam as férias. As despesas seguem a seguinte classificação: Alojamento; Alimentação e bebidas; Transporte; Actividades recreativas, culturais e desportivas; compras; outras despesas.

#### **4.2.2.3. Dados Pessoais**

A terceira e última parte do questionário consiste na recolha de informações que permitam determinar o perfil sócio-demográfico dos elementos da população estudada.

Com o objectivo de categorizar o mercado por faixas etárias e verificar se existem padrões de comportamento relacionados com a idade, é solicitado aos inquiridos que respondam à questão **“Qual a sua idade?” (questão nº 26)**. Os inquiridos são também interrogados quanto ao seu **género (questão nº 27)**, de forma a identificar a proporção de homens e de mulheres na população.

Em terceiro lugar, solicita-se que seja quantificado o **agregado familiar (questão nº 28)** para poder determinar se as viagens são feitas “em família” e pedem-se as **habilitações literárias (questão nº 29)**, com o objectivo de determinar o nível médio de instrução da população. Por fim, sob forma de pergunta aberta, é solicitado ao inquirido que informe sobre a sua **profissão (questão nº 30)**.

#### 4.2.3. População do Estudo

Os elementos sobre as saídas de indivíduos para o estrangeiro, provenientes do concelho de Ílhavo, são escassos, de facto, é difícil estimar com exactidão o número de saídas de população ao longo do tempo, e por consequência quantificar o número de emigrantes do concelho de Ílhavo. No entanto, Arroteia (1984), no seu estudo intitulado “Os Ílhavos e os Murtoseiros na Emigração Portuguesa”, expõe alguns registos relativamente aos destinos da emigração do concelho de Ílhavo no período de 1955 – 1974, o dito movimento intra-europeu (Ver Figura 18). No período em referência, A França é o principal país de emigração dos habitantes do concelho (28%), seguida dos E.U.A. (24%). De acordo com este trabalho mais sólido de Arroteia, é possível caracterizar os emigrantes do concelho de Ílhavo quanto ao seu país de destino. No entanto, verifica-se que os questionários foram enviado a uma população que não estão rigorosamente de acordo com esta repartição na medida em foram disponibilizados endereços de pessoas com duas características comuns: serem originários do concelho de Ílhavo e serem assinantes do Jornal “O Ilhavense”. O número superior dos americanos na população estudada relativamente ao trabalho do Arroteia, poderá dever-se ao facto da distância ser um factor que influencie a vontade de reforçar os laços com a terra de origem, proporcionando assim, a compra do jornal de forma mais sistemática.

Perante uma situação de dificuldade em proceder à recolha de dados de forma concentrada e objectiva, sabendo que os potenciais inquiridos estão geograficamente espalhados por vários países no mundo, foi assumido como população, a base de dados cedida, de forma muito colaborante, pelo Jornal “O Ilhavense”. Na medida em que se trata de um estudo exploratório, assumimos que um número muito significativo de emigrantes compra o jornal da terra e que, por consequência, consideramos que esta população é representativa dos portugueses de Ílhavo residentes no estrangeiro.

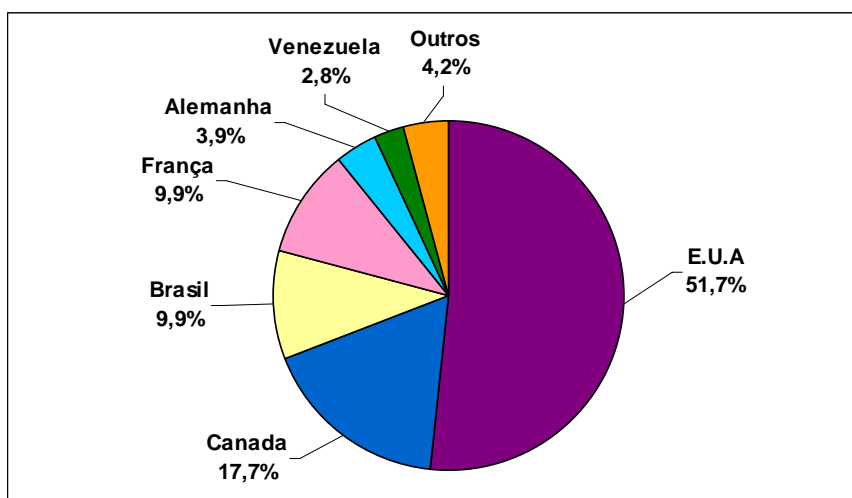
Esta publicação do concelho de Ílhavo, que vai mantendo vivos os laços estreitos entre os ilhavenses residentes no estrangeiro e seu concelho de origem, é trimensal e tem sede na

cidade de Ílhavo. A base de dados utilizada para a administração do questionário, contém os endereços de emigrantes que, além de serem originários do concelho de Ílhavo, também são assinantes deste jornal, e recebem nas suas casas no estrangeiro, novidades e acontecimentos da sua terra natal.

O número total de endereços cedidos foi de 580, em que 46 devem ser subtraídos por serem endereços inválidos, isto é, 46 questionários nunca chegaram ao destinatário tendo sido devolvidos pelos serviços de correio. Assim sendo, o número a considerar no presente estudo é de 544 questionários enviados para 18 países diferentes, de acordo com a tabela 4 e com a figura 19. A população em análise encontra-se distribuída da seguinte forma:

**Tabela 4 – Questionários enviados por países**

PAÍS	Nº	%
U.S.A.	281	51,6%
África do Sul	2	0,4%
Alemanha	21	3,8%
Argentina	1	0,2%
Austrália	2	0,4%
Bélgica	3	0,6%
Brasil	54	9,9%
Canada	96	17,6%
Espanha	4	0,7%
França	54	9,9%
Holanda	1	0,2%
Inglaterra	3	0,6%
Itália	1	0,2%
Luxemburgo	1	0,2%
Macau	1	0,2%
Suiça	3	0,6%
Timor	1	0,2%
Venezuela	15	2,7%
<b>Total</b>	<b>544</b>	<b>100,00%</b>

**Figura 19 - Questionários enviados por países**

A figura 19 mostra os principais países para os quais foram enviados os questionários. Mais de 50% dos questionários foram enviados para os E.U.A., para o Canadá foram enviados aproximadamente 18%, para o Brasil 10%, para a França 10%, para a Alemanha 4% e para a Venezuela 3%. Os restantes países representam 4% da totalidade dos questionários enviados.

#### **4.2.4. Envio do questionário**

A técnica de recolha de dados utilizada foi a do questionário enviado pelo correio, como já foi referido no ponto anterior. Segundo Reis e Moreira (1993), o envio de questionários pelo correio tem as seguintes vantagens e os seguintes inconvenientes:

**Figura 20 - Vantagens e Desvantagens a utilização da técnica de envio de questionário pelo correio**

Vantagens	Desvantagens
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Distribuição ilimitada do questionário no espaço dos respondentes;</li> <li>- Maior probabilidade em obter uma resposta coerente, pensada;</li> <li>- Planeamento centralizado da operação;</li> <li>- Não existe enviesamento devido a presença do entrevistador;</li> <li>- Custos de execução substancialmente mais baixos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O indivíduo que responde pode não ser o seleccionado para o preenchimento do inquérito (fonte de enviesamento);</li> <li>- O problema dos inquiridos que não respondem, o qual representa talvez a maior fonte de enviesamento atribuída a este meio;</li> <li>- As listagens de nomes e moradas utilizadas podem ter duplicação de registos ou podem ter sido anteriormente utilizadas para campanhas de promoção e venda, o que acarreta uma maior percentagem de não-respondentes.</li> </ul>

Fonte: Reis e Moreira, 1993

“Ao enviar questionários pelo correio a um público seleccionado, o investigador está a limitar o «instrumento de medida» ao próprio inquérito, prescindindo da presença do entrevistador. Este aspecto fundamental cria diferenças importantes na forma como o estudo deve ser conduzido, com relevância especial para a construção do questionário e para a análise dos erros” (Reis e Morreira, 1993:67).

### **A operação de *mailing* seguiu a seguinte operacionalização:**

1ª Fase: Foi publicado na edição do Jornal O Ilhavense de 10 de Outubro de 2005, página 5, um artigo intitulado “Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo – Emigrantes Ilhavenses Convidados a Colaborar” (cf. Anexo 2). Este texto apresenta o objecto do estudo aos leitores do jornal, sensibiliza e incentiva os leitores residentes no estrangeiro a responder ao questionário a ser enviado no âmbito da recolha de dados deste projecto de investigação.

“A devolução dos questionários preenchidos é primordial para um decorrer adequado e rigoroso dos trabalhos. Esta investigação também pretende dar uma contribuição na identificação de áreas de trabalho a desenvolver, no sentido de aprofundar o conhecimento científico relativo às características, ao comportamento, às motivações e ao contributo para a economia de nível nacional, regional e local, da comunidade portuguesa no estrangeiro.”



2ª Fase: Com a colaboração da Câmara Municipal de Ílhavo, foi elaborado o 1º envio do questionário acompanhado de uma carta redigida e assinada pelo presidente da Câmara (cf. Anexo 3).

3ª Fase: Com o objectivo de obter uma análise mais rigorosa das informações recolhidas, foi efectuado um segundo envio de questionários, também acompanhada por uma carta incentivando novamente os destinatários a responder ao questionários (cf. Anexo 4).

Em ambos estes envios, a carta de apresentação e o questionário foram acompanhados de uma envelope endereçado para um apartado nos correios de Ílhavo devidamente solicitado para o efeito.

#### **4.3. O tratamento de dados**

Dos 544 questionários enviados, pela Câmara Municipal de Ílhavo em Novembro de 2005, 96 responderam, representando uma taxa de resposta na ordem dos 18%. O segundo envio permitiu recolher mais 117 respostas. No total, foram devolvidos pelos emigrantes inquiridos do concelho, 213 questionários válidos, o que representa uma taxa de resposta total da operação de cerca de 40%.

Os dados recolhidos foram tratados através do programa estatístico SPSS (versão 13.0). A análise univariada foi desenvolvida com recurso à análise de distribuição de frequências, e outros indicadores tais como médias aritméticas. Para a análise bivariada que determina as relações existentes entre duas variáveis, recorreu-se à aplicação do teste do Q2. O teste de Q2: tem como objectivo testar se duas ou mais amostras (ou grupos) independentes diferem relativamente a uma determinada característica, i.e. se a frequência com que os elementos da amostra se repartem pelas classes de uma variável nominal categorizada é ou não idêntica (Maroco, 2003:86).

Os dados tratados são apresentados em tabelas e gráficos ilustrativos para possibilitar uma leitura fácil e sintética dos resultados obtidos.

#### **4.4. Avaliação crítica da metodologia**

No sentido de enquadrar de forma mais rigorosa as operações desenvolvidas na elaboração do presente estudo, apresentam-se as forças e fraquezas da metodologia adoptada.

##### **Pontos fortes:**

- (i) Os objectivos da presente investigação apresentam um carácter inovador na medida em que se trata de uma área por desbravar, não existindo nenhum estudo com a mesma natureza em Portugal. No estrangeiro, foram aparecendo alguns estudos nos últimos anos, o que permitiu enriquecer o enquadramento teórico.
- (ii) A elevada taxa de reposta, cerca de 40%, mostra que foi efectuado um esforço de sensibilização da população, cujo objectivo foi obter um número significativo de questionários preenchidos. A publicação de um anúncio no jornal a apresentar o trabalho desenvolvido teve com certeza uma influência positiva na taxa de resposta.
- (iii) O envolvimento no processo de envio dos questionários da câmara municipal de Ílhavo, como elemento credível e de prestígio, permitiu um aumento da taxa de resposta e uma adesão significativa dos inquiridos a este projecto de investigação.
- (iv) O facto dos questionários serem respondidos fora do país, no seu próprio local de residência, constitui uma vantagem para o estudo. De facto, as respostas revelam-se menos enviesadas e mais próximas da visão que têm do país natal, na medida em que os questionários são preenchidos em momentos de maior ponderação e não durante o período de férias em Portugal.

##### **Limitações:**

- (v) A revisão da literatura traduziu-se uma tarefa de difícil execução, na medida em que se trata de uma investigação sobre um tema pouco estudado pelos investigadores quer na área do turismo, quer da área das migrações.
- (vi) Estudar movimentos emigratórios apresenta sérias dificuldades devidas à falta de dados que possibilitam apurar com exactidão o Universo. Existem dados

sobre as saídas de indivíduos para o estrangeiro ao nível nacional e regional referentes a determinadas épocas passadas, em que era possível o controlo efectivo nas fronteiras. Hoje em dia, mais particularmente desde a implementação da livre circulação dos indivíduos na Europa, torna-se muito difícil quantificar os fluxos emigratórios com exactidão.

- (vii) As segundas e terceiras gerações de emigrantes, os luso-descendentes, são de difícil conhecimento. No entanto, estas gerações abrem outras perspectivas de estudo para o futuro, trata-se de indivíduos nascidos fora do país mas com laços genéticos e culturais fortes com Portugal, afigurando-se como tal, como um importante segmento de mercado a explorar no futuro.
- (viii) A população estudada representa de forma aproximativa a totalidade dos emigrantes do concelho de Ílhavo, sendo esta a única base de dados disponível para análise. De facto, não existem registos actuais que determinem o número de ilhavenses residentes no estrangeiro.

## **Capítulo 5 – Analise dos dados e discussão dos resultados**

---

## **5.1. Introdução**

O estudo do turismo gerado pelo fenómeno migratório, desenvolvido no capítulo 3 do presente trabalho, tem vindo a ganhar importância entre a comunidade académica principalmente a nível internacional. Portugal, enquanto país de forte tradição emigratória e enquanto destino turístico notável, reúne todas as condições para acolher, anualmente, milhares de viajantes internacionais oriundos do fenómeno emigratório. Este mercado turístico, para Portugal, revela representar um volume significativo e demonstrar um potencial real, tanto ao nível das primeiras e segundas gerações de emigração como ao nível das gerações seguintes. Com o objectivo de estudar este fenómeno ao nível local, de forma a poder extrapolá-lo para o nível nacional, foi escolhido um concelho que reúne as condições para apurar as características e o impacto deste mercado: o concelho de Ílhavo. De facto, trata-se de um concelho que foi objecto de estudo de uma tese de doutoramento sobre emigração portuguesa, “Os Ílhavos e os Murtoseiros na Emigração Portuguesa” publicada em 1984, apresentando assim uma base teórica consistente para a análise das consequências desses fluxos de emigração e mais precisamente das características e do impacto das viagens periódicas de regresso à terra de origem dos emigrantes do concelho de Ílhavo.

Assim, o presente capítulo destina-se a apresentar, em primeiro lugar, uma caracterização socio-económica do concelho de Ílhavo assim como uma breve descrição da actividade turística no concelho, e em segundo lugar, analisar os dados primários obtidos, de acordo com a metodologia descrita no capítulo anterior.

## **5.2. Caracterização socio-económica do concelho de Ílhavo**

Ílhavo, concelho com elevadas e tradicionais taxas de emigração, colocou à disposição da sua população, um Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE), integrado na Câmara Municipal e cujo principal objectivo é dar apoio informativo à comunidade emigrante. A investigação foi realizada com o inteiro apoio do município, através do seu GAE que disponibilizou os seus recursos para a concretização da recolha de dados junto dos emigrantes do concelho.

Figura 21: Ílhavo na geografia de Portugal

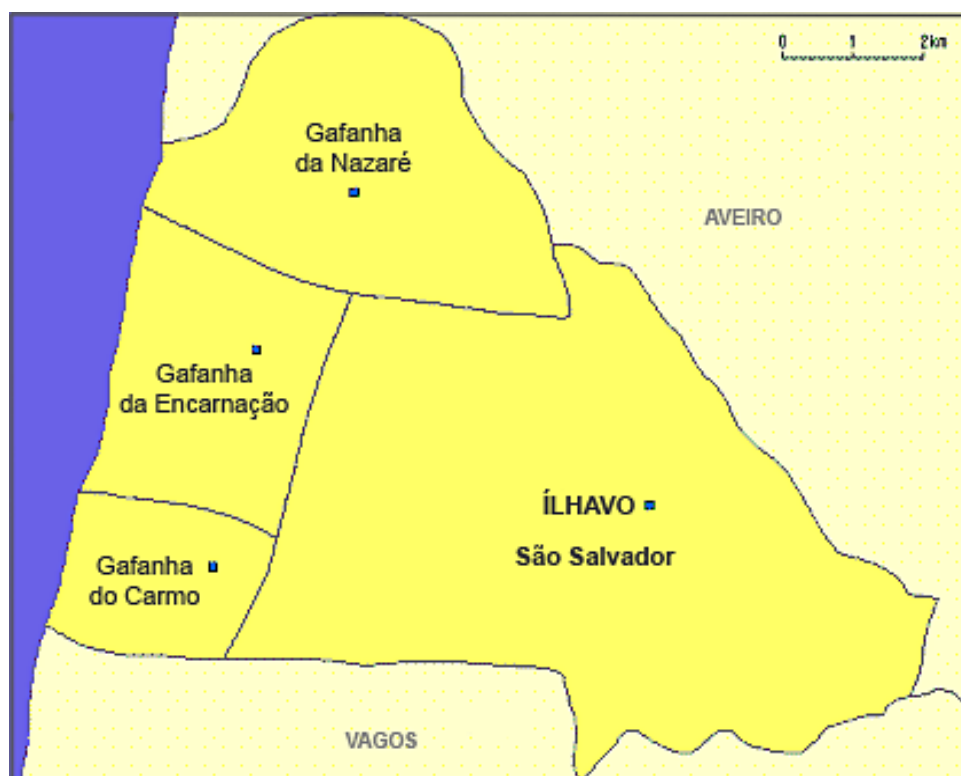


Fonte: [www.eb23-jfpb-ilhavo.rcts.pt](http://www.eb23-jfpb-ilhavo.rcts.pt)

O Concelho de Ílhavo, situado no Distrito de Aveiro (cf. figura 21) acolhe o Porto de Aveiro, que desde há séculos, é uma presença constante no quotidiano dos seus habitantes, sendo em torno dele que se desenvolveram actividades que deram prosperidade e nome às terras, e benefícios aos seus proprietários.

Criado em 1836, o concelho de Ílhavo é constituído por quatro freguesias: São Salvador, Gafanha da Nazaré, Gafanha da Encarnação e Gafanha do Carmo (cf. figura 22) e possui duas cidades, Ílhavo e Gafanha da Nazaré.

Figura 22 - Mapa do Concelho de Ílhavo



Fonte: Elaboração própria

Com uma população residente de 37.209 de acordo com os Censos 2001, o concelho tem uma área de aproximadamente 73,4 km<sup>2</sup> e uma densidade populacional de 534,3 hab/km<sup>2</sup> (cf. tabela 5). A evolução demográfica do concelho tem registado um ritmo crescente contínuo ao longo do tempo, exceptuando apenas a década de 60, período de forte emigração portuguesa e por consequência de elevadas saídas de emigrantes para destinos principalmente europeus.

Ao nível económico, Ílhavo sofreu profundas mutações nas últimas duas décadas do Século XX, diminuindo a importância do sector das pescas obrigando a população residente a virar-se para outras actividades, nomeadamente para a indústria. O sector terciário é aquele com maior importância representando cerca de 70% da actividade económica, segue-se o sector secundário com 27% e o sector primário que representa, em 2004, apenas 3% da actividade económica do concelho. Existe uma notável dinâmica económica demonstrada pela notória criação de emprego e pela diminuição da sua taxa de desemprego ao longo do tempo, de facto, no período de 1991 a 2001 a taxa de desemprego diminuiu de 6,1% para 5,3%, e a população aumentou de 12%. Com base nos estudos elaborados pelo Gabinete de Apoio Técnico da Câmara Municipal de Ílhavo, salienta-se que a população activa em 1991 era de

16.200 tendo crescido para 18.250 até 2001, o que representa uma taxa de crescimento de 12,7%. A evolução das actividades económicas no concelho têm-se desenvolvido de acordo com os modelos de crescimento económico, em termos sectoriais, verificando-se a supremacia dos sectores secundário e terciário em detrimento do primário, tal como acontece na NUT II – Baixo Vouga e na Região Centro (PDM Ílhavo, 2001).

**Tabela 5 - Retrato territorial do concelho de Ílhavo**

<b>Designação do Indicador</b>	<b>Valor</b>	<b>Unidade</b>	<b>Período</b>
<b><i>Indicadores Genéricos</i></b>			
Área Total	73,5	km <sup>2</sup>	2004
Freguesias	4	nº	2003
Densidade Populacional	534,3	hab/km <sup>2</sup>	2004
População Residente HM, em 2001	37 209	indivíduos	2001
População Residente H, em 2001	18 036	indivíduos	2001
População Presente HM	35 821	indivíduos	2001
População Presente H	17 091	indivíduos	2001
Famílias Clássicas Residentes	12 628	nº	2001
<b><i>Indicadores Demográficos</i></b>			
Variação População Residente, entre 1991 e 2001	12,0	percentagem	2001
<b><i>Actividade Económica</i></b>			
Sociedades do Sector Primário	3,2	percentagem	2004/12/31
Sociedades do Sector Secundário	27,0	percentagem	2004/12/31
Sociedades do Sector Terciário	69,8	percentagem	2004/12/31
Taxa de Desemprego HM, em 1991	6,1	percentagem	1991
Taxa de Desemprego HM, em 2001	5,3	percentagem	2001
<b><i>Indicadores Sociais</i></b>			
Médicos por 1000 Habitantes	2,2	nº	2003
Taxa de Analfabetismo HM, em 1991	6,5	percentagem	1991
Taxa de Analfabetismo HM, em 2001	5,4	percentagem	2001

Fonte: INE – Retratos Territoriais (2006)



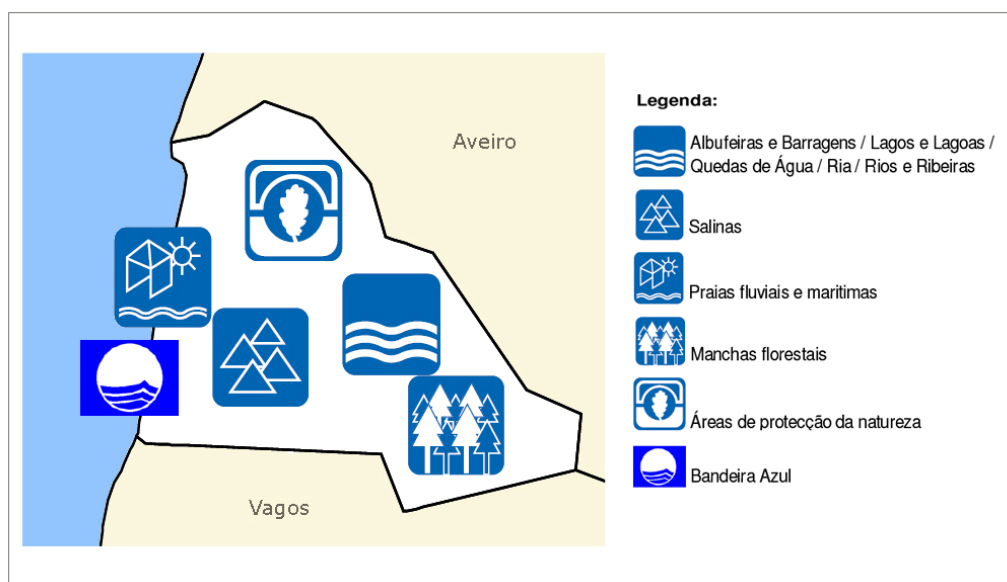
### 5.3. O turismo no município de Ílhavo

O Município de Ílhavo dá particular ênfase ao desenvolvimento do turismo, segundo o Relatório do Plano Director Municipal do Ílhavo de 2001, as actividades ligadas ao turismo são de capital importância para o ordenamento do território e representam uma das mais importantes fontes geradoras de divisas, contribuindo para a criação e multiplicação de empregos, promovendo um elevado nível acrescentado, com os consequentes efeitos positivos na actividade económica.

#### 5.3.1. Recursos turísticos

Relativamente aos recursos do concelho, Ílhavo possui recursos naturais e histórico-culturais que constituem atracções para o mercado turístico. A unidade geomorfológica e climática da região, constitui um potencial paisagístico caracterizado pela existência de áreas panorâmicas, áreas naturais, áreas florestais e praias (cf. figura 23).

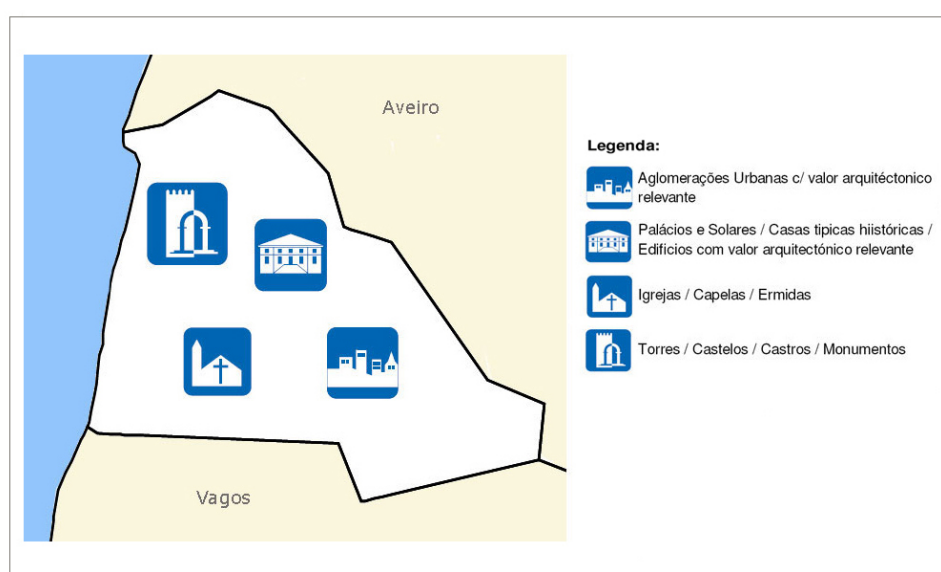
**Figura 23 - Recursos turísticos, património natural**



Fonte: Plano Estratégico da Região de Turismo Rota da Luz, 2007

Relativamente aos seus recursos histórico-culturais, o concelho dispõe de atracções tais como museus<sup>4</sup>; Monumentos Classificados; Conjuntos de interesse histórico-social<sup>5</sup>; Edifícios Culturais; artesanato; Gastronomia; Associações culturais; Festas, Feiras e Romarias; Actividades Náuticas. A figura 24 demonstra que o concelho de Ílhavo dispõe de um património monumental diversificado destacando-se a Capela da Vista Alegre, classificada como monumento nacional pelo Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR).

**Figura 24 - Recursos turísticos, património cultural monumental**



Fonte: Plano Estratégico da Região de Turismo Rota da Luz, 2007

<sup>4</sup> Os mais relevantes são o Museu Marítimo e o Museu da Vista Alegre. o Museu Marítimo de Ílhavo, na sua nova versão, foi inaugurado em 2001 e desde então tem sido palco de manifestações culturais e educacionais com grande importância para a região. O museu da Vista Alegre constitui uma referência a nível do leque das atracções culturais do Concelho, sendo por si só um motivo para visitar a Vista Alegre, além do mais, está situado num pólo atractivo composto também pela Capela de Nossa Senhora de Penha de França e pelo bairro operário da Vista Alegre, formando assim um núcleo muito rico no que diz respeito à autenticidade da zona e à sua história.

<sup>5</sup> É de destacar os Palheiros da Costa Nova, antigas arrecadações de pescadores, onde estes guardavam as redes e todo o restante material de pesca, que deram, a partir do século XIX, lugar a habitações alugadas durante a época balnear. Esta imagem das casas às riscas tem um lugar importante na imagem de marca do Concelho de Ílhavo, sendo estas muito típicas, com um aspecto visual muito próprio e unicamente associadas, pelo turista, a este local.

O município admite que é necessário melhorar a qualidade da oferta ao nível das infra-estruturas de apoio à actividade turística, sendo esta a condição essencial da melhoria da qualidade da procura, promovendo um maior e melhor desenvolvimento da região. Estas infra-estruturas devem acompanhar o melhoramento verificado nas acessibilidades rodoviárias, dotando o concelho de melhores e mais rápidas vias de ligação ao resto do país, principalmente aos grandes centros urbanos e à Europa, em especial a Espanha.

### **5.3.2. Estratégia de desenvolvimento do concelho**

O concelho de Ílhavo tem revelado, ao longo dos anos, uma dinâmica económica envolvendo uma dinâmica demográfica significativa. O aumento da sua população tem contribuído para a sustentabilidade das actividades económicas desenvolvidas no concelho. O sector secundário, ou seja, a actividade industrial tem vindo a crescer nomeadamente através do desenvolvimento de várias zonas industriais no concelho, no entanto o sector terciário, no qual se inclui o turismo, é aquele que apresenta o maior dinamismo para o concelho, absorvendo a maioria da população activa.

Neste início de século, foram efectuados investimentos avultados em diversas áreas com influência clara na qualidade da oferta turística do Concelho (exemplos: beneficiação do Parque de Campismo da Praia da Barra e posterior concessão; criação da Casa Gafanhoe Museu Municipal, Navio Museu Santo André e renovação total do Museu Marítimo de Ílhavo; arranjo de espaços verdes, como jardins, largos, parques de merendas, entre outros; requalificação urbana (largos, passeios, iluminação pública), criação de uma série de eventos como por exemplo MarAgosto – Festas do Município; criação de nova imagem gráfica e slogan para o município; etc. Além disso, foram inaugurados este ano, os postos de Turismo de Ílhavo e da Praia da Barra, para além de diversos jardins, dos quais se destacam o Jardim Oudinot, o Jardim da Meia Laranja e o Parque da Cidade (Ílhavo), ou ainda a requalificação do Jardim Henriqueta Maia em Ílhavo.)

Quanto aos investimento privados, a Marina da Barra, a Quinta da Boavista e a Vista Alegre são os três principais exemplos de investimentos privados previstos para o Concelho, que contam com o empenhamento da Câmara Municipal, e que poderão constituir fortíssimos pontos de atracção turística, colocando assim Ílhavo nos circuitos turísticos internacionais, com todos os ganhos que daí advêm, nomeadamente ao nível do combate à forte sazonalidade do turismo que se verifica no concelho.

A estratégia de desenvolvimento para o sector do turismo tem como principais objectivos aumentar a rentabilidade e produtividade, elevar o valor acrescentado e fixar jovens no concelho. Para tal facto, o Plano Director Municipal (PDM) do Concelho de Ílhavo enuncia as seguintes actividades a implementar:

- Valorizar o binómio Mar/Ria com o desenvolvimento de actividades desportivas e de lazer.
- Implementar uma política de preservação do património natural e cultural do concelho.
- Definir áreas especialmente vocacionadas para o turismo (litoral/interior)
- Requalificar o litoral
- Dinamizar acções de divulgação e promoção turística do concelho
- Promover acções de formação/cursos técnico-profissionais.
- Divulgar apoios nacionais e comunitários ao sector e dar apoio técnica na elaboração de candidaturas.

Para implementar acções que contribuam para obtenção dos objectivos acima descritos, é necessário estudar a procura turística do concelho e analisar os vários segmentos reais e potenciais, de forma a melhor poder satisfazer, no futuro, as necessidades dos visitantes. Os ilhavenses residentes no estrangeiro devem ser contemplados nesta análise, na medida em que são numerosos em termos de volume, e pelo facto de apresentarem um potencial considerável sobretudo através das segundas e terceiras gerações.

#### **5.4. Análise dos dados primários obtidos**

Os dados apresentados e analisados neste capítulo têm como base a recolha de 213 questionários previamente enviados pelo correio, segundo a metodologia descrita no capítulo 4. O número total de questionários enviados foi de 544, o que representa uma taxa de resposta de aproximadamente 39%. Os dados recolhidos são analisados de acordo com os objectivos do presente trabalho, ou seja, identificar padrões de comportamento dos portugueses residentes no estrangeiro e que viajam regularmente para Portugal, neste caso, originários do concelho de Ílhavo.

#### 5.4.1. Características sócio-demográficas da amostra

A amostra caracteriza-se por uma componente predominantemente masculina (73,2%). Esta característica deve-se ao facto do questionário ter sido administrado pelo correio e, por consequência, na maior parte dos casos ter sido endereçado em nome do representante da família (cf. tabela 6). A maioria dos inquiridos, têm mais de 55 anos (63,9%), 22,1% têm entre 45 e 54 anos e apenas 14,1% têm menos de 45 anos. Relativamente ao número de filhos, o número máximo de filhos é de 5 (1,9%), sendo o número médio de filhos por inquirido de 2,27. Isto significa que a maior parte dos inquiridos têm dois filhos (46,9%), seguindo-se aqueles que têm três filhos (21,2%). O número de filhos é um dado importante para este estudo, na medida em que representa um instrumento de medição dos luso-descendentes, um mercado efectivo e potencial com forte apetência para viajar para Portugal.

Ao analisar os dados referentes ao agregado familiar, é de notar 30,5% são compostos por duas pessoas, seguindo-se aqueles compostos por quatro pessoas (22,1%). O nível de instrução dos inquiridos situa-se em grande parte no 1º ciclo do ensino básico (48,4%) e no 2º e 3º ciclo do ensino básico (22,1%), seguem-se os cursos técnicos profissionais (9,4%), o ensino superior (10,3%) e o ensino secundário que representa uma proporção igual a 8,9%. A escolaridade e o número elevado de inquiridos com mais de 65 anos representam condicionantes que se vão reflectir nas profissões exercidas, isto é, 27,7% dos inquiridos estão reformados, 19,7% são operários, 19,3% são assalariados indiferenciados, os quadros técnicos intermédios e superiores representam 9,9%.

Tabela 6 - Características sócio-demográficas da amostra

Características sócio-demográficas	Frequência	%
<b>Sexo</b>		
Feminino	57	26,8
Masculino	156	73,2
<b>Idade</b>		
15 - 24 anos	2	0,9
25 - 34 anos	11	5,2
35 - 44 anos	17	8,0
45 - 54 anos	47	22,1
55 - 64 anos	69	32,4
mais de 64 anos	67	31,5
<b>Número de Filhos</b>		
Nenhum	15	7,0
Um	34	16,0
Dois	100	46,9
Três	45	21,2
Quatro	15	7,0
Cinco	4	1,9
<b>Agregado Familiar</b>		
1 pessoa	24	11,3
2 pessoas	65	30,5
3 pessoas	37	17,4
4 pessoas	47	22,1
5 pessoas	22	10,3
Mais de 5 pessoas	17	8,0
<i>não respondeu</i>	1	0,5
<b>Nível de Instrução</b>		
Ensino Básico (1º ciclo)	103	48,4
Ensino Básico (2º e 3º ciclo)	47	22,1
Ensino Técnico-profissional	20	9,4
Ensino Secundário	19	8,9
Ensino Superior	22	10,3
<i>não respondeu</i>	2	0,9
<b>Profissão</b>		
Empresário, Administrador e Gerente de empresa	6	2,8
Profissão liberal	3	1,4
Quadro técnico intermédio e superior	21	9,9
Professor / Educador	3	1,4
Trabalhador por conta própria no comércio, serviços e indústria	12	5,6
Agricultor e Pescador independente	3	1,4
Empregado de escritório	3	1,4
Operário	42	19,7
Assalariado indiferenciado	41	19,3
Doméstico	13	6,1
Reformado	59	27,7
Estudante	1	0,5
Desempregado	2	0,9
<i>não respondeu</i>	4	1,9

## 5.4.2. Percurso de Emigrante

### 5.4.2.1. País de Residência

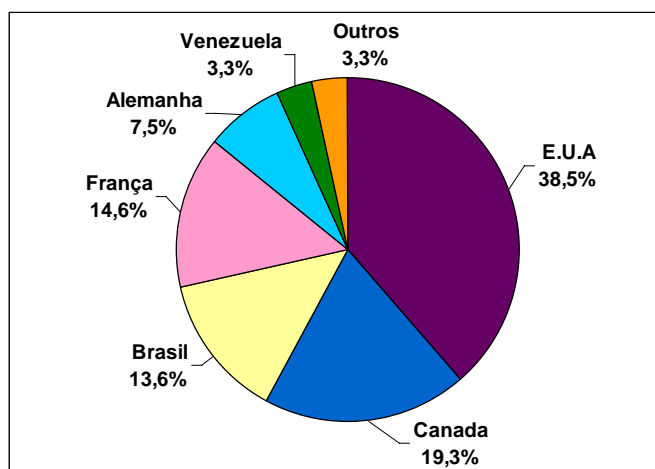
O país de residência dos inquiridos representa o país de emigração dos indivíduos do concelho de Ílhavo que deixaram, no passado, a sua terra de origem. É de salientar a diversidade de países de destino escolhidos por estes indivíduos, no entanto verifica-se uma concentração massiva nos E.U.A. que representa 38,5% da amostra, seguindo-se do Canada (19,2%), da França (14,6%), do Brasil (13,6%) e da Alemanha (7,5%). Com menores proporções, responderam indivíduos residentes na Venezuela, na Suíça, na Argentina, na Austrália, em Espanha, em Inglaterra e no Luxemburgo, como demonstra a tabela 7.

**Tabela 7 - País de residência dos inquiridos**

PAÍS	Nº	%
U.S.A.	82	38,5%
Alemanha	16	7,5%
Argentina	1	0,5%
Austrália	1	0,5%
Brasil	29	13,6%
Canada	41	19,2%
Espanha	1	0,5%
França	31	14,6%
Inglaterra	1	0,5%
Luxemburgo	1	0,5%
Suíça	2	0,9%
Venezuela	7	3,3%
Total	213	100,00%

Para facilitar a análise dos dados recolhidos optou-se por juntar os países de residência dos inquiridos em dois grupos: “Europeu” e “Não Europeu”, sabendo que o grupo “Não Europeu” corresponde em 99% ao continente americano. Assim, da totalidade da amostra, considera-se que 25% são portugueses residentes em países da Europa e 75% são portugueses residentes em países da América do Sul e da América do Norte.

Figura 25 - Principais países de residência dos inquiridos



#### 5.4.2.2. Década de Emigração

Agrupar os países de residência por continente permite ter uma percepção da proporção de indivíduos que emigraram para a Europa e aqueles que emigraram para fora da Europa. A década de emigração pode ser relacionada com o destino de emigração ( $Q2 = 17193$ ;  $\alpha = 0,004$ )<sup>6</sup>. A tabela 8 mostra que a partir dos anos 1960, assiste-se a um aumento da proporção de indivíduos que emigraram para Europa, sendo este período coincidente o movimento intra-europeu, movimento emigratório mais significativo na história da emigração portuguesa, no que diz respeito ao volume de partidas registadas pelas autoridades (cf. Capítulo 2). Na última década do século XX, os indivíduos entrevistados escolhem, em 83% dos casos, um destino europeu para emigrar.

<sup>6</sup> Para a validação do teste Q2, as condições são as seguintes:

- Grau de significância  $< 0,05$  (alpha)
- $1 < (\text{frequência} - \text{frequência esperada}) < 5$  em 20% dos casos (no máximo).



Tabela 8 - Década de Emigração / Destino de Emigração

Década de emigração		Continente	
		Europeu	Não Europeu
<b>antes de 1950</b>	Frequência	<b>0</b>	<b>15</b>
	Frequência esperada	3,7	11,3
	Valor residual ajustado	-2	2
<b>anos 50</b>	Frequência	<b>1</b>	<b>26</b>
	Frequência esperada	6,7	20,3
	Valor residual ajustado	-3	3
<b>anos 60</b>	Frequência	<b>19</b>	<b>43</b>
	Frequência esperada	15,3	46,7
	Valor residual ajustado	1	-1
<b>anos 70</b>	Frequência	<b>22</b>	<b>48</b>
	Frequência esperada	17,3	52,7
	Valor residual ajustado	2	-2
<b>anos 80</b>	Frequência	<b>5</b>	<b>21</b>
	Frequência esperada	6,4	19,6
	Valor residual ajustado	-1	1
<b>a partir de 1990</b>	Frequência	<b>5</b>	<b>6</b>
	Frequência esperada	2,7	8,3
	Valor residual ajustado	2	-2

#### 5.4.2.3. Dupla Nacionalidade

A tabela 9 mostra que ao cruzar os dados relacionados com a obtenção da dupla nacionalidade com destino de emigração, é de constatar que as duas variáveis estão directamente relacionadas ( $Q^2 = 24,656$ ;  $\alpha = 0,000$ ). Olhando para a proporção de portugueses que emigraram para Europa, apenas 17% têm actualmente a dupla nacionalidade, enquanto que 57% de aqueles que emigraram para o continente americano obtiveram a dupla nacionalidade.

Tabela 9 - Dupla Nacionalidade / Destino de Emigração

Dupla nacionalidade		Continente	
		Europeu	Não Europeu
<b>Sim</b>	Frequência	<b>9</b>	<b>91</b>
	Frequência esperada	24,5	75,5
	Valor residual ajustado	-5,0	5,0
<b>Não</b>	Frequência	<b>43</b>	<b>69</b>
	Frequência esperada	27,5	84,5
	Valor residual ajustado	5,0	-5,0

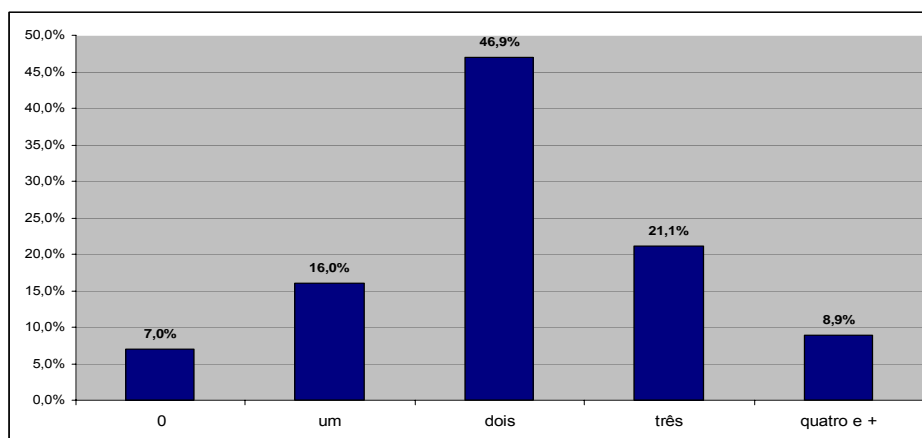
#### 5.4.2.4. Filhos

Dos 213 inquiridos, 15 notificaram que não têm filhos (7% do total), 34 têm um filho (16% do total), 100 têm dois filhos (47%), 45 têm três filhos (21%) e 19 têm quatro ou mais do que quatro filhos (9%) (cf. tabela 10).

Tabela 10 – Número de filhos (frequência)

	Frequência	%	% cumulada
<b>Não tem filhos</b>	15	7,0	7,0
<b>um</b>	34	16,0	23,0
<b>dois</b>	100	46,9	70,0
<b>três</b>	45	21,1	91,1
<b>Quatro e +</b>	19	8,9	100,0
<b>Total</b>	<b>213</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Figura 26 – Número de filhos



Ao analisar os dados apresentados na tabela 10, obtém-se o número de indivíduos nascidos de pais emigrantes, ou seja o número de luso-descendentes. Para uma amostra de 213 portugueses residentes no estrangeiro, partindo do pressuposto que nenhum dos inquiridos tem filhos em comum, o número de luso-descendentes calculado é de 451, o que representa uma média de 2,1 filhos por inquirido. Ao extrapolar estes dados, é possível estimar o número de luso-descendentes em cerca de 9.660.000 a nível mundial, o que representa um mercado real e potencial considerável para o turismo em Portugal. Estes indivíduos representam incontestavelmente um mercado emissor para Portugal com grande força, de acordo com o que foi demonstrado no capítulo 3, principalmente pelo facto de terem ligações emocionais com o país natal dos seus pais.

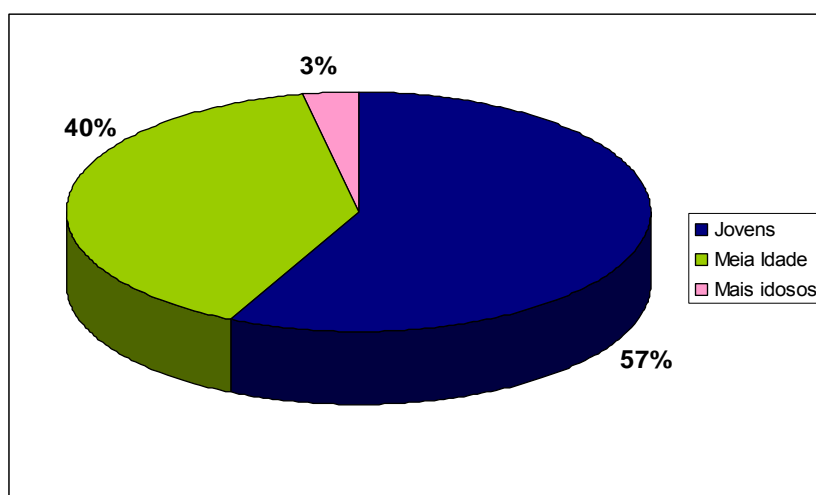
Tabela 11 - Idade dos filhos (frequências)

	Frequência	%	% Cumulada
<b>Jovens</b>	258	57,2	57,2
<b>Meia idade</b>	179	39,7	96,9
<b>Mais idosos</b>	14	3,1	100,0
<b>Total</b>	<b>451</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

A tabela 11 mostra as frequências das idades dos filhos dos inquiridos. Cerca de 57% dos filhos são jovens, ou seja têm menos de 35 anos. É de salientar a forte proporção de filhos na categoria “meia idade” com idades compreendidas entre os 36 e os 55 anos (cerca de 40%).

Estes dados explicam-se pelo facto dos inquiridos, na sua maioria (64%), terem mais de 55 anos.

**Figura 27 – Idade dos filhos**



Foi solicitado aos inquiridos que se pronunciassem sobre o nível de português dos seus filhos (cf. tabela 12). Apesar destes dados terem algum grau de subjectividade, é possível no entanto, admitir que mais de metade dos luso-descendentes desta amostragem (56,1%) têm um nível de Português (escrito) qualificado de Mau ou de Suficiente e 58,1% têm um nível de Português (falado) qualificado de Suficiente ou de Bom. Estes dados demonstram que o ensino da língua portuguesa no estrangeiro junto da comunidade portuguesa requer mais desenvolvimento.

Dotar os luso-descendentes da segunda e terceira geração de conhecimentos da língua e da cultura portuguesa mais sólidos, de forma a proporcionar um contacto mais estreito com Portugal, é fundamental para o desenvolvimento do país nas áreas do turismo, da cultura e da economia e finanças.

Tabela 12 - Conhecimentos de Português dos filhos

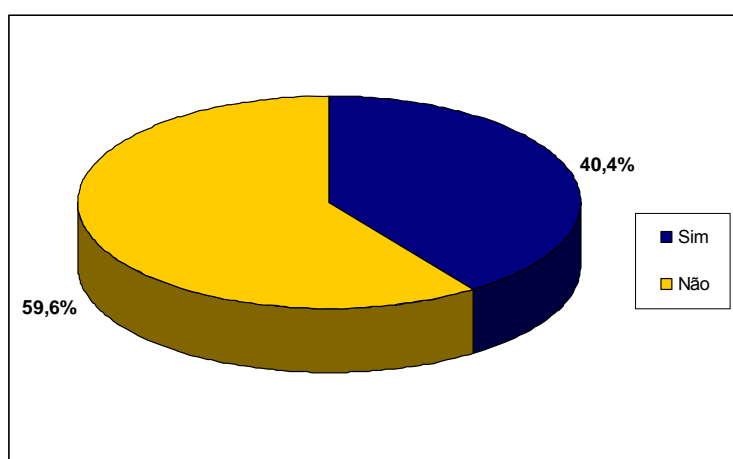
ESCRITO				FALADO			
	Frequência	%	% Cumulada		Frequência	%	% Cumulada
Mau	55	27,8	27,8	Mau	15	7,6	7,6
Suficiente	56	28,3	56,1	Suficiente	60	30,3	37,9
Bom	36	18,2	74,2	Bom	55	27,8	65,7
Muito bom	26	13,1	87,4	Muito bom	35	17,7	83,3
Excelente	25	12,6	100,0	Excelente	33	16,7	100,0
Total	1987	100,0		Total	198	100,0	

A tabela 13 mostra que cerca de 60% dos filhos dos inquiridos nunca frequentaram aulas de português o que confirma os dados anteriormente apresentados.

Tabela 13 - Aulas de Português dos filhos

	Frequência	%
Sim	80	40,4
Não	118	59,6
Total	198	100,0

Figura 28 – Aulas de Português dos filhos (%)



<sup>7</sup> O número total de respostas foi 198. Este número corresponde ao número total de questionários recebidos (213) menos o número de inquiridos que não têm filhos (15).

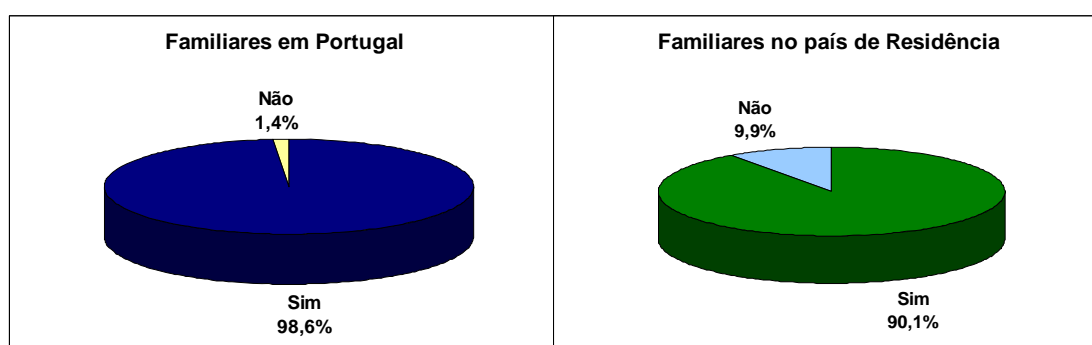
#### 5.4.2.5. Familiares em Portugal e no País de Residência

Relativamente às questões nº 7 e nº 8 do questionário apresentado, que visaram saber se existiam familiares próximos a viver em Portugal e no país de residência, é de notar que apenas 3 em 213 inquiridos afirma não ter família próxima em Portugal. Isto mostra a intensidade dos laços afectivos que existem entre os emigrantes e o seu país natal. Paralelamente é demonstrado que estes portugueses residentes no estrangeiro também têm família próxima no país de residência (90,1%). Associar esta variável à frequência das viagens a Portugal era o objectivo desta questão. No entanto, a partir do momento em os números são próximos dos 100% no que diz respeito ao facto de terem familiares em Portugal e no estrangeiro, não é possível efectuar interligação entre as duas variáveis (cf. tabela 14).

**Tabela 14 – Familiares em Portugal / País de Residência**

	PORTUGAL		PAÍS DE RESIDÊNCIA	
	Frequência	%	Frequência	%
<b>Sim</b>	210	98,6	192	90,1
<b>Não</b>	3	1,4	21	9,9
<b>Total</b>	<b>213</b>	<b>100,0</b>	<b>213</b>	<b>100,0</b>

**Figura 29 – Familiares em Portugal e no País de Residência**



A figura 29 mostra claramente que quase a totalidade dos emigrantes têm familiares na terra de origem (98,6%) e que o fenómeno do reagrupamento familiar toma proporções

significativas na população estudada, isto é, 90,1% dos indivíduos que emigraram levaram consigo pelo menos um membro da sua família.

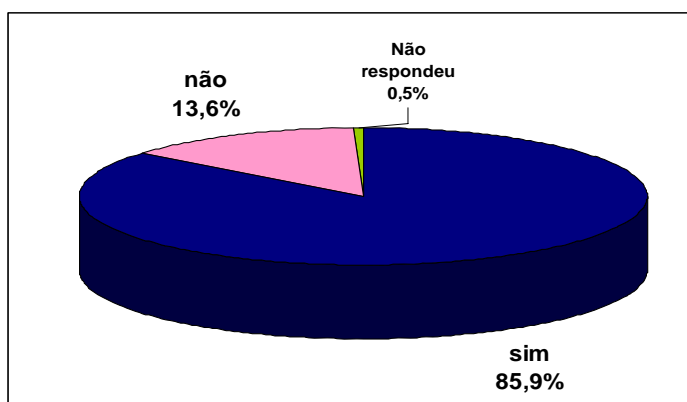
#### 5.4.2.6. Inscrição em Consulado Português

A tabela 15 apresenta os resultados da questão que visou conhecer a proporção de portugueses residentes no estrangeiro que estão inscritos num consulado português. Da totalidade dos inquiridos, 85,9% afirmam estar inscritos num consulado português no país de residência. A hipótese colocada ao enunciar esta questão era a seguinte: os emigrantes inscritos em consulados no estrangeiro vêm com maior frequência a Portugal. Revela-se que ao efectuar o teste de Qui-Quadrado, não foi encontrada uma relação aceitável, entre as duas variáveis.

Tabela 15 - Inscrição num Consulado Português (frequências)

	Frequência	% válida
sim	183	86,3
não	29	13,7
Não respondeu	1	
<b>Total</b>	<b>213</b>	<b>100,0</b>

Figura 30 – Inscrição num Consulado Português



#### **5.4.2.7. Práticas relacionadas com Portugal**

A Questão nº 10 teve como objectivo determinar com que frequência, os portugueses residentes no estrangeiro, praticam as seguintes acções:

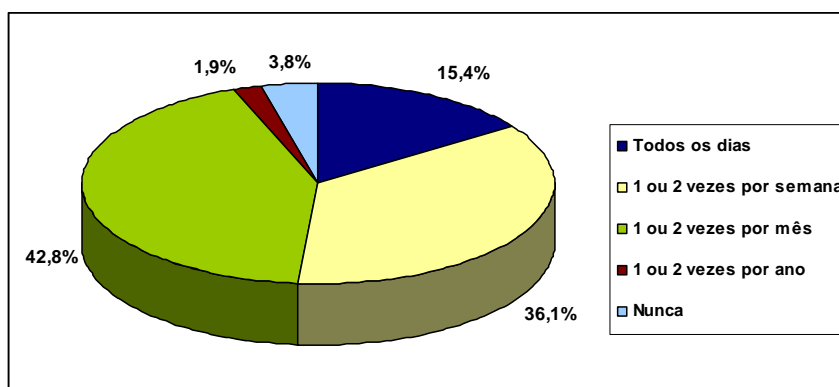
1. Ler Jornais portugueses
2. Ver programas de televisão portuguesa
3. Comprar produtos alimentares portugueses
4. Ir a festas portuguesas
5. Comunicar com familiares e amigos que estão em Portugal
6. Procurar informação sobre Portugal
7. Procurar informação sobre a Rota da Luz
8. Procurar informação sobre o concelho de Ílhavo

O objectivo é salientar a importância global que têm as acções acima enunciadas no dia a dia dos portugueses residentes no estrangeiro. Estes hábitos são o reflexo do mantimento de laços afectivos ou culturais com o país de origem implicando, de forma directa, uma relação forte com a frequência das viagens efectuadas com destino a Portugal.

##### 1. Ler jornais portugueses

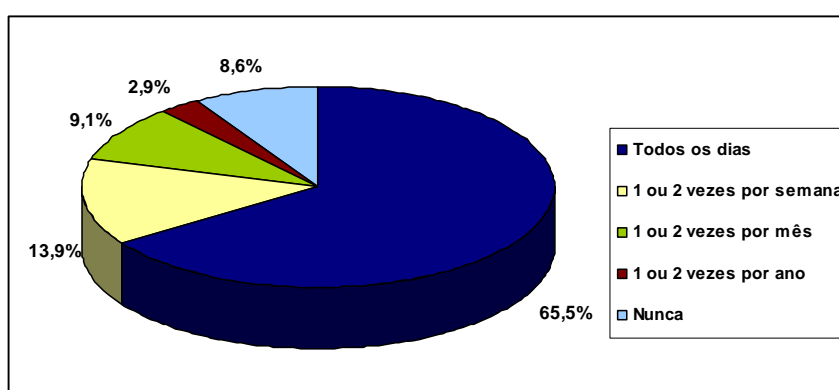
É de salientar que 15% dos inquiridos afirmam ler todos os dias jornais portugueses, 36,% uma ou duas vezes por semana. Cerca de 43% da totalidade lê um jornal português, uma ou duas vezes por mês. Esta proporção elevada de leitores neste grupo de indivíduos deve-se provavelmente ao facto da amostragem interrogada ser proveniente de uma base de dados de assinantes do Jornal “O Ilhavense”, um trimensal enviado regularmente para casa destes portugueses no estrangeiro.



**Figura 31 – Ler jornais portugueses**

## 2. Ver programas de televisão portuguesa

Cerca de 66% dos portugueses interrogados afirmam que vêem todos os dias programas de televisão portuguesa, o que significa que o canal televisivo é um canal de comunicação privilegiado para chegar até os portugueses residentes no estrangeiro. Apenas 9% dos inquiridos dizem nunca ver programas portugueses na televisão.

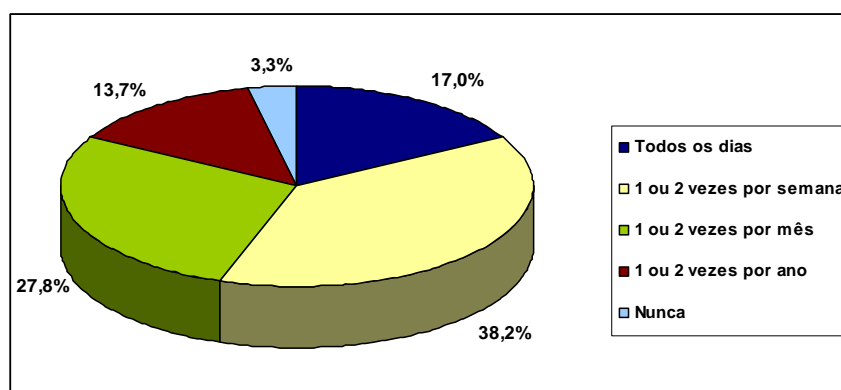
**Figura 32 – Ver programas de televisão portuguesa**

## 3. Comprar produtos alimentares portugueses

Olhando para as frequências cumuladas, verifica-se que 83% das pessoas compram produtos portugueses pelo menos uma ou duas vezes por mês. Este facto mostra a forte ligação que

existe entre o povo português e a gastronomia portuguesa. Ao emigrar, estes indivíduos exportam produtos alimentares, o que reflecte a necessidade de estar em contacto permanente com a cultura de origem, além de permitir esquecer, por instantes, as dificuldades de integração num país com uma cultura desconhecida.

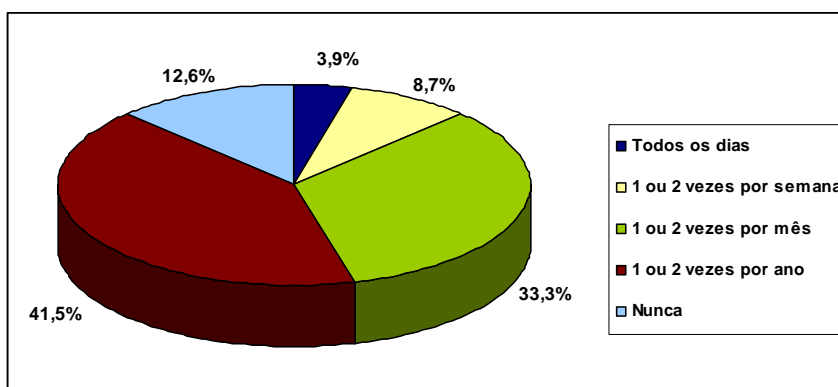
**Figura 33 – Comprar produtos alimentares portugueses**



#### 4. Ir a festas portuguesas

As festas portuguesas fazem parte da vida dos emigrantes nos países de emigração, 46% afirmam frequentar estas festas pelo menos uma ou duas vezes por mês. O movimento associativo da comunidade portuguesa no estrangeiro tem um papel preponderante no que diz respeito à organização de eventos e à dinamização de encontros que envolvam os emigrantes. Estas associações representam uma ponte entre os portugueses residentes no estrangeiro e o seu país de origem através da disponibilização, junto da comunidade portuguesa, de informações actualizadas sobre os acontecimentos ocorridos em Portugal.

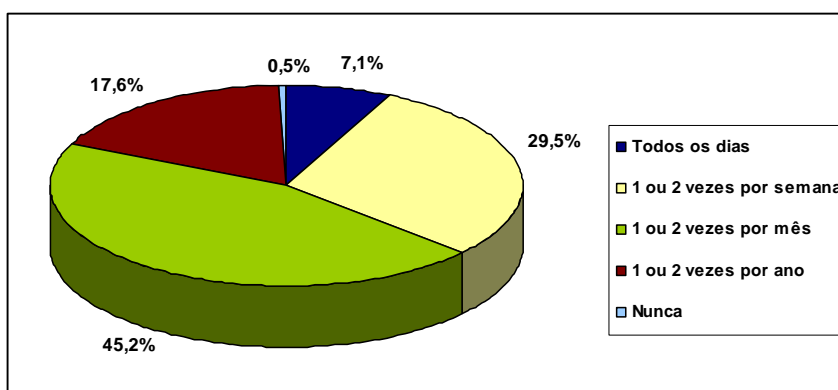
Figura 34 – Ir a festas portuguesas



### 5. Comunicar com Portugal

Da totalidade dos inquiridos, apenas um indivíduo afirma nunca comunicar com Portugal, o que representa 0,5%. De facto, ao emigrar, os portugueses sentem a necessidade de comunicar com Portugal com alguma frequência, 30% comunica uma ou duas vezes por semana, 45% comunica uma ou duas vezes por mês. A questão 7 do questionário - Indique os familiares próximos que tem em Portugal, está directamente relacionada com o facto de haver uma frequência elevada de fluxos de comunicação dos países de emigração para Portugal.

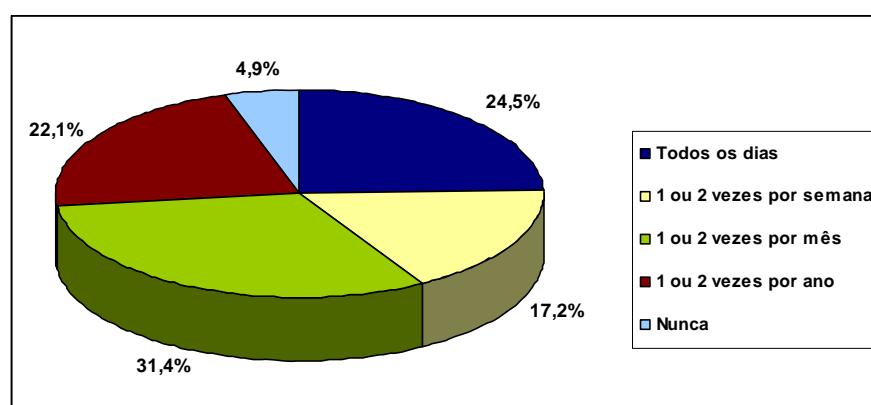
Figura 35 – Comunicar com Portugal



## 6. Procurar informação sobre Portugal

A grande maioria dos interrogados procura informação regularmente sobre Portugal, 25% procura todos os dias, 17% uma ou duas vezes por semana, 31% uma ou duas vezes por mês e 22% uma ou duas vezes por ano, apenas 5% afirma nunca procurar informação sobre Portugal.

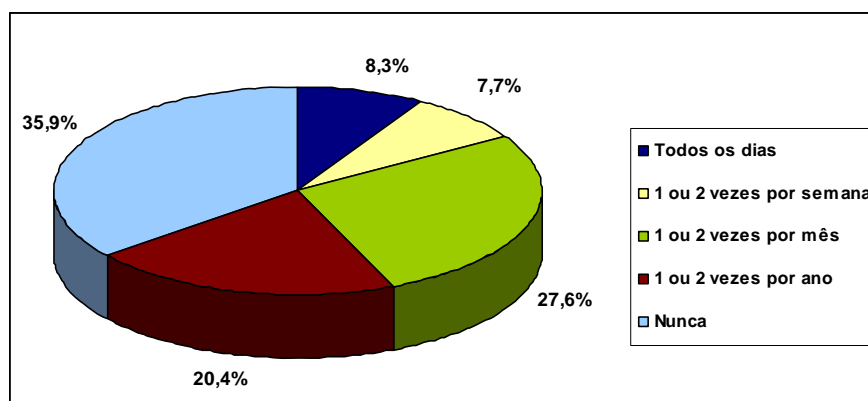
**Figura 36 – Procurar informação sobre Portugal**



## 7. Procurar informação sobre a Rota da Luz

A Rota da Luz é a Região de Turismo na qual está integrado o Concelho de Ílhavo. O objectivo desta pergunta foi demonstrar se os portugueses residentes no estrangeiro conhecem a Região de Turismo da Rota da Luz e mais ainda, se procuram informação sobre a Região. Ao serem interrogados sobre a Rota da Luz, os emigrantes mostram não conhecer muito bem a Região reflectindo-se pelo facto de 36% dos inquiridos nunca procurarem informação sobre a Região.

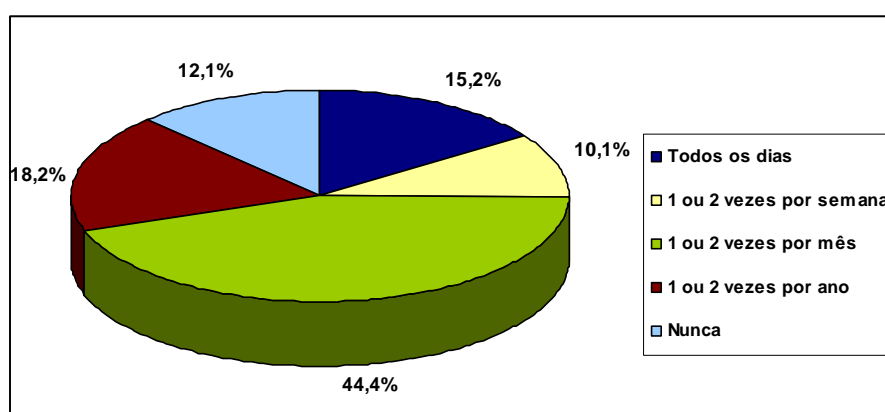
Figura 37 – Procurar informação sobre a Rota da Luz



### 8. Procurar informação sobre Ílhavo

No que diz respeito à busca de informação sobre o concelho de Ílhavo, o número de indivíduos que procuram informação todos os dias corresponde a 15% do total dos inquiridos. É de salientar que 70% dos indivíduos que responderam ao questionário afirmam procurar informação pelo menos uma ou duas vezes por mês sobre o seu concelho de origem.

Figura 38 – Procurar informação sobre Ílhavo

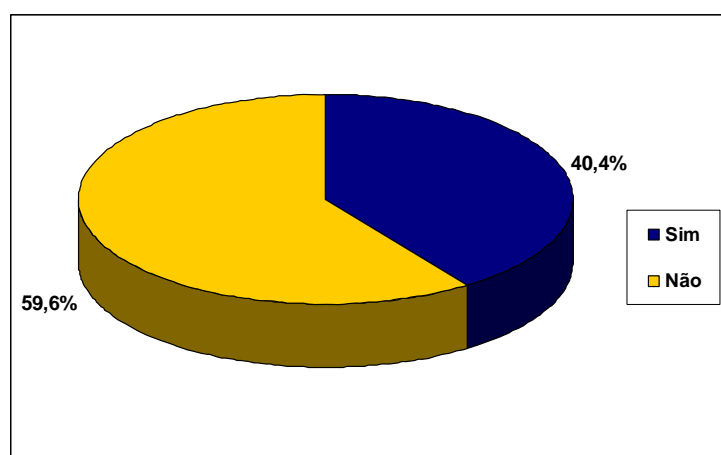


A proporção de inquiridos que são sócios de uma associação portuguesa é notável (42%). Este número representa apenas os indivíduos “sócios”, não contemplando aqueles que não o são, mas que participam em actividades promovidas pelas associações.

Tabela 16 – Ser sócio de uma associação Portuguesa

	Frequência	% válida
Sim	90	43,1
Não	119	56,9
Não responderam	4	
<b>Total</b>	<b>213</b>	<b>100</b>

Figura 39 – Ser sócio de uma associação Portuguesa (%)



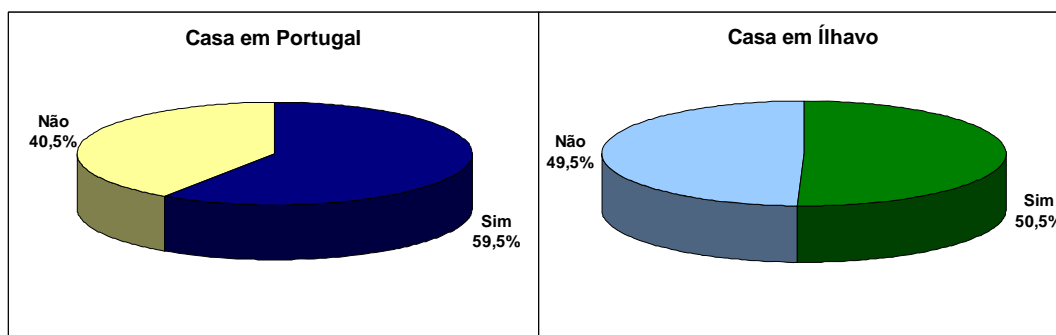
#### 5.4.2.8. Casa em Portugal

Este mercado tem sido menosprezado ao longo do tempo pelo facto de se assumir que grande parte dos portugueses residentes no estrangeiro, quando vêm a Portugal, ficam alojados nas suas próprias casas ou em casa de familiares, diminuindo assim consideravelmente a receita turística para o destino. No entanto, ter casa em Portugal revela-se um factor decisivo na escolha de destino turístico destes portugueses, na medida em existente uma relação estreita com a frequência das viagens a Portugal.

Tabela 17– Ter Casa em Portugal / Concelho de Ílhavo

	Casa em Portugal		Casa em Ílhavo	
	Frequência	% válida	Frequência	% válida
<b>Sim</b>	125	59,5	106	50,5
<b>Não</b>	85	40,5	104	49,5
<b>Não responderam</b>	3		3	
<b>Total</b>	<b>213</b>	<b>100,00</b>	<b>213</b>	<b>100,00</b>

Figura 40 – Casa em Portugal / Casa no Concelho de Ílhavo



A tabela 17 mostra a proporção da amostra que tem uma casa em Portugal (59,5%). Em 84,8% dos casos, as casas situam-se no concelho de Ílhavo, sendo este o concelho de origem dos inquiridos. Estes números mostram que os portugueses residentes no estrangeiro identificam-se fortemente com a sua região de origem, e para manter os laços afectivos com a sua terra de origem, adquirem casa no concelho de origem.

É de salientar que aproximadamente 40,5% dos inquiridos não possuem alojamento próprio em Portugal, utilizando como meio de alojamento nas suas estadas em Portugal, as casas de familiares e amigos ou outros meios de alojamento tais como estabelecimentos hoteleiros. A análise à questão “Alojamento utilizado” exposta no parágrafo 5.4.3.8, mostra a importância de cada um dos meios escolhidos.

#### 5.4.2.9. Regresso Definitivo a Portugal

Apurar as intenções de regresso a Portugal, poderá ajudar a perceber a intensidade dos laços afectivos existentes entre os inquiridos e o seu país de origem, factor principal que leva estes emigrantes a regressar regularmente a Portugal como já demonstrado no capítulo 3.

**Tabela 18 – Intenção de regresso a Portugal**

	<b>Frequência</b>	<b>% válida</b>
<b>Sim</b>	75	35,7
<b>Não</b>	100	47,6
<b>Não sei</b>	35	16,7
<b>Não responderam</b>	3	
<b>Total</b>	<b>213</b>	<b>100</b>

#### 5.4.3. Viagens a Portugal

##### 5.4.3.1. Frequência das Viagens a Portugal

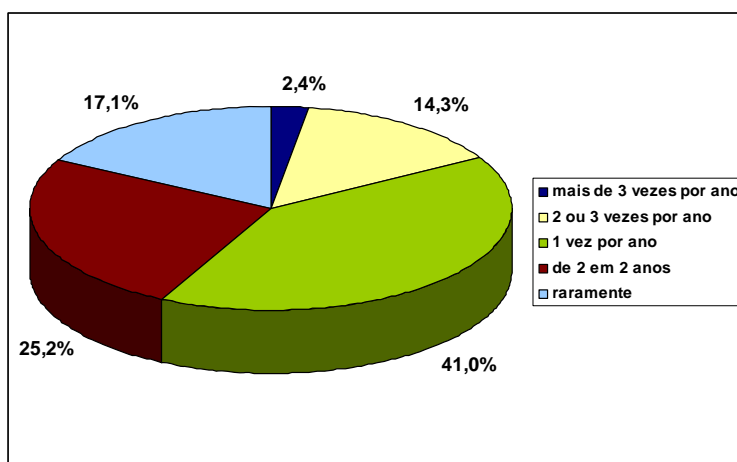
À pergunta “Com que frequência costuma ir a Portugal?”, 41% dos inquiridos responderam que costumam ir a Portugal uma vez por ano, seguem-se aqueles que costumam ir a Portugal de 2 em 2 anos (25%), os que vão raramente a Portugal (17%). No que diz respeito aos indivíduos que efectuem mais do que uma viagem a Portugal por ano (16,7%), é possível deduzir que se trata de emigrantes que residem em países com uma proximidade geográfica significativa.

**Tabela 19 – Viagens a Portugal**

	<b>Frequência</b>	<b>% válida</b>
<b>mais de 3 vezes por ano</b>	5	2,4
<b>2 ou 3 vezes por ano</b>	30	14,3
<b>1 vez por ano</b>	86	41,0
<b>de 2 em 2 anos</b>	53	25,2
<b>raramente</b>	36	17,1
<b>Não responderam</b>	3	
<b>Total</b>	<b>213</b>	<b>100</b>



Figura 41 – Viagens a Portugal



É de salientar que mais de metade dos indivíduos inquiridos afirmam viajar para Portugal pelo menos uma vez por ano (cf. tabela 19 e figura 41) o que revela que se trata de um mercado turístico particularmente fiel.

As frequências das viagens a Portugal podem ser relacionadas com o país de residência e a sua distância geográfica com Portugal (cf. tabela 20,  $Q2 = 21,272$ ;  $\alpha = 0,000$ ). De facto, é demonstrado que os indivíduos viajam para Portugal de 2 em 2 anos ou raramente, residem fora do continente europeu, sendo o factor da distância decisivo. Além disso, o número de inquiridos que afirmam viajar com destino a Portugal pelo menos uma vez por ano, são provenientes do continente Europeu em maior proporção (43 europeus, contra 78 não europeus, ou seja 55%), sabendo que os portugueses residentes na Europa representam aproximadamente 33% do total dos inquiridos.

Tabela 20 – Frequência das Viagens a Portugal / Continente de residência

Frequência viagens		Continente	
		Europeu	Não Europeu
<b>mais de 3 vezes por ano</b>	Frequência	<b>3</b>	<b>2</b>
	Frequência esperada	1,2	3,8
	Valor residual ajustado	2	-2
<b>2 ou 3 vezes por ano</b>	Frequência	<b>13</b>	<b>17</b>
	Frequência esperada	7,4	22,6
	Valor residual ajustado	3	-3
<b>1 vez por ano</b>	Frequência	<b>27</b>	<b>59</b>
	Frequência esperada	21,3	64,7
	Valor residual ajustado	2	-2
<b>de 2 em 2 anos</b>	Frequência	<b>6</b>	<b>47</b>
	Frequência esperada	13,1	39,9
	Valor residual ajustado	-3	3
<b>raramente</b>	Frequência	<b>3</b>	<b>33</b>
	Frequência esperada	8,9	27,1
	Valor residual ajustado	-3	3

É necessário estabelecer também uma relação a frequência das viagens a Portugal dos inquiridos e o facto de possuírem ou não casa em Portugal ( $Q2 = 48,476$ ;  $\alpha = 0,000$ ). É de pressupor que aqueles indivíduos que afirmam ter casa em Portugal, se desloquem com mais frequência para o seu país de origem. Assim, na escolha de determinado destino de férias em detrimento de outro, Portugal será em muitos casos mais económico, na medida em que a componente do alojamento não se inclui no total da despesa.

A tabela 21 mostra por um lado que, os inquiridos que viajam raramente a Portugal na grande maioria não têm casa no seu país de origem. Por outro lado, O facto de não possuir casa não se revela impeditivo no que diz respeito à frequência das viagens a Portugal. De facto, os indivíduos que viajam com maior frequência para Portugal, (2 ou mais vezes por ano) em maior proporção não têm casa em Portugal.

Tabela 21 – Frequência das Viagens a Portugal / Casa em Portugal

Frequência das Viagens		Casa em Portugal	
		Sim	Não
<b>mais de 3 vezes por ano</b>	Frequência	<b>4</b>	<b>15</b>
	Frequência esperada	3,0	11,3
	Valor residual ajustado	1	2
<b>2 ou 3 vezes por ano</b>	Frequência	<b>24</b>	<b>26</b>
	Frequência esperada	17,8	20,3
	Valor residual ajustado	2	3
<b>1 vez por ano</b>	Frequência	<b>67</b>	<b>43</b>
	Frequência esperada	51,0	46,7
	Valor residual ajustado	5	-1
<b>de 2 em 2 anos</b>	Frequência	<b>22</b>	<b>48</b>
	Frequência esperada	30,9	52,7
	Valor residual ajustado	-3	-2
<b>raramente</b>	Frequência	<b>7</b>	<b>21</b>
	Frequência esperada	21,4	19,6
	Valor residual ajustado	-5	1

Relativamente aos indivíduos que afirmam viajar raramente para Portugal foi dada a oportunidade de expor o motivo (cf. tabela 22). Conhecer as razões que levam os portugueses residentes no estrangeiro a não escolher Portugal como destino turístico torna-se fundamental para analisar e compreender melhor o comportamento e motivações deste mercado. A explicação que é levantada com mais frequência é relacionada com razões financeiras (48%), a seguir surgem as razões profissionais e o falta de familiares em Portugal (15%).

Tabela 22 – Principais razões que justificam as viagens raras a Portugal

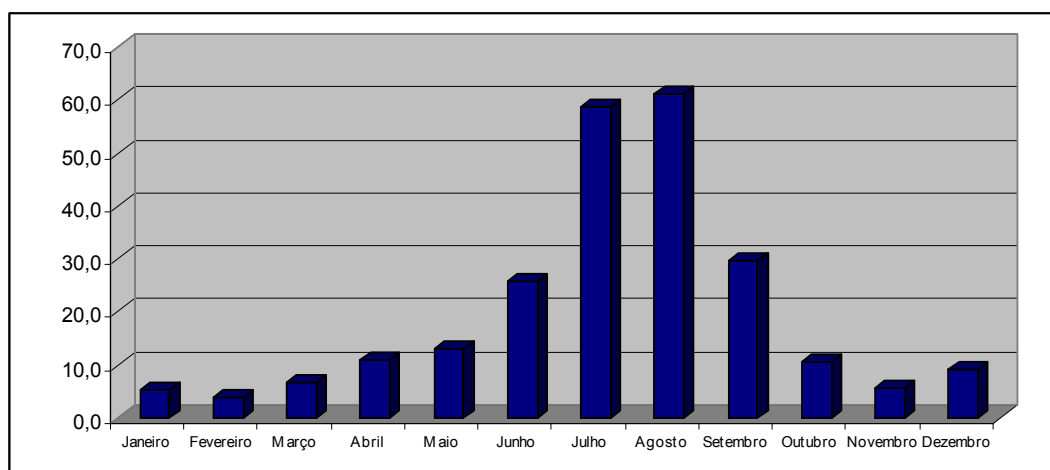
	Frequência	% válida
Desmotivação	1	3,7
Razões profissionais	4	14,8
Razões financeiras	13	48,1
Não tem casa em Portugal	1	3,7
Não há familiares em Portugal	4	14,8
Muito longe	1	3,7
Não gosta de andar de avião	1	3,7
Prefere conhecer outros locais	2	7,4
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100</b>

#### 5.4.3.2. Altura do ano em que são efectuadas as viagens

As viagens a Portugal dos portugueses residentes no estrangeiro efectuam principalmente nos meses de Verão tal como demonstra a Figura 23. Os meses com maior afluência de emigrantes são os meses de Agosto (61%) dos inquiridos passam férias em Portugal em Agosto), Julho (58%), Setembro (30%), Junho (26%). Seguem-se, mas com expressão claramente inferior, os meses de Maio (13%), Abril (11%), Outubro (11%) e Dezembro (9%).

O mercado dos portugueses residentes no estrangeiro caracteriza-se por uma sazonalidade acentuada, concentrada nos meses de Verão. Esta característica é também verificada na actividade turística nacional, no que diz respeito ao turismo receptor.

Figura 42 – Meses das viagens a Portugal (em %)



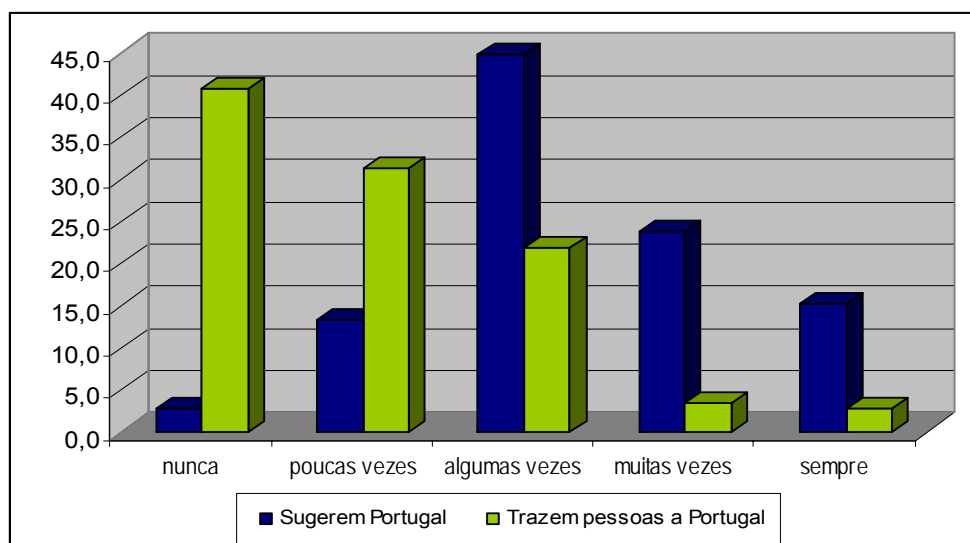
#### 5.4.3.3. Sugerir Portugal como destino de férias – “Trazer” pessoas a Portugal

O “Boca a orelha” é uma prática que tem muitos resultados no sector do turismo, na medida em que a maioria dos indivíduos tem tendência em confiar muito facilmente nas impressões e conselhos dos familiares e amigos, no que diz respeito a destinos turísticos. Nesse sentido, os inquiridos foram questionados sobre o facto de sugerirem ou não, Portugal, como destino turístico (cf. tabela 23).

**Tabela 23 – Sugerir Portugal como destino de férias**

	<b>Frequência</b>	<b>% válida</b>
<b>Sim</b>	205	97,2
<b>Não</b>	6	2,8
<b>Não responderam</b>	2	
<b>Total</b>	<b>213</b>	<b>100,0</b>

Dos 211 indivíduos que responderam a esta questão, 205 afirmam que sim o que representa aproximadamente 97%. Estes números são consideráveis na medida em é possível assimilar estas percentagens a taxas de satisfação dos visitantes. Partindo do pressuposto que um visitante sugere determinado destino turístico a outro indivíduo na medida em que teve uma experiência positiva e satisfatória, é possível concluir que este elevado número de portugueses residentes no estrangeiro estão na sua quase totalidade satisfeitos com o destino Portugal. Estes emigrantes revelam-se, por consequência, ótimos promotores do destino “Portugal”, cujo patamar de satisfação está fortemente condicionado pela componente emocional sempre presente nestes visitantes.

**Figura 43 – Sugerir Portugal e Trazer Pessoas a Portugal (em %)**

Além de ter sido perguntado se era hábito sugerir ou não Portugal como destino de férias, os inquiridos também foram questionados sobre o facto de, nas suas viagens a Portugal, levarem consigo algum amigo ou conhecido. A figura 43 mostra que os portugueses residentes no estrangeiro sugerem com uma frequência significativa Portugal a amigos ou conhecidos. No que diz respeito a serem acompanhados por outras pessoas durante as suas viagens, 40% afirma nunca o terem feito, 30% fazem-no poucas vezes e 20% fazem-no algumas vezes. Esta análise permite concluir que mais de metade dos indivíduos interrogados afirmam terem levado consigo, pelo menos uma vez, um amigo ou conhecido a Portugal.

Além de efectuarem sugestões, em que Portugal é aconselhado como destino turístico junto dos conhecidos e amigos, os portugueses residentes no estrangeiro levam consigo pessoas ao seu país de origem, o que representa um aumento notável da receita turística nacional gerada indirectamente por este mercado.

#### **5.4.3.4. Local das Férias**

Revelou-se pertinente conhecer os hábitos de mobilidade em Portugal dos ilhavenses residentes no estrangeiro, isto é, saber se quando vêm de férias a Portugal ficam no concelho

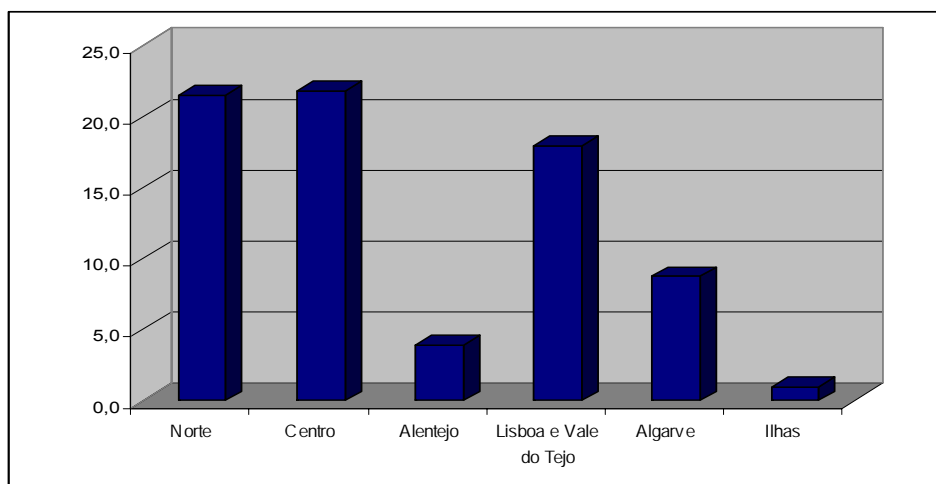
de Ílhavo ou se vão para outros locais. Assim, as respostas obtidas geraram conclusões interessantes tais como apenas 0,5% dos inquiridos afirma não passar férias em Ílhavo ao ir a Portugal. Por consequência é demonstrada a importância do concelho de origem dos portugueses residentes no estrangeiro, sendo um local visitado por estes turistas em 99,5% dos casos (cf. tabela 24). É corrente a ideia de que os emigrantes, ao passarem férias em Portugal, não representam uma fonte importante de receita na medida em que é considerado que não utilizam os serviços de hotelaria e que não saem do seu concelho de origem durante a sua estada em Portugal. No entanto, as respostas aos inquéritos administrados a uma amostra de emigrantes originários do concelho de Ílhavo, mostram que em 43% dos casos, além do concelho de Ílhavo são visitados outros locais Portugal.

**Tabela 24 – Férias no concelho de Ílhavo**

	<b>Frequência</b>	<b>% válida</b>
<b>Férias exclusivamente em Ílhavo</b>	118	56,5
<b>Férias em Ílhavo e outros concelhos</b>	89	43,0
<b>Férias exclusivamente noutros concelhos</b>	1	0,5
<b>Não responderam</b>	5	
<b>Total</b>	<b>213</b>	<b>100,0</b>

Analisando a figura 44, é de notar que as principais regiões visitadas pelos inquiridos são o Centro (22%) e o Norte (21%). A Região de Lisboa e Vale do Tejo também assume uma posição significativa (18%) seguindo-se o Algarve visitado por aproximadamente 9% dos emigrantes, nas suas férias em Portugal.

Figura 44 – Regiões de Destino (%)



#### 5.4.3.5. Duração da estada

Os portugueses residentes no estrangeiro, como já foi demonstrado, representam um mercado turístico para o turismo receptor português com grande importância, em parte, pela sua fidelização incontestável ao seu país de origem. É de salientar que este grupo de turistas se caracteriza por uma permanência média elevada no país (cf. tabela 25). De facto, aproximadamente 62% dos inquiridos permanecem habitualmente em Portugal por um período de 22 a 60 dias, ou seja por um período superior a 3 semanas e inferior a 2 meses. Alguns dos inquiridos permanecem por períodos ainda mais longos (9% entre 2 a 3 meses e 8% entre 3 a 6 meses).

Tabela 25 – Duração da Estada em Portugal

	Frequência	% válida
Inferior ou igual a 7 dias	3	1,5
8 a 14 dias	4	2,0
15 a 21 dias	37	18,2
22 a 30 dias	74	36,5
31 a 60 dias	51	25,1
61 a 90 dias	18	8,9
91 a 180 dias	16	7,9
Não responderam	10	
<b>Total</b>	<b>213</b>	<b>100,0</b>



A duração da estada em Portugal mostra uma relação com o facto de ter ou não casa em Portugal ( $Q2 = 13,150$ ;  $\alpha = 0,041$ ). Os emigrantes, que têm casa, tendem a ficar mais tempo em Portugal, e de forma inversa, aqueles que não têm casa, não ficam tanto tempo de férias em Portugal. É mostrado que nenhum dos inquiridos, que ficam até 7 dias em Portugal quando visitam o país, é proprietário (cf. tabela 26).

**Tabela 26 – Duração da Estada em Portugal / Casa em Portugal**

Duração estada em Portugal		Casa em Portugal	
		Sim	Não
<b>Inferior ou igual a 7 dias</b>	Frequência	<b>0</b>	<b>3</b>
	Frequência esperada	2	1
	Valor residual ajustado	-2	2
<b>8 a 14 dias</b>	Frequência	<b>2</b>	<b>2</b>
	Frequência esperada	2,4	1,6
	Valor residual ajustado	0	0
<b>15 a 21 dias</b>	Frequência	<b>19</b>	<b>18</b>
	Frequência esperada	22,3	14,7
	Valor residual ajustado	-1	1
<b>22 a 30 dias</b>	Frequência	<b>42</b>	<b>32</b>
	Frequência esperada	44,7	29,3
	Valor residual ajustado	-1	1
<b>31 a 60 dias</b>	Frequência	<b>32</b>	<b>19</b>
	Frequência esperada	30,8	20,2
	Valor residual ajustado	0	0
<b>61 a 90 dias</b>	Frequência	<b>14</b>	<b>4</b>
	Frequência esperada	10,9	7,1
	Valor residual ajustado	2	-2
<b>91 a 180 dias</b>	Frequência	<b>13</b>	<b>2</b>
	Frequência esperada	9,1	5,9
	Valor residual ajustado	2	-2

É possível concluir que, o facto de possuir casa em território português, contribui para aumentar a estada média em Portugal, dos portugueses residentes no estrangeiro e que este mercado caracteriza-se pelo facto de permanecer em território português um número de dias média muito superior (aproximadamente 33 dias) à média do turismo receptor português situada actualmente entre os 6 e 7 dias.

#### 5.4.3.6. Número de Pessoas

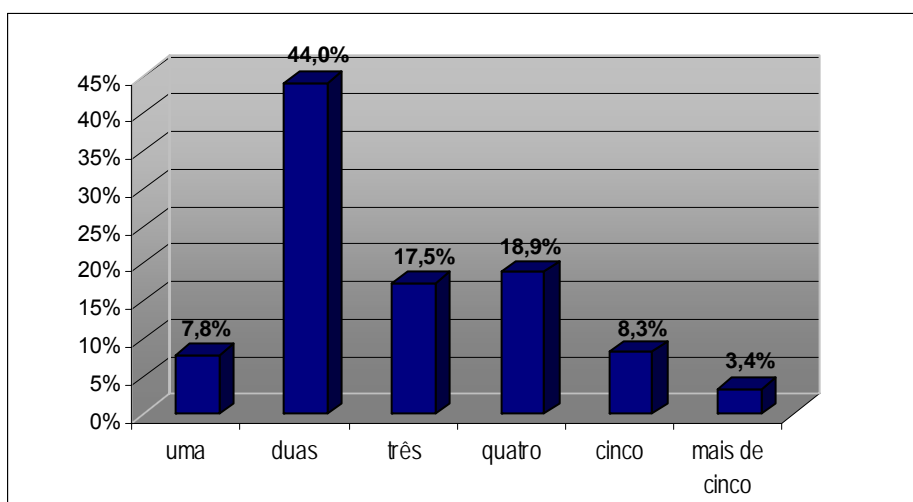
Os inquiridos foram interrogados no sentido de apurar o número de pessoas que costumam efectuar, em conjunto, uma viagem com destino a Portugal, através da questão “Quantas pessoas costuma ir a Portugal, incluindo o/a senhor/a?”.

**Tabela 27 – Número de pessoas que habitualmente viajam para Portugal**

	Frequência	% válida
uma	16	7,8
duas	91	44,2
três	36	17,5
quatro	39	18,9
cinco	17	8,3
+ de cinco	7	3,4
Não responderam	7	
Total	213	100,0

A resposta mais frequente é “duas” (44,2%), seguida de “quatro” (18,9%) e de “três” (17,5%), o que significa que em média, o número de pessoas que se deslocam a Portugal, em que pelo menos um dos indivíduos é um português residente no estrangeiro, é de 2,9 (cf. tabela 27 e figura 45).

**Figura 45 - Número de pessoas que habitualmente viajam para Portugal (em %)**



#### 5.4.3.7. Meio de Transporte utilizado

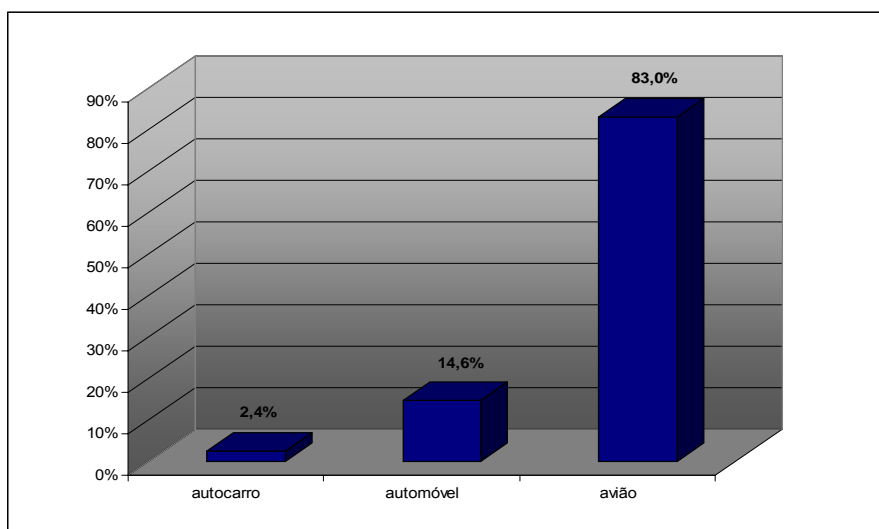
A amostra sé constituída por uma proporção, aproximando os 66%, de indivíduos residentes fora da Europa, maioritariamente no continente Americano, o que significa que estes inquiridos têm grande apetência para escolher o avião como meio de deslocação, sendo esta solução praticamente única (o barco poderá ser, em absoluto, uma das alternativas, no entanto não foi escolhida pelos inquiridos).

A análise dos dados expostos na tabela 28 permite concluir que o avião é o principal meio de transporte utilizado pelos inquiridos para se deslocarem a Portugal, em 83% dos casos.

**Tabela 28 – Principal meio de transporte utilizado**

	Frequência	% válida
<b>Automóvel</b>	31	14,6
<b>Autocarro</b>	5	2,4
<b>Avião</b>	176	83,0
<b>Não respondeu</b>	1	
<b>Total</b>	<b>213</b>	<b>100,0</b>

**Figura 46 – Principal meio de transporte utilizado (%)**



É de salientar a escolha do avião para distâncias intra-europeias é significativa. Este número elevado de indivíduos que se deslocam a Portugal de avião permite considerar que este mercado representa uma receita real e potencial considerável para as empresas de rent-a-car, apesar de considerar que alguns portugueses residentes no estrangeiro possam possuir um carro em Portugal ou utilizar outros meios de transporte para se deslocar dentro do país, tais como o comboio ou o autocarro.

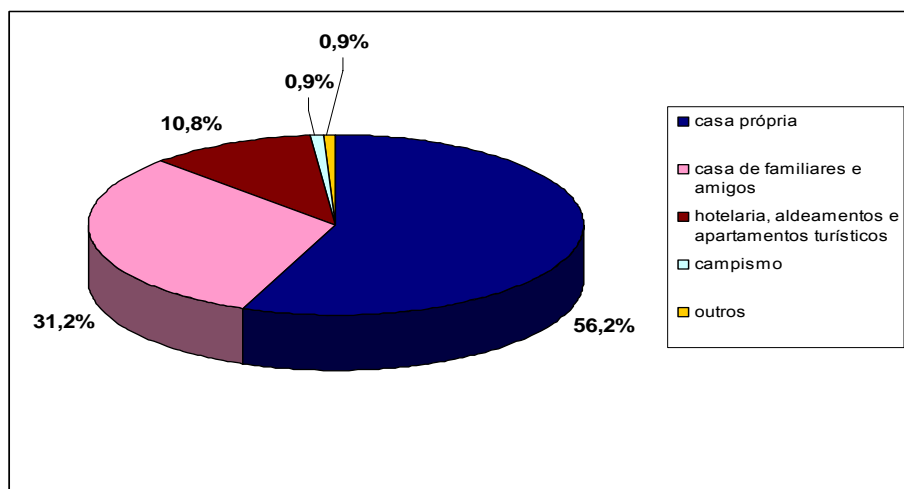
#### 5.4.3.8. Alojamento utilizado

Foi solicitado, aos inquiridos, que assinalassem o tipo de alojamento principal utilizado nas suas estadas em Portugal (cf. tabela 29). Na maioria dos casos (56,1%) é revelado que os portugueses residentes no estrangeiro vêm para sua própria casa quando se deslocam a Portugal. Estes resultados são aproximadamente coincidentes com os resultados obtidos com a questão “Tem casa em Portugal”, analisada no parágrafo 6.2.8 do presente estudo. Segue-se a casa de familiares e amigos que representa 31,1% dos inquiridos.

**Tabela 29 – Alojamento Utilizado**

	<b>Frequência</b>	<b>% válida</b>
<b>Casa própria</b>	119	56,1
<b>Casa de familiares e amigos</b>	66	31,1
<b>Hotelaria, aldeamentos e apartamentos turísticos</b>	23	10,8
<b>Campismo</b>	2	0,9
<b>Outros</b>	2	0,9
<b>Não respondeu</b>	1	
<b>Total</b>	<b>213</b>	<b>100,0</b>

Figura 47 – Alojamento utilizado (%)



É de salientar que 12,7% dos portugueses residentes no estrangeiro recorrem a tipos de alojamento tais como a hotelaria, aldeamentos e apartamentos turísticos e outros, como principal meio de alojamento, nas suas estadas em Portugal. No entanto, é possível concluir que estes últimos meios de alojamento são utilizados em maior proporção quando se trata de viagens internas no país, ou seja não como alojamento principal. Como demonstra a tabela 24, existe uma proporção de 43% dos inquiridos que passam as suas férias em Portugal, não só no concelho de Ílhavo, mas também em outros locais, sendo nesse caso necessário recorrer a tipos alojamento diferentes.

#### 5.4.3.9. Motivo da viagem a Portugal

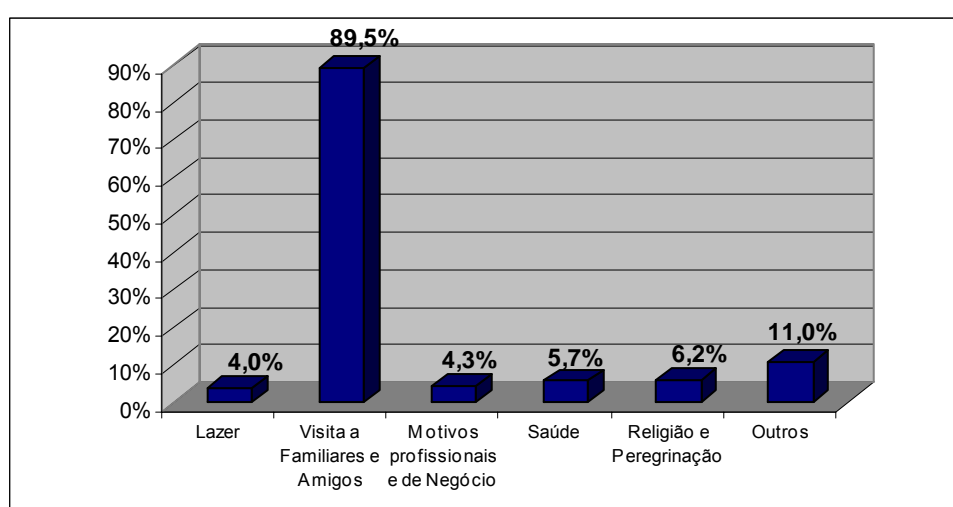
De acordo com a análise da bibliografia feita no capítulo 3 do presente trabalho, o principal motivo que leva os portugueses residentes no estrangeiro a deslocarem regularmente a Portugal, é a visita a familiares e amigos (VFA). Assim, as visitas de regresso dos migrantes apresentam muitas similaridades com o turismo VFA, apesar da visita de regresso poder ser vista mais como uma função social do que como uma actividade (Duval, 2004:52).

As viagens periódicas de regresso ao país de origem dos migrantes de primeira, segunda e terceira geração, têm de facto O objectivo principal de reunir-se com familiares e amigos que tenham ficado a viver no país de origem ou que tenham emigrado para outros países. A figura 48 demonstra claramente que a grande maioria dos inquiridos apontou admite que a visita a

familiares e amigos constitui a principal razão de suas viagens a Portugal (90%). O motivo “Lazer” também é apontado como uma das principais razões da deslocação a Portugal em 40% dos inquiridos.

Entre as outras razões enunciadas nas respostas ao questionário, é de salientar as seguintes: “Saudades de Portugal”, “Praia”, “Conhecer vários locais em Portugal”, “Gostar de ir à terra natal”, “Boa comida”.

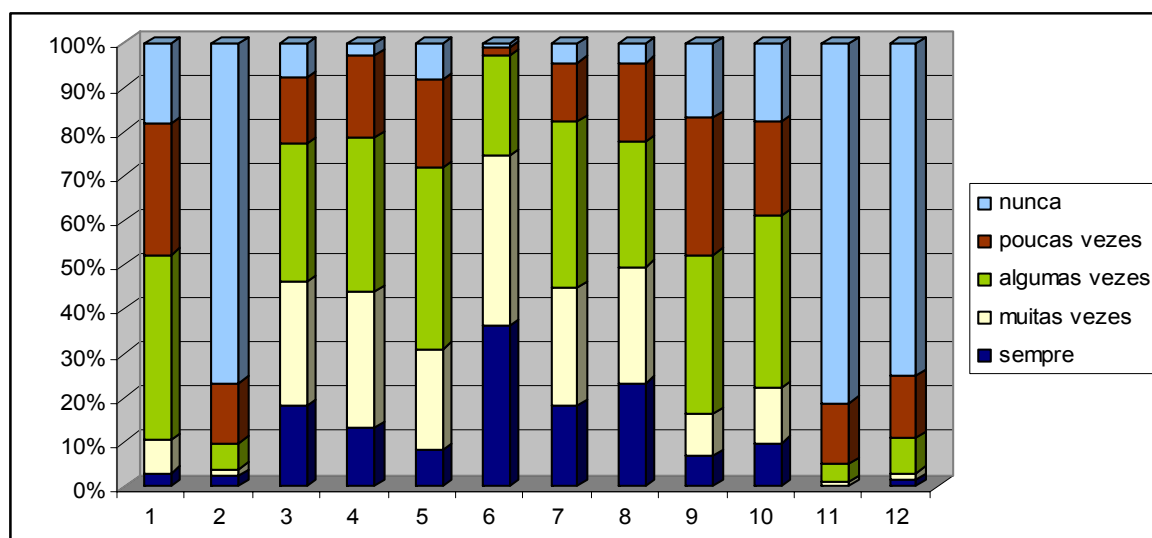
**Figura 48 – Motivos das viagens a Portugal**



#### **5.4.3.10. Actividades praticadas nas férias**

No questionário, foi colocada uma questão com doze itens e com a possibilidade de adicionar outros itens, em que os inquiridos responderam a frequência das actividades praticadas durante suas férias em Portugal, através de uma escala tipo Likert de cinco níveis: “Nunca”; “Poucas vezes”; “Algumas vezes”; “Muitas vezes” e “Sempre”.

Figura 49 – Actividades praticadas nas férias



As doze actividades apresentadas aos inquiridos são as seguintes:

1. Assistir a espectáculos ou eventos
2. Praticar desportos náuticos
3. Ir à praia
4. Fazer compras
5. Visitar locais de natureza
6. Visitar familiares e amigos
7. Ir a festas populares
8. Provar gastronomia típica local
9. Visitar museus, galerias de arte
10. Visitar locais históricos
11. Assistir a conferências, congressos
12. Participar em actividades de saúde

A visita a familiares e amigos é claramente considerada, pelos inquiridos, como a actividade praticada com mais frequência. A questão anterior “Motivo das viagens Portugal” demonstra que a visita a familiares e amigos também constitui o principal motivo das viagens a Portugal.

Segundo Asiedu (2005), o desenvolvimento do turismo VFA exemplifica a relação muito próxima existente entre o turismo e as migrações e tem vindo a assumir um crescimento importante na indústria turística.

As actividades mais praticadas, além das visitas a familiares e amigos são “provar gastronomia típica local”, “fazer compras” e “ir a festas populares”. Com menor frequência mas com importância notável, os inquiridos afirmam ir à praia, visitar locais de natureza, visitar locais históricos e visitar museus e galerias de arte. É de salientar que as seguintes actividades: “praticar desportos náuticos”, “assistir a conferências e congressos” e “participar em actividades de saúde”, são as menos praticadas pelos inquiridos. Foi dada a oportunidade de introduzir outras actividades praticadas, além das enunciadas no questionário, os resultados que surgem, mas com muito pouca significância a nível estatístico, são “visitar Fátima”, “Ir à Serra da Estrela”, “Dar a conhecer Portugal aos filhos” e “Marchar e andar de bicicleta”.

Assim, as respostas às duas questões precedentes, poderão ter um papel importante na elaboração de acções de marketing juntos do mercado dos portugueses residentes no estrangeiro, evidenciando-se como sendo mais orientadas e adequadas às necessidades, motivações principais e às actividades mais praticadas por este mercado.

#### **5.4.3.11. Orçamento das férias em Portugal**

Apurar as despesas dos visitantes em determinado destino turístico, revela-se de grande importância para poder avaliar o impacto económico do turismo no desenvolvimento local. Assim, esta questão tem como objectivo obter padrões ao nível das despesas dos portugueses residentes no estrangeiro, durante as suas estadas em Portugal. Apesar das limitações, existe uma comunidade importante de pessoas originárias do concelho de Ílhavo a viverem no estrangeiro, o que possibilitou a obtenção de dados interessantes ao nível das despesas e do impacto económico. Dos 212 questionários devolvidos, 108 forneceram uma resposta completa à questão: *Quanto gastou nas suas últimas férias em Portugal?*

A maioria dos inquiridos (62%) possui um orçamento para as férias em Portugal cujo montante situa-se entre os 1.000 e 6.000 (cf. tabela 30), a frequência mais elevada corresponde à fasquia dos 2.000 a 2.999 euros. É de notar que 14,6% dos inquiridos afirmam gastar mais de 10.000 Euros nas suas viagens a Portugal. Este fenómeno deve-se ao facto



de existir grande propensão, por parte da população, a aplicar dinheiro em bens de investimento. O facto de ter casa ou não em Portugal (60% dos inquiridos têm casa em Portugal) contribui de certo, para um aumento das despesas de investimento na medida em que a acresce a probabilidade para que seja aplicado dinheiro na manutenção e reparação da casa.

**Tabela 30 – Orçamento total das férias**

Euros	Nº questionários	Nº total de pessoas	Nº média de pessoas	%
menos de 1.000	5	6	1,2	1,3%
de 1.000 a 1.999	19	46	2,4	10,0%
de 2.000 a 2.999	30	74	2,5	16,1%
de 3.000 a 3.999	23	53	2,3	11,5%
de 4.000 a 4.999	19	50	2,6	10,9%
de 5.000 a 5.999	24	63	2,6	13,7%
de 6.000 a 6.999	13	30	2,3	6,5%
de 7.000 a 7.999	11	39	3,5	8,5%
de 8.000 a 8.999	7	18	2,6	3,9%
de 9.000 a 9.999	1	5	5	1,1%
Mais de 10.000	26	75	2,9	16,3%
Total	178	459	-	100%
Não responderam	34	-	-	-
<b>Total</b>	<b>213</b>	<b>459</b>	<b>2,9</b>	<b>100%</b>

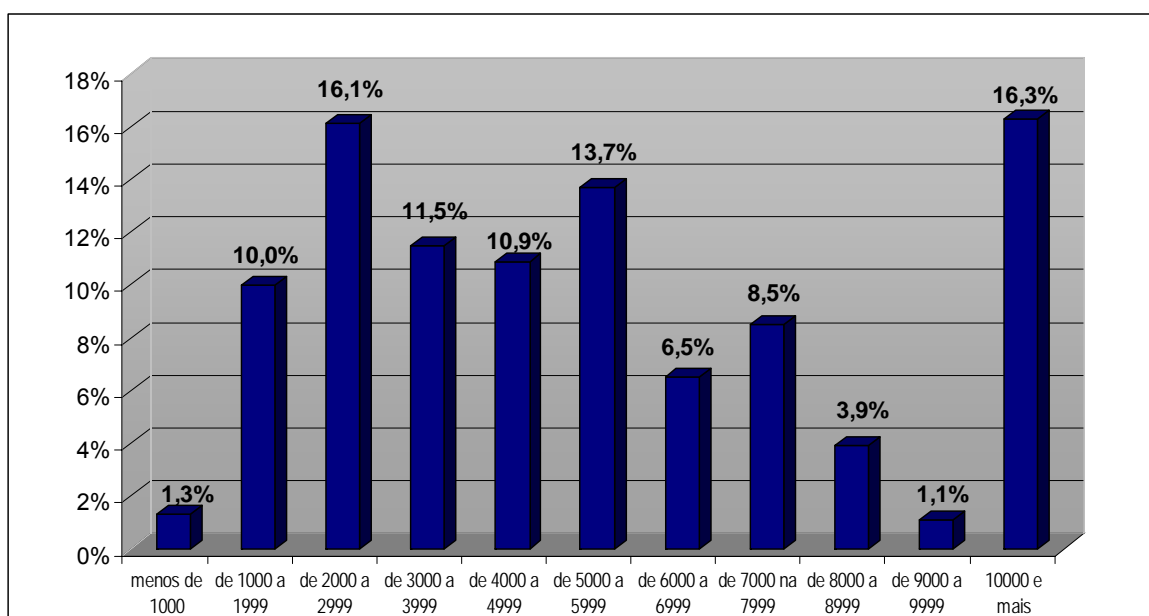
A análise foi baseada no número de inquiridos mas também no número de pessoas que viajam, ou seja na despesa média individual dos viajantes e não na despesa total do agregado familiar. É de salientar que os inquiridos que afirmam gastar menos de 1.000€ nas suas deslocações a Portugal viajam na grande maioria das vezes sozinhos (média igual a 1,2 pessoas), enquanto que as pessoas que afirmam gastar mais dinheiro nas suas deslocações a Portugal viajam com mais pessoas, por exemplo no caso das despesas situadas entre 7.000€ e 7.999€, a média é de 3,5 pessoas. Relativamente às despesas superiores a 10.000€, tal como referido anteriormente poderá tratar-se de despesas de investimento as quais não podem ser comparadas com as restantes despesas de consumo relacionadas com a actividade turística.

A figura 48 apresenta a despesa média do viajante emigrante do concelho de Ílhavo e mostra claramente que existem dois tipos de despesas:

- As despesas de consumo turístico: situadas abaixo dos 10.000€, 72,4% dos indivíduos que viajam gastam em média entre 2.000€ e 9.999€. Estas despesas são repartidas sobretudo entre despesas de alojamento, alimentação, transporte, actividades de recreio, compras e outras despesas.

- As despesas de investimento: situadas a partir dos 10.000€, 16,3% dos inquiridos gastam mais de 10.000€ quando viajam para Portugal. Certamente que o orçamento total compreende despesas de consumo turístico tais, no entanto, conclui-se que a proporção de despesas de investimento no total do orçamento é significativa.

**Figura 50 – Orçamento médio das férias em Portugal**



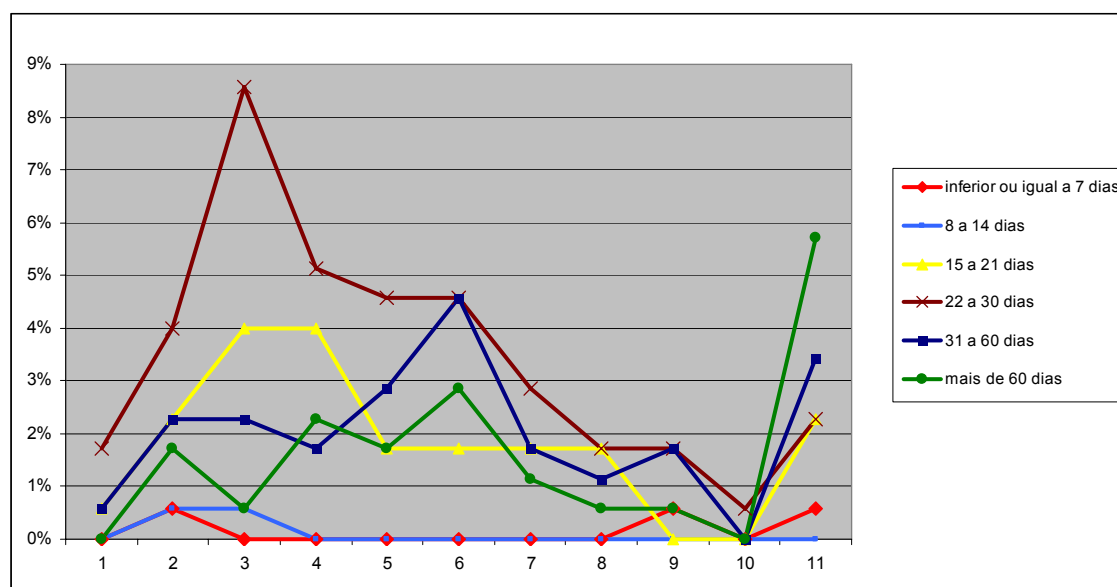
É necessário analisar o orçamento total em função do número de pessoas que viajam, mas também em função do número de dias em que estas pessoas permanecem em Portugal. A Tabela 31 expõe uma matriz onde constam as frequências dos inquiridos obtidos ao cruzar as duas variáveis: orçamento total e duração da estada. É demonstrado que, mais elevado é o orçamento, mais prolongada é a estada e mais elevado é o orçamento, menos elevada é a frequência dos inquiridos.

Tabela 31 – Orçamento total / Número de dias (frequências)

Orçamento (€)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	
		1.000 a	2.000 a	3.000 a	4.000 a	5.000 a	6.000 a	7.000 a	8.000 a	9.000 a		
Duração (dias)	<1.000	1.999	2.999	3.999	4.999	5.999	6.999	7.999	8.999	9.999	≥10.000	Total
inferior ou igual a 7 dias	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	3
8 a 14 dias	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
15 a 21 dias	1	4	7	7	3	3	3	3	0	0	4	35
22 a 30 dias	3	7	15	9	8	8	5	3	3	1	4	66
31 a 60 dias	1	4	4	3	5	8	3	2	3	0	6	39
mais de 60 dias	0	3	1	4	3	5	2	1	1	0	10	30
Total	5	20	28	23	19	24	13	9	8	1	25	175

Ao cruzar a linha “22 a 30 dias” com a coluna 2.000 a 2.999€, obtém-se a frequência máxima (15), que representa o ponto em que se encontra o maior número de inquiridos. É de notar que a evolução do montante do orçamento total é em primeiro lugar crescente até atingir um ponto máximo, e depois decrescente até atingir um valor nulo (cf. figura 51).

Figura 51 – Orçamento total / Número de dias (%)



Nota: 1: < 1.000€ ; 2: 1.000 a 1.999€; 3: 2.000 a 2.999€; 4: 3.000 a 3.999€; 5: 4.000 a 4.999€; 6: 5.000 a 5.999€; 7: 6.000 a 6.999€; 8: 7.000 a 7.999€; 9: 8.000 a 8.999€; 10: 9.000 a 9.999€; 11: ≥ 10.000€

Analisando a figura 51 é possível salientar os seguintes factos:

- O número de inquiridos que permanecem pouco tempo em Portugal, ou seja durante um período inferior ou igual a duas semanas, é pouco elevado relativamente ao total de inquiridos. Esta categoria de indivíduos tem um orçamento reduzido.

- Os indivíduos que permanecem em Portugal por um período de tempo situado entre duas semanas e dois meses representam a categoria com maior frequência. Salienta-se que ao nível do orçamento total correspondente, o ponto máximo é atingido na categoria de 2.000€ a 2.999€. A partir dos 3.000€, a tendência da frequência do número de inquiridos é decrescente.

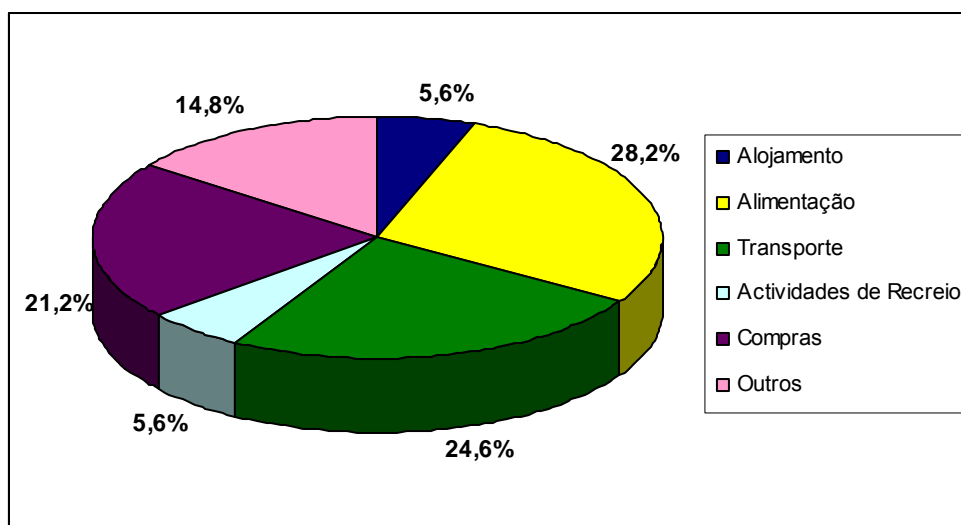
- O número de inquiridos sobe consideravelmente ao atingir a categoria do orçamento total *superior ou igual 10.000€* (tal como já foi demonstrado na figura 50), é verificado que a duração da estada com maior frequência para esta categoria de orçamento, é a mais elevada ou seja corresponde ao período de tempo *superior a 60 dias*.

**Tabela 32 – Repartição do Orçamento**

	Montante (€)	%
<b>Alojamento</b>	26.445	5,6%
<b>Alimentação</b>	132.545	28,2%
<b>Transporte</b>	115.770	24,6%
<b>Actividades de Recreio</b>	26.285	5,6%
<b>Compras</b>	99.765	21,2%
<b>Outros</b>	69.380	14,8%
<b>TOTAL</b>	<b>470.190</b>	<b>100,0%</b>

Relativamente à repartição do orçamento total por rúbricas, foi solicitado aos inquiridos que colocassem o montante gasto em *alojamento, alimentação, transporte, actividades de recreio, compras, outras despesas*. Os resultados apresentados na tabela 32 e na Figura 52 mostram que o orçamento total das férias para este mercado é gasto principalmente em alimentação (28,2%), seguindo-se o transporte (24,6%) e as compras (21,2%). É de realçar que as despesas de alojamento e de actividade de recreio são reduzidas (5,6%).

Figura 52 – Repartição do Orçamento (%)



Ao comparar-se com um estudo efectuado pela Direcção Geral do Turismo (DGT) em 2004, sobre os gastos dos estrangeiros em Portugal, destaca-se a particularidade do mercado dos portugueses residentes no estrangeiro. De facto, este estudo revela que 63,7% do orçamento total é gasto em alojamento, 11,3% em alimentação, 8,8% em transportes, 5,3% em actividades de recreio, 7,6% em compras e 3,3% em outras despesas (cf. Anexo 5).

## 5.5. Conclusão

A análise das características das visitas a Portugal dos portugueses residentes no estrangeiro foi apresentada através do estudo de caso do concelho de Ílhavo. Trata-se de um concelho com uma dinâmica socio-económica de relevo, com objectivos estratégicos definidos para o turismo e com uma taxa de população originária do concelho, residente no estrangeiro, muito significativa. Foram inquiridos 213 indivíduos sobre o seu perfil socio-económico, sobre as ligações que mantêm com Portugal e com o concelho de origem, e sobre os seus hábitos turísticos mais precisamente no que diz respeito às viagens efectuadas com destino a Portugal. Destaca-se o facto da taxa de resposta ter sido significativa o que permitiu um maior rigor e uma melhor aproximação do universo.

## **Capítulo 6 – Conclusões**

---

Ao longo dos séculos, o mundo tem sofrido inúmeras mutações sócio-demográficas caracterizadas por uma movimentação contínua de povos, grupos e indivíduos de umas terras para outras. As migrações e o turismo constituem dois fenómenos de mobilidade humana que se tem verificado desde sempre na história da humanidade.

Os movimentos migratórios e a sua evolução devem ser enquadrados num contexto de desenvolvimento económico internacional, na medida em que a interacção do migrante, tanto com o país de destino como com o país de origem, é notável aos níveis afectivos, sociais, económicos, culturais, entre outros. Estas movimentações estão na origem de uma relação de dependência bilateral entre os países que se traduzem em transferências de dinheiro regulares, em transacções comerciais, em trocas de informação ou ainda em viagens periódicas de regresso ao país de origem.

As remessas dos migrantes têm um papel significativo no desenvolvimento económico dos países com elevadas taxas de emigração. Estes fluxos financeiros representam uma entrada de moeda proveniente do estrangeiro e contribuem para o aumento do rendimento nacional do país de origem, limitando a dívida ao exterior ou consolidando sua independência financeira. O principal objectivo do envio de fundos é permitir aumentar o nível de vida das suas famílias residentes no país de origem, o que traz consequências directas para o desenvolvimento quer a nível da saúde, da educação, da demografia ou da cultura.

Quanto às suas características, as migrações internacionais têm sofrido alterações profundas com consequências no desenvolvimento socio-económico dos países e na actividade turística originária deste fenómeno. As sociedades ocidentais, cada vez mais caracterizadas por uma taxa de natalidade muito baixa e um envelhecimento da população, entregam às migrações um papel crítico de compensação demográfica entre os países emissores e receptores de migrantes. Ao nível económico, as migrações internacionais respondem aos desequilíbrios existentes nos mercados de trabalho, agindo como um instrumento de equilíbrio entre a oferta e a procura de mão-de-obra. Num contexto internacional em que o fenómeno das migrações tem ganho importância, as políticas de imigração dos países ocidentais têm estado em viva discussão, tendendo para a implementação de políticas de cooperação.

Ao longo dos últimos séculos, apesar se ter verificado elevados fluxos de migração interna na Europa, assistiu-se sobretudo ao domínio da emigração, ou seja a partida de europeus para outras terras. Portugal, país com tradicionais taxas elevadas de emigração, é afectado massivamente por este fenómeno na segunda década do século XX através do movimento intra-europeu, caracterizado por partidas significativas para destinos europeus, principalmente

para França, Alemanha, Suíça, Holanda e Luxemburgo. Nos países industrializados, verificou-se, no período que sucedeu à segunda Guerra Mundial, um desequilíbrio considerável no mercado de trabalho em que a mão-de-obra pouco qualificada era escassa. Para colmatar esta falha, estes países implementaram políticas de imigração vantajosas para atrair migrantes internacionais e fizeram diversos acordos com países do sul da Europa e do Norte de África. Nessa altura, verificam-se saídas volumosas de portugueses para os países industrializados europeus, mantendo-se, com menor importância, os fluxos para países do continente americano tais como os Estados Unidos da América e o Brasil.

Existem actualmente comunidades portuguesas em diversos países do mundo, consequência directa dos volumosos fluxos de emigração que ocorreram. Estas comunidades, agora designadas por *diáspora portuguesa*, representam cerca de meio milhão de pessoas, quase metade da população portuguesa residente no território nacional, e interagem num mundo transnacional. Esta dispersão é o resultado de diversos fluxos de migrações que foram acontecendo ao longo dos tempos e que se traduzem na criação de comunidades transnacionais.

O desenvolvimento de uma perspectiva transnacional da mobilidade humana sublinha interligações entre pessoas que ultrapassam as fronteiras nacionais, em que os migrantes actuam e interagem com a sua comunidade de origem em tempo real, com barreiras de distância e de tempo cada vez menos significativas. Graças aos avanços tecnológicos e à eficiência dos meios de transporte, num mundo cada vez mais interligado, assiste-se a um fenómeno crescente de constituição de redes transnacionais de pessoas e a um aumento da mobilidade dos indivíduos dentro destas redes. Num contexto em que os fluxos migratórios tendem a subir e que várias formas de migração geram turismo, assiste-se a um aumento da dispersão dos fluxos turísticos acentuado pela emergência de novos destinos turísticos que contribuem para maior dispersão dos fluxos.

Embora com diferenças ao nível das suas características, o turismo e as migrações constituem processos que se influenciam um ao outro. Apurar as ligações entre turismo e migrações, permite examinar quais as condições para que as viagens turísticas se possam transformar num projecto migratório, ou de forma inversa para que um projecto migratório se possa transformar em viagens turísticas repetidas. Reconhecidas e estudadas recentemente por vários autores internacionais, as ligações entre estes dois conceitos são indiscutíveis e focalizam-se principalmente no turismo gerado pelo fenómeno migratório.



O turismo dos migrantes é muito significativo para os países com elevadas taxas de emigração apresentando um potencial enorme para o turismo e mais precisamente para o mercado de visitas a familiares e amigos, mercado emergente das redes transnacionais de migrantes. Os laços mantidos num projecto migratório ultrapassam a primeira geração de migrantes, e permitem o desenvolvimento do *turismo de herança*, aquele que movimenta os indivíduos pelo mundo à busca das origens dos seus antecedentes e antepassados.

Analisar as viagens de regresso ao país de origem dos migrantes, é compreender a forma como o processo de migração afecta as ligações a determinados lugares. Nesta perspectiva, o migrante não se enquadra num projecto em que emigra para destinos longínquos sem nunca mais voltar à sua terra de origem. O *turista emigrante* está mais próximo de ser um visitante regular ao seu país de origem mantendo vivas ligações afectivas, sociais, económicas, políticas, comerciais, entre outras. As viagens de regresso representam em si um mercado turístico indiscutivelmente importante, particularmente para as regiões relativamente empobrecidas, característica da grande parte dos locais de origem dos emigrantes.

Por um lado, o presente trabalho pretendeu demonstrar que as ligações que perduram entre um migrante e o seu país de origem se reflectem significativamente na intensidade das viagens de regresso periódicas. Por outro lado, o estudo conduziu à determinação das características deste mercado turístico “portugueses residentes no estrangeiro” e à análise do seu impacto do desenvolvimento do país. Os dados recolhidos através da administração de questionário à população emigrante ilhavense permitiram verificar pressupostos enunciados nesta investigação e acertar os traços característicos destes emigrantes em visita ao seu país natal. Enquanto que este tipo de recolha e de análise de informação permite acertar os traços característicos destes emigrantes em visita ao seu país natal, também possibilita uma ajuda no desenvolvimento de estratégias adequadas de marketing para um crescimento sustentado do turismo VFA, assim como contribui para a avaliação do impacto económico resultando destas visitas, através da análise das despesas efectuadas ao longo da sua estada em Portugal.

Os emigrantes portugueses do movimento intra-europeu foram mantendo laços com Portugal alimentando-os através de diversas práticas, tais como a compra de produtos portugueses, a busca de informação sobre Portugal, as viagens regulares à terra natal. Foi demonstrado que cerca de 99% dos emigrantes ilhavenses têm familiares na sua terra de origem, o que predispõe fortemente esta população a viajar para Portugal com o objectivo de visitar os seus familiares. A comunidade portuguesa no estrangeiro, apesar de se inserir com muita

facilidade nas sociedades de acolhimento e se integrarem com sucesso de forma reconhecida, mantêm hábitos tradicionais quotidianos que contribuem para o mantimento e fortalecimento dos laços sócio-afectivos que têm com Portugal. Estas práticas traduzem-se em ler jornais portugueses, ver canais de televisão portuguesa, comprar produtos alimentares portugueses, ir a festas populares portuguesas, comunicar com familiares e amigos residentes em Portugal e procurar, de forma geral, e cada vez mais através do recurso à Internet, informação sobre Portugal.

O estudo demonstra que mais de 50% dos ilhavenses residentes no estrangeiro viajam para Portugal pelo menos uma vez por ano e que menor é a distância do país de residência em relação a Portugal, mais elevada é a frequência das viagens. Os portugueses, que vivem em países europeus próximos, têm particular propensão a viajar com regularidade para Portugal e tendem a efectuar viagens com uma frequência superior a uma vez por ano. As viagens caracterizam-se no entanto por uma forte sazonalidade, na medida em que se situam em grande parte nos meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro.

De acordo com vários estudos académicos internacionais, os *turistas emigrantes* são assimilados ao mercado turístico VFA, no caso dos ilhavenses, esta hipótese é verificada, pois uma proporção significativa destes turistas afirma viajar regularmente para Portugal com o principal objectivo de visitar familiares e amigos. Este mercado é de forma comum assimilado a um segmento que proporciona mais valias reduzidas, principalmente pelo facto destes turistas recorrerem, na maior parte dos casos, ao alojamento próprio ou de familiares e amigos, na vez dos tradicionais estabelecimentos hoteleiros.

No entanto, o presente trabalho mostra que o orçamento médio do turista emigrante é relativamente elevado, na medida em que a duração da estada é significativa, comparada com os restantes turistas internacionais, e que a tendência para visitar outras regiões, que não a de origem, é claramente evidenciada.

As actividades de recreio e lazer representam uma parte pouco significativa do orçamento total, este facto demonstra que devem ser canalizados esforços, por parte dos agentes turísticos locais, no desenvolvimento de estratégias de marketing e de promoção direccionadas para este mercado. As iniciativas de animação dos destinos turísticos devem ser divulgadas pelos canais adequados, ou seja os mais procurados pelo mercado a atingir, e devem responder cada vez mais às necessidades de lazer e recreio dos seus visitantes. Para isso, é necessária a segmentação da procura turística de forma a providenciar um direccionamento eficaz das estratégias de promoção.

O turismo receptor português compreende uma proporção inegavelmente significativa de portugueses residentes no estrangeiro. Este mercado caracterizado pela regularidade das suas viagens, pelo impacto que tem o *passa-a-palavra*, pelo potencial que representam os luso-descendentes deve ser considerado pelos organismos públicos e privados que actuam no sector do turismo como relevante e como promissor. Assiste-se actualmente à ida regular a Portugal de emigrantes e de luso-descendentes oriundos do considerável movimento intra-europeu, assim como às viagens do tipo “vai-vem” da nova geração de emigração marcada pelo seu carácter temporário.

Este trabalho traduz-se num contributo notável para o desenvolvimento de estratégias de marketing turístico adequadas, devendo estas ser focalizadas no mercado de visita a familiares e amigos. A avaliação do impacto económico resultando destas visitas, efectuada através da análise das despesas efectuadas pelos *turistas emigrantes*, permite orientar futuras políticas de desenvolvimento local sobretudo nos concelhos com elevadas taxas de emigração.

## **Bibliografia**

---

ALBROW, M. (1997), *The Global Age*, Stanford, Stanford University Press.

ALBROW, M. (1998), *Frames and transformations in transnational studies*, Transnational Communities Programme Seminar in the Faculty of Anthropology and Geography, University of Oxford, 8 May.

ALMEIDA, J.C.F. (1966), *Dados sobre a emigração portuguesa em 1963-65: alguns comentários*, *Análise Social* 13 (4), 1966, pp. 116-128.

ALMEIDA, J., PINTO, J. (1995), *A investigação nas ciências sociais* (5ª Ed.), Lisboa, Editorial Presença.

AMARO, R.R. (1985), *Reestruturações demográficas, económicas e socioculturais em curso na sociedade portuguesa: o caso dos emigrantes regressados*, *Análise Social* 87-88-89 (21), 1985, pp. 605-677.

ANDERSON, W.W. (1993), *Caribbean Immigrants: A Socio-demographic Profile*, Toronto, Canadian Scholars.

ANIDO, N., FREIRE, R. (1978), *Lémigration portugaise, présent et avenir*, Paris, PUF.

ARROTEIA, J.C. (1983), *A emigração portuguesa – suas origens e distribuição*, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação.

ARROTEIA, J.C. (1984), *Os Ílhavos e Murtoseiros na Emigração Portuguesa*, Aveiro, Governo Civil.

ARROTEIA, J.C. (1986)a, *A Emigração Portuguesa: Características e Perspectivas Recentes*, Separata da Revista «Povos e Culturas», nº1, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa.

ARROTEIA, J.C. (1986)b, *Ensaio Tipológico sobre os Movimentos Migratórios Portugueses*, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Aveiro, Centro de Estudos.

ARROTEIA, J.C. (1998), *Emigração, “A Segunda geração” de emigrantes: perspectiva de integração e de mobilidade social numa comunidade rural*, Cadernos do Património, Museu do Casal de Monte Redondo.

ARROTEIA, J.C. (2001), *Aspectos da Emigração Portuguesa*, Migración y Cambio Social, Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Nº 94 (30), 1 de Agosto de 2001.

ASIEDU, A. (2005), *Some benefits of migrants' return visits to Ghana*, Population, Space and Place 11, pp. 1–11.

ATTIAS-DONFUT, C. (2004), Nouveaux profils migratoires et transmigration Les migrations dans la perspective du parcours de vie, Réunion Régionale Européenne : Migrants et protection sociale, Oslo 21 – 23 Juin 2004, Association Internationale de la Sécurité Sociale.

BAGANHA, M.I.B. (1994), *As correntes emigratórias portuguesas no século XX e os eu impacto na economia nacional*, Análise social nº 128, vol. XXIX, pp. 959-989, Lisboa.

BALDASSAR, L. (1997), *Home and Away: migration, the return visit and 'transnational' identity*, Ang, I. and Symonds, M. (eds) Special Edition: Home, Displacement, Belonging. Communal Plural: Journal of Transnational & Crosscultural Studies. 5:69-94.

BALDASSAR, L. (2001), *Visits Home: Migration experiences between Italy and Australia*, Melbourne, University Press.

BANCO DE PORTUGAL (1998), Suplemento ao Boletim Estatístico, Fev/Março 1998, *Nova Apresentação das Estatísticas da Balança de Pagamentos*, Número 1/99, Departamento de Estatística.

BARATA, Ó.S. (2001), *Os movimentos de populações na história*, Lisboa, Janus 2001 – Actualidade das Migrações. URL: [http://www.janusonline.pt/2001/2001\\_3\\_1\\_1.html](http://www.janusonline.pt/2001/2001_3_1_1.html) (acessado em 02-02-2005).

BARRETO, A. (2005), *Mudança social em Portugal: 1960-2000*, in António Costa Pinto (coord.), Portugal Contemporâneo, Lisboa, Dom Quixote, pp. 137-162.

BAUER, T. (1995), *The Migration Decisions with Uncertain Costs*, Munich, Münchener Wirtschaftswissenschaftliche Beiträge, nº 95-25.

BELL, M., WARD, G. (2000), *Comparing temporary mobility with permanent migration*, Tourism Geographies, vol. 2, pp. 87-107.

BEHR, M., GOBER, P. (1982), *When a residence is not a house: examining residence-based migration definitions*, Professional Geographer nº 34(2), pp. 178-184.

BERNARD, E. (2002), Djerba, tourisme international et nouvelle logiques migratoires, Revue Européenne des Migrations Internationales, vol. 18, nº 1, Note de Recherche, pp.103-112.

BLION, R. (2004), *Economies et transferts migratoires, révélateurs des contradictions entre politiques et pratiques migratoires*, Paris, Institut Panos.

BLOTEVOGEL, H.H., FIELDING, A.J. (1997), *People, Jobs and Mobility in the New Europe*, Chichester, John Wiley & Sons.

BONIFAZI, C., GESANO, G. (2001), *Contributions to International Migration Studies*, Monografia Istituto di Riserche Sulla Populazionne, Roma.

BOYER, M., (1997), *Tourism: a special epistemology*, Loisir & Société 20(2), pp. 455-477.

BRAH, A. (1996) *Cartographies of Diaspora: Contesting Identities*, London, Routledge.

BROWN, L.A., MOORE, E.G. (1970), *The intra urban migration process, a perspective*, Geografiska Annaler, Vol. 52B pp.1-13.

BUHALIS, D., COSTA, C. (2006), *Tourism Business Frontiers: Consumers, Products and Industry*, London, Elsevier.

BUHALIS, D., COSTA, C. (2006), *Tourism Management Dynamics: Trends, Management and Tools*, London, Elsevier.

BULL, A. (1992), *The Economics of Travel and Tourism*, London, Pitman.

CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO (2001), *Relatório do Plano Director Municipal*.

CARVALHO, M.B. (2001), *Dimensão Antropogeográfica dos Movimentos Migratórios*. Scripta Nova: Revista electrónica de geografia e ciências sociais, Nº. 5, 2001 (Exemplar dedicado a: Migración y cambio social: III Coloquio Internacional de Geocrítica).

CAVACO, C. (1993), *A place in the sun: return migration and rural change in Portugal*, Russell King ed. Mass Migration in Europe: the Legacy and the Future, London, Belhaven, pp. 174-191.

CAVACO, C. (1995), *Rural Tourism: the creation of new tourist spaces*, European Tourism: Regions, Spaces and Restructuring, ed. A. Montanari and A. M. Williams, pp. 177-190, Chichester, Wiley.

CCRC – Comissão de Coordenação da Região Centro (1987), *O fenómeno migratório na Região Centro, Regresso e reinserção na Diocese de Coimbra*, CCRC/Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas/Caritas Diocesana de Coimbra.

CEPEDA, F. (1988), *Emigração, Regresso e Desenvolvimento no Nordeste Interior Português*, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, pp. 21-22.

CHARBIT, Y., HILY M. A., POINARD M. (1997), *Le va-et-vient identitaire. Migrants portugais et villages d'origine*, Travaux et documents de l'INED, cahier n° 140, Paris, INED-PUF.

CLAVAL, P. (1995), *The Impact of Tourism on the Restructuring of European Space*, in Allan M. Williams and Armando Montanari eds., *European Tourism Regions, Spaces and Restructuring. Restructuring in Europe*, John Wiley and Sons Ltd, pp. 247-263.

CO, C. GANG, I.N., YUN, M.S. (2000), Returns to returning, *Journal of Population Economics*, n° 13, pp. 57-79.

COHEN, R. (1997), *Global Diasporas*, London, Routledge.

COHEN, R. (1998) *Cultural Diaspora: The Caribbean case*, in M. Chamberlain (ed.) *Caribbean, Migration: Globalised Identities*, London, Routledge, pp. 21–35.

COLES, T., TIMOTHY, D.J. (2004), *Tourism, Diasporas and Space*, London and New York, Routledge.

COLLADO, M.D., ITURBE-ORMAETXE, I., VALERA, G. (2003), *Quantifying the Impact of Immigration on the Spanish Welfare State*, *International Tax and Public Finance*, Springer, vol. 11(3), pages 335-353.



COOPER, C., FLETCHER, J., WANHIL, S., GILLBERT, D., SHEPPERD, R. (2001), *Tourism – Principles and Practices*, 2<sup>nd</sup> edition, Bookman;

CORDEIRO, A. (1987), *L'immigration*, Paris, La Découverte.

CORDERO, A. (2002), *La Nouvelle Émigration Portugaise vers l'Europe – Ila émigrent d'un pays d'immigration*, Ville-École-Intégration, n° 131, Dezembro 2002.

COSTA, C (2007), *Plano Estratégico da Região de turismo Rota da Luz*, Relatório de Progresso Julho 2007, Grupo de Investigação na Área do Turismo da Universidade de Aveiro.

COSTA LEITE, J. (1999), *O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855-1914,)* in Boris Fausto, org., *Fazer a América: a Imigração em Massa para a América Latina*, São Paulo: Universidade de São Paulo, pp. 177-200.

COSTA LEITE, J. (2003), *A Emigração como vínculo transatlântico: Portugal e Brasil, 1850 – 2002*, Lisboa, Seminários de História Económica (ISC/ISEG/FCSH).

CUNHA, L. (1997), *Economia e Política do Turismo*, Alfragide, McGrawHill.

DE RUGY, A. (2000), *Dimensão económica e demográfica das migrações na Europa Multicultural*, Oeiras, Celta, pp. 14-15.

DEHOORNE, O. (2002), *Tourisme, travail, migration: interrelations et logiques mobilitaires*, Revue Européenne des Migrations Internationales, vol. 18, n°1, pp. 7-36.

DEHOORNE, O. (2002), *Tourisme et Migration, entre logiques des marchés et système des mobilités : revue bibliographique*, Revue Européenne des Migrations Internationales, vol. 18, n°1, Note documentaire, pp. 113-121.

DGT – Direcção Geral do Turismo (2000), *Entradas de Estrangeiros em Portugal 1993-99*, Direcção de Serviços de Estratégia e Coordenação Turística, DGT.

DGT – Direcção Geral do Turismo (2004), *Entradas de Estrangeiros em Portugal 1999-2003*, Direcção de Serviços de Estratégia e Coordenação Turística, DGT.

DIENG, S.A. (2000), *Épargne, Crédit et Migration, le comportement financier des migrants maliens et sénégalais en France*, Tese de doutoramento Université Lumière, Lyon 2.

DUPONT, L. (2002), *Contribution à l'étude des dimensions économiques du tourisme et des voyages*, Paris, L'Harmattan.

DUVAL, D.T. (2002), *The return visits – return migration connection*, in Hall, C. M. and Williams, A. (eds) *Tourism and Migration: new relationships between production and consumption*, pp. 257-276, Dordrecht, Kluwer.

DUVAL, D.T. (2003), *When hosts become guests: return visits and diasporic identities in a Commonwealth eastern Caribbean community*, *Current Issues in Tourism*, 6, 267-308.

EDWARDS, J., FERNANDES, C. (1999), *Emigrants and Espigueiros - Tourism Activities in a Peripheral Area of Portugal*, *International Journal of Tourism Research*, Int. J. Tourism Res. 1, pp. 329-340.

EUROSTAT, (2000), *Methodological Manual on the design and implementation of surveys on inbound tourism*, Production Short-term business statistics, Special sectors, Eurostat.

FENG, K., PAGE, S.J. (2000), *An exploratory study of the tourism, migration–immigration nexus: Travel experiences of Chinese residents in New Zealand*. *Current Issues in Tourism* vol. 3, nº 3, pp. 246–81.

FERREIRA, E.S. (1976), *Origens e formas de emigração*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.

FONSECA, M.L., CALDEIRA, M.J., ESTEVES, A. (2002), *New forms of migration into the European south: Challenges for citizenship and governance – the Portuguese case*, *International Journal of Population Geography*, vol. 8, pp. 135-152.

FREEMAN, G.P. (1986), *Migration and the Political Economy of the Welfare State*, *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, vol. 485, pp. 51-63.

GAMAGE, A., KING, B. (1999), *Comparing migrant and non-migrant tourism impacts*, *International Journal of Social Economics*, vol. 26, nº 1/2/3, pp. 312-324.

GAMMELTOFT, P. (2003), *Remittances and Other Financial Flows to Developing Countries, in the Migration-Development Nexus*, International Organization for Migration and United Nations, pp. 101-133.

GARCIA, J.L. (2000), *Portugal Migrante – Emigrantes e Imigrados, dois estudos introdutórios*, Oeiras, Celta.

GARSON, J.P., TAPINOS, G. (1981), *L'argent des immigrés – Revenus, épargne et transferts de huit nationalités immigrées en France*, Institut National d'Études Démographiques, Cahier n° 94, Presses Universitaires de France.

GARSON, J.P. (1992), *International Migration: Facts, figures, policies*, OECD Observer 176 (June/July), pp. 18-24.

GARSON, J.P., LOISILLON, A. (2003), *L'Europe et le Migrations de 1950 à nos Jours : Mutations et Enjeux*, apresentado na conferência The Economic and Social Aspects of Migration, Comissão Europeia e OCDE, Buxelas 21-22 Janeiro 2003.

GODINHO, V.M. (1978), *l'Émigration portugaise (XV<sup>ème</sup> et XX<sup>ème</sup> siècle) – une constante structurelle et les réponses au changement du monde*, Revista de História Económica e Social, pp. 5-32, Lisboa.

GÖSSLING, S., SCHULZ, U. (2005), *Tourism-Related Migration in Zanzibar, Tanzania*, Tourism Geographies, vol. 7, n° 1, pp. 43-62.

GUÉRIN-GUENGANT, J.P. (1996), *Migrations internationales et développement : les nouveaux paradigmes*, Revue Européenne des Migrations Internationales , Vol. 1, n° 2, pp. 107-121.

GUÉRIN-GUENGANT, J.P. (1996), *Migrations internationales et développement : les nouveaux paradigmes*, Revue Européenne des Migrations Internationales , Vol. 12( 2), pp. 107-121.

GUERREIRO, J. (1981), *Análise tendencial da emigração portuguesa nos últimos anos*, Revista de História Económica e Social, Cadernos 1-2: Estudos sobre a emigração portuguesa, 1981, pp. 31-69.

HALL, C.M., PAGE, S.J. (2002), *The Geography of Tourism and Recreation: Environment, Place and Space*, London, Routledge, 2<sup>nd</sup> edition.

HALL, C.M., WILLIAMS, A. (2002), *Tourism and Migration: new relationships between Production and Consumption*, Kluwer, Dordrecht.

HALL, C.M. (2003), *Tourism and Temporary Mobility: Circulation, Diaspora, Migration, Nomadism, Sojourning, Travel, Transport and Home*, International Academy for the Study of Tourism Conference, 30 June – 5 July 2003, Savonlinna, Finland.

HALL, C.M., WILLIAMS, A.M., LEW, A.A. (2004), *A Companion to Tourism*, London, Blackwell Publishing.

HALL, C.M. (2005), *Reconsidering the Geography of Tourism and Contemporary Mobility*, Geographical Research, vol. 43, n° 2, pp. 125-139.

HAY, B. (1996), *An insight within the European experience: A case study on domestic VFR tourism within the U.K.*, in H.R. Yaman (ed) *VFR Tourism: Issues and Implications*, pp.51-65, Melbourne, Victoria University of Technology.

HENKINBRANT, L. (2001), *Les "migradollars" - Etat des (mé)connaissances*, partie V du projet de recherche: migration et asile, Fondation Roi Baudoin, Bruxelles.

HIGGS, D. (1990), *Portuguese Migration in Global Perspective*, The Multicultural History Society of Ontario, Toronto.

HILY, M.A., MEINTEL, D. (2004), Editorial : *Célébrer la Communauté*, Revue européenne des migrations internationales, vol. 16, n° 2, p. 7.

HITCHCOCK, M. (1999), *Tourism and ethnicity: situational perspectives*, International Journal of Tourism Research, Vol. 1, n° 1, pp. 17-32.

HOFFMANN-NOWOTNY, H.J. (1981), *A Sociology Approach Towards General Theory of Migration*, in: Kritz, M. M., Keely, Ch.B and Tomasi, S. M. (eds.), *Global Trends in Migration: Theory and Research on International Population Movements*, New York, The Centre of Migration Studies.

HOLLOWAY, J.C. (2002), *The Business of Tourism*, 6<sup>th</sup> edition, Harlow, Prentice Hall, Financial Times.

IED – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, (1984), *Retorno, Emigração e desenvolvimento regional em Portugal*, Cadernos IED.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2003), *Actualidades do INE*.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2006), *Retratos Territoriais – Concelhos de Ílhavo*, URL: <http://www.ine.pt/prodserv/retrato/retrato.asp> (acedido em 27-08-2007).

ITZIGSOHN, J., CABRAL, C.D., HERNANDEZ, E., VAZQUEZ, O. (1999), *Mapping Dominican transnationalism: Narrow and broad transnational practices*, *Ethnic and Racial Studies* vol. 22, nº 2, pp. 316–39.

KANG, S.K.M., PAGE, S.J. (2000) *Tourism, migration and emigration: travel patterns of Korean-New Zealanders in the 1990s*, *Tourism Geographies*, vol. 2, nº 1, pp. 50-65.

KENNEDY, P., ROUDOMETOF, V. (2001), *Communities Across Borders under Globalising Conditions: New Immigrants and Transnational Cultures*, *Transnational Communities Programme WPTC-01-17*. URL: <http://www.transcomm.ox.ac.uk/working%20papers/WPTC-01-17%20Kennedy.pdf> (acedido em 22-09-2005).

KHACHANI, M. (2002), *Des liens entre migration et développement*, in *Dialogue sur la coopération migratoire en Méditerranée occidentale*, Associação Marocaine d'Études et de Recherches sur les Migrations, Rabat, Maroc.

KING, R. (1995), *Tourism, labour and international migration*, in *European Tourism: Regions, Spaces and Restructuring*, ed. A. Montanari and A. M. Williams, pp. 177-190, Chichester, Wiley.

KING, R. (2002), *Towards a new map of European migration*, *International Journal of Population Geography*, nº 8, pp. 89-106.

KRAKOVER, S., KARPLUS, Y. (2002), *Potential immigrants: The interface between tourism and immigration in Israel*, in C.M. Hall and A. Williams (eds) *Tourism and migration: New Relationships between Production and Consumption*, pp.1-52, Dordrecht, Kluwer.

KUENTZEL, W.F., RAMASWAMY, V.M. (2005), *Tourism and amenity migration – a longitudinal analysis*, *Annals of Tourism Research*, vol. 32, nº 2, pp. 419-438.

LEE, E.S. (1966), *A Theory of Migration*, *Demography*, Chicago, vol. 3, nº 1, pp.45-47.

LEHTO, X.Y., MORRISON, A.M., O'LEARY, J.T. (2001), *Does the visiting friends and relatives' typology make a difference? A study of the international VFR market to the United States*, *Journal of Travel Research*, vol. 40, pp. 201-212, University of Colorado, Boulder.

LEVITT, P. (1996), *Social Remittances: A Conceptual Tool for Understanding Migration and Development*, URL: [www.hsph.harvard.edu/hcpds/wpweb/96\\_04.pdf](http://www.hsph.harvard.edu/hcpds/wpweb/96_04.pdf) (acedido em 02-02-2005).

LEVITT, P. (2001), *Transnational migration: taking stock and future directions*, *Global Networks*, vol. 1, nº 3, pp. 195-216.

LEVITT, P., SCHILLER, N.G. (2003), *Transnational perspectives on migration: conceptualizing simultaneity*, Draft – Work in Progress.

LEVITT, P., DE LA DEHESA, R. (2003), *Transnational Migration and the redefinition of the state: variations and explanations*, *Ethnic and Racial Studies*, vol. 26, nº 4, pp.587-611.

LEVITT, P. (2004), *Transnational Migrants: When "Home" Means More Than One Country*, Migration Policy Institute, Migration Information Source, URL: [www.migrationinformation.org](http://www.migrationinformation.org).

LEVITT, P., SORENSEN, N.N. (2004), *The transnational turn in migration studies*, Global Commission on International Migration, Geneva.

LEVY, J. (2000), *Les nouveaux espaces de la mobilité*, in Michel Bonnet et Dominique Desjeux eds. *Les territoires de la mobilité*, Paris, PUF, pp.155-170.

LIU, J., VAR, T., TIMUR, A. (1984), *Tourist - income multipliers for Turkey*, *Tourism Management*, vol. 5, nº 4, pp.280-287.

LOPES, P. (1999), *Portugal: Holograma da Mobilidade Humana*, Lisboa, Rei dos Livros.

LUCAS, V. (1997), *O Retorno de Emigrantes. A Sua Relevância na Região Centro*, in Cadernos Regionais -Região Centro, Abril de 1997, n.º 7, Coimbra, Instituto Nacional de Estatística, Direcção Regional do Centro.

MAIA, N.M.M. (2004), *O Turismo como factor de integração europeia: Portugal 1950 – 1973*, Dissertação de Mestrado, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro.

MAROCO, J. (2003), *Análise estatística com utilização do SPSS*, 2ª edição, Lisboa, Edições Sílabo.

MASSEY, D. (1984), *Spatial Divisions of Labour: Social Structures and the Geography of Production*, London, Macmillan.

MCCAIN, G., RAY, N. M. (2003), *Legacy tourism: the search for personal meaning in heritage travel*, *Tourism Management* nº 24, pp. 713-717.

MENDES, F. (2001), *O desequilíbrio externo da economia portuguesa*, Portugal e o mundo, Tópicos comparativos da sociedade portuguesa, Janus 2001.

MENDONSA, E. L. (1982), *Turismo e Estratificação na Nazaré*, *Análise Social* XVIII nº 71, pp. 311-329.

MICHAUD, J. (2001), *Anthropologie, Tourisme et Sociétés locales au fil des textes*, *Anthropologie et Sociétés*, vol. 25, nº 2, pp. 15-33.

MIDDLETON, V. (2001), *Marketing in Travel and Tourism*, 3rd edition, Oxford, Butterworth-Heinemann.

MONK, J., ALEXANDER, C. (1986), *Free port fallout out: gender, employment and migration on Margarita Island*, *Annals of Tourism Research*, vol. 13, pp. 393-413.

MONTEIRO, M. (2004), *Migração e Cidadania Europeia - Viver na Cidade de Babel*, Comunicação no Fórum Viver a Europa: uma Constituição para os Europeus, no âmbito das

“Migrações e Cidadania”, promovido pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 4-5 de Novembro 2004, Lisboa.

MOREIRA, H. (2005), *Emigração Portuguesa - Estatísticas retrospectivas e reflexões temáticas*, Revista de Estudos Demográficos do INE, nº 38, 2005.

MORRISON, A.M., HSIEH, S., O’LEAVY, H.T. (1995), *Segmenting the visiting friends and relatives market by holiday activity participation*, Journal of Tourism Studies, vol. 6, nº 1, pp. 48-63.

MOSCARDO, G., PEARCE, P., MORRISON, A., GREEN, D., O’LEAVY, J.T. (2000), *Developing a typology for understanding visiting friends and relatives markets*, Journal of Travel Research, vol. 38, nº 3, pp 251–259.

MÜLLER, D.K. (2002), *German Second Homeowners in Sweden, Some Remarks on the Tourism – Migration – Nexus*, Revue Européenne des Migrations Internationales, vol. 18, nº 1, pp.67-86.

NETO, F. (1984), *A Migração Portuguesa Vivida e Representada*, Tese de Doutoramento, Porto, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.

NIELSEN, K.B. (2004), *Next Stop Britain : The influence of transnational networks on the secondary movement of Danish Somalis*, Sussex Migration Working Paper, nº 22, Sussex Centre of Migration Research.

NOKIA, B. (2004), *Évaluation de l’impact économique*, Alliance Canadienne do Tourisme Sportif, Saskatoon, Saskatchewan, 6-14 mars 2004.

OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (2000), *Mondialisation, Migrations et Développement*, Paris, OCDE.

OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (2004), *Trends in international migration*, Annual Report.

OIM – Orgnização Internacional para as Migrações (2004), *Gerer les migrations dans l’interêt de tous – Coup de Projecteur sur les envois de fonds des migrants*, OIM Infos.



OIM – Organização Internacional para as Migrações (2005)a, *Engaging diasporas as development partners, for home and destination countries*, Workshop on Migration and Development - Mainstreaming Migration into Development Policy Agendas, Geneva.

OIM – Organização Internacional para as Migrações (2005)b, *The Development Potential of Zimbabweans in the Diaspora*, IOM Migration Research Series, nº 17.

OIM – Organização Internacional para as Migrações (2005)c, *The Millennium Development Goals and Migration*, IOM Migration Research Series, nº 20.

OMT – Organização Mundial do Turismo (2002), *Revision of the International Standard Industrial Classification of all Economic Activities (ISIC, Rev.3)*, WTO's questionnaire on Tourism Characteristic Activities.

OMT – Organização Mundial do Turismo (2003)a, *Measuring Visitor Expenditure for Inbound Tourism*, World Tourism Organization, Abril 2003, pp. 1-239.

OMT – Organização Mundial do Turismo (2003)b, *Comparative Study of International Experiences in the Measurement of Traveller Flows at National Borders*, World Tourism Organization, Setembro 2003, pp. 1-170.

OMT – Organização Mundial do Turismo (2004), *Faits Saillants 2004*, Madrid, OMT.

OMT – Organização Mundial do Turismo (2005), *Faits Saillants du Tourisme*, Madrid, OMT.

OMT – Organização Mundial do Turismo (2007), *Statistiques et Mesures Économiques du Tourisme*, URL : [http://www.unwto.org/statistiques/tsa/references/tsa\\_references.htm](http://www.unwto.org/statistiques/tsa/references/tsa_references.htm) (acedido em 08-11-2005).

O'NEIL, K. (2003), *Using Remittances and Circular Migration to Drive Development*, Migration Policy Institute, June 1. pp. 1-3.

ONU – Organização Nacional das Nações Unidas (1979), *Linhas directrizes provisórias sobre as estatísticas do turismo internacional*. URL: <http://www.un.org>

ONU – Organização das Nações Unidas (2004), *World Economic and Social Survey*, International Migration, New York, UN.

ONU – Organização das Nações Unidas (2006), *Mondialisation et Interdépendence: Migrations Internationales et Développement*, Rapport du Secrétaire général.

OTT, R.L. (1993), *An Introduction to Statistical Methods and Data Analysis*, 4ª Ed., Belmont, Duxbury Press.

OROZCO, M. (2003)a, *Worker Remittances in an international scope*, Working paper commissioned by the Multilateral Investment Fund of the Inter-American Development Bank, Washington, Inter-American Dialogue.

OROZCO, M. (2003)b, *The future trends and patterns of remittances to Latin America*, Paper presented at the Inter-American Development Bank Conference on Remittances as a Development Tool in Mexico, 28 de Outubro 2003.

PARDAL, L., CORREIA, E. (1996), *Métodos e técnicas de investigação social*, Lisboa, Areal Editores.

PATACÃO, H. (2001), *Impactes económicos da emigração portuguesa*, Portugal e o Mundo, A Emigração Portuguesa, Janus 2001.

PEARCE, P.L., MOSCARDO, G. (2005), *Domestic and visiting friends and relatives tourism*, In D. Buhalis & C. Costa (Eds), *Tourism business frontiers: Consumers, products and industry*, pp. 48-55, Oxford, Elsevier.

PEIXOTO, J. (2004), *País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal*, Socius working papers, nº2/2004, URL: <http://pascal.iseq.utl.pt/~socius/index.htm> (acedido em 25-03-2005).

PENENT, A. (2003), *La valorisation économique de l'épargne des migrants - Etat des lieux*, CFSI – Comité Français pour la Solidarité Internationale, Paris.

PEREIRA, A., POUPA, C. (2003), *Como escrever uma tese, monografia ou livro científico usando o Word*, Lisboa, Edições Sílabo.

PEREIRA, A. (2004), *Guia prático de utilização do SPSS – Análise de Dados para Ciências Sociais e Psicologia*, 5ª Ed., Lisboa, Edições Sílabo.

PEREIRA, M.H. (1981), *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*, Col. "Biblioteca de História", nº 10, Lisboa, A Regra do Jogo.

PEREIRA, V. (2004), *La politique d'émigration de l'Estado Novo entre 1958 et 1974*, Cahiers de l'Urmis, nº 9, Portugais de France, immigrants et citoyens d'Europe, Fev. 2004.

PESTANA, M.H., GAGEIRO, J.N. (1998), *Análise de Dados para ciências sociais, a complementaridade do SPSS*, Lisboa, Edições Sílabo.

PIRES, J.A.L. (1974), *A emigração Portuguesa em França*, Lisboa, Estampa.

POTOT, S. (2003), *Circulation et réseaux de migrants roumains: Une contribution a l'étude des nouvelles mobilités en Europe*, Tese de Doutoramento, Universidade de Nice.

PROVANSAL, D. (2002), *Des retrouvailles identitaires, à la (re)connaissance de l'autre*, Revue Européenne des Migrations Internationales, vol. 18, nº1, Chronique scientifique, pp.149-158.

QUEVEDO, J., HANDSZUH, H.F. (2001), *Overview of international trade in tourism services, including current statistics and trends*, Symposium on Tourism Services, Organização Mundial do Turismo, 22-23 Fevereiro 2001, Geneva.

QUIVY, R., VAN CAMPENHOUDT, L. (1998), *Manual de investigação em ciências sociais*, Lisboa, Gradiva.

RAMOS, M.C.P. (2003), *Le Portugal, pays relais de la migration em Europe*, Migrations Études, nº 116.

REBELO, M. (2001), *Tendências Migratórias nos Países Europeus da OCDE*, Anuário de Relações Exteriores - Janus 2001, Lisboa, Observatório de Relações Exteriores – UAL.

REIS, E., MOREIRA, R. (1993), *Pesquisa de mercados*, Lisboa, Sílabo/INDEG/ISCTE.

ROCHA-TRINDADE, M.B. (1973), *Immigrés portugais*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina.

ROCHA-TRINDADE, M.B. (1976), *Comunidades migrantes em situação bipolar: análise de três casos de emigração especializada para os EUA, para o Brasil e para França*, *Análise Social*, vol. 48(12), 1976, pp. 983-997.

ROCHA-TRINDADE, M.B. (1982), *Da Emigração às Comunidades Portuguesas*, Lisboa, Edições Conhecer.

ROCHA-TRINDADE, M.B. (1988), *O fenómeno migratório na Região Centro: regresso e reinserção na Diocese de Coimbra*, Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro - CCRC, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas – SECP, Cáritas Diocesana de Coimbra.

ROCHA-TRINDADE, M.B. (1989), *A Presença dos Ausentes*, *Sociedade e Território* nº 8, pp. 8-16.

ROCHA-TRINDADE, M.B. (1992), *Fenómeno da Emigração Portuguesa*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia.

ROCHA-TRINDADE, M.B. (1993), *Perspectivas sociológicas da interculturalidade*, *Análise Social* 123-124 (28), 1993, pp. 869-878.

ROCHA-TRINDADE, M.B. (1995), *Manual de Sociologia das Migrações*, Lisboa, Universidade Aberta.

ROCHA-TRINDADE, M.B. (2004), *A imigração em Portugal: e agora?*, Comunicação apresentada das V Jornadas de História Local.

ROCHA-TRINDADE, M.B., BAPTISTA, L.V., MENDES, M.L., TEODORO, V.D. (1988), *População escolar directa e indirectamente ligada à emigração*, Lisboa, Projecto Universidade Aberta.

RODRIGUEZ, V., EGEA, C., NIETO, J.A. (2002), *Return migration in Andalusia, Spain*, *International Journal of Population Geography*, vol. 8, nº 3, pp. 233-254.

RUIVO, J.R. (2001), *Portugais et population d'origine portugaise en France*, Paris, l'Harmattan.

SALVA-TOMAS, P.A. (2002), *Tourist Development and Foreigner Immigration in Balearic Islands*, *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol. 18, nº 1, pp.87-101.

SANTOS, V. (2004), *O discurso oficial do Estado sobre a emigração dos anos 60 a 80 e imigração dos anos 90 à actualidade*, Lisboa, Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas - ACIME.

SCHNAPPER, D. (2005), *De l'État-nation au monde transnacional – du sens e de l'utilité du concept de diapora*, *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol. 17, nº 2, pp.9-36.

SEATON, A.V. (1994), *Are relatives friends? Reassessing the VFR category in segmenting tourism markets*, in A.V. Seaton et al. (eds) *Tourism: The State of The Art*, pp.316-321.

SEATON, A.V., PALMER, C. (1997), *Understanding VFR Tourism behaviour: The first five years of the United Kingdom tourism survey*, *Tourism Management*, vol. 18, nº 6, pp. 345-355.

SEQUEIRA, T.N. (2001), *Crescimento económico no Pós-guerra: os casos de Espanha, Portugal e Irlanda*, Texto para Discussão DGE-05/2001, Departamento de Gestão e Economia, Universidade da Beira Interior.

SERRÃO, J. (1972), *Emigração portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte.

SILVA, M. & al (1984), *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Caderno 8.

SIMON, G. (2005), *La Nouvelle donne migratoire en Europe du Sud*, *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol. 2, nº 1, pp. 9-35.

SORENSEN, N.N. (2004), *The Development Dimension of Migrant Remittances*, Danish Institute for Development Studies, OIM, Migration Policy Research, nº1, June 2004.

STOCK, M. (2005), *Les sociétés à individus mobiles : vers un nouveau mode d'habiter? L'exemple des Pratiques Touristiques*, *EspacesTemps.net*, Textuel, Ref. LAC-ARTICLE-2005-016, URL: <http://www.espacestems.net/document1176.html> (acedido em 23-09-2005).

STORPER, K., WALKER, R. (1989), *The Capitalist Imperative – Territory, Technology and Industrial Growth*, Oxford, Blackwell.

SUE, R. (1995), *Temps e Ordre Social*, Paris, PUF.

TARRIUS, A. (2001), Au-delà des États.Nations : des sociétés de migrants, *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol. 17, nº 2, URL : <http://remi.revues.org/document1944.html> (acedido em 22-09-2005)

THANOPOULOS, J., WALLE, A.H. (1988), *Ethnicity and its reference to marketing: the case of tourism*, *Journal of Travel Research*, Vol. 26, nº 3.

TODARO, M.P., (1980), International Migration in Developing Countries: A Survey in: R.A., Easterlin ed. *Population and Economic Change in Developing Countries*, Chicago, NBER, PP. 361-402

TODARO, M. (1992), *Economics for a developing world*, London, Longman.

TÖLÖLYAN, K. (1996), *Rethinking Diaspora(s): Stateless power in the transnational moment*, *Diaspora*, vol. 5, nº 1, pp. 3-36.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, (1983), *Vivre des deux cultures, La condition socio-culturelle des travailleurs migrants et de leurs familles*, Paris, Organisation des Nations Unies.

UNFPA – United Nations Fund for Population Activities (2000), *Replacement Migration*, URL: [www.un.org/esa/population/unpop.htm](http://www.un.org/esa/population/unpop.htm) (acedido em 15-09-2005).

UNFPA – United Nations Fund for Population Activities (2001), *Population Issues/ Briefing Kit 2000*, URL: [www.unfpa.org](http://www.unfpa.org) (acedido em 02-02-2005).

VERTOVEC, S. (2004), *Migrant Transnationalism and Modes of Transformation*, *International Migration Review* vol. 38, nº 3, pp. 970-1001.

VIARD, J. (1994), *La Société d'archipel ou les Territoires du village global*, La Tour D'Aigues, Éditions de l'Aube.

VIARD, J. (1998), *Réinventer les vacances – La nouvelle galaxie du tourisme*, Rapport du groupe d'experts « Prospective de la demande touristique à l'horizon 2010 », Secrétariat d'État au Tourisme, Direction du Tourisme, La Documentation Française.

VICENTE, A.C. (2004), *The Cuban-U.S. Transnational relationship: The impact of recent migration on Cuban and Cuban-American society*, The Florida State University, College of Arts and Sciences.

VISSER, G. (2004), *Second Homes and Local Development: Issues Arising from Cape Town's De Waterkant*, *GeoJournal* n° 60, pp. 259–271.

VOLOVITCH-TAVARES, M.C. (2001), *L'illégalité, un des facteurs de l'immigration portugaise ?*, Séminaire de Paris I.

WILLIAMS M.A., HALL, M.C. (2000), *Tourism and Migration: new relationships between production and consumption*, *Tourism Geographies*, vol.2, n° 1, pp.5-27.

WILLIAMS M.A., HALL, M.C. (2002), *Tourism, migration, circulation and mobility: The contingences of time and space*, in C.M. Hall and A. Williams (eds) *Tourism and migration: New Relationships between Production and Consumption*, pp.1-52, Dordrecht, Kluwer.

WILLIAMS, M.A., BALÁ, V. (2002), *Mobilité internationale en Europe centrale: touristes, commerçants et migrants*, *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol. 18, n° 1, pp. 37-65.

## **ANEXOS**

---



## **ANEXO 1**

### **Questionário aos emigrantes do concelho de Ílhavo**

## QUESTIONÁRIO AOS EMIGRANTES DO CONCELHO DE ÍLHAVO

Este questionário foi elaborado no âmbito de um estudo académico apoiado pela Câmara Municipal de Ílhavo. O objectivo principal é explorar as relações mantidas entre os emigrantes e a sua terra natal.

As respostas são anónimas e os dados serão tratados confidencialmente. Agradecemos, desde já, a sua colaboração.

**Instruções:** Responda às questões colocadas e assinale com uma cruz a resposta correcta nos quadrados.

### Percorso de Emigrante

1. Em que país reside? ..... em que cidade? .....

2. Em que ano emigrou? .....

3. Adquiriu a dupla nacionalidade? Sim ☐ Não ☐

4. Tem filhos? Sim ☐ Não ☐

Se sim, quantos? .....

Idades: .....

Se não tem filhos passe para a pergunta 7

5. Como define os conhecimentos de Português dos seus filhos?

	Mau	Suficiente	Bom	Muito bom	Excelente
Escrito	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Falado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

6. Os seus filhos têm aulas de Português? Sim ☐ Não ☐

7. Indique os familiares próximos que tem em

**Portugal** (Indique com uma cruz)

Pais	<input type="checkbox"/>
Filhos	<input type="checkbox"/>
Irmãos	<input type="checkbox"/>
Avós	<input type="checkbox"/>
Tios	<input type="checkbox"/>
Primos	<input type="checkbox"/>
Nenhum	<input type="checkbox"/>

8. Indique os familiares próximos que tem no

**país de residência** (Indique com uma cruz)

Pais	<input type="checkbox"/>
Filhos	<input type="checkbox"/>
Irmãos	<input type="checkbox"/>
Avós	<input type="checkbox"/>
Tios	<input type="checkbox"/>
Primos	<input type="checkbox"/>
Nenhum	<input type="checkbox"/>

9. No país onde reside, está inscrito em algum consulado português? Sim ☐ Não ☐

Se sim, qual? .....

10. No país onde reside, costuma:

	Nunca	1 ou 2 vezes por ano	1 ou 2 vezes por mês	1 ou 2 vezes por semana	Todos os dias
Ler jornais portugueses					
Ver programas de televisão portuguesa					
Comprar produtos alimentares portugueses					
Ir a festas portuguesas					
Comunicar com familiares e amigos que estão em Portugal					
Procurar informação sobre Portugal					
Procurar informação sobre a Rota da Luz					
Procurar informação sobre o concelho de Ílhavo					
Quais os temas em que procura essa informação?					

11. Faz parte de alguma associação portuguesa? Sim ☐ Não ☐

12. Tem casa em Portugal? Sim ☐ Não ☐  
 No Concelho de Ílhavo? Sim ☐ Não ☐

13. Tenciona regressar definitivamente para Portugal? Sim ☐ Não ☐

### Viagens a Portugal

1. Com que frequência costuma ir a Portugal?

- Mais de 3 vezes por ano ☐  
 2 ou 3 vezes por ano ☐  
 1 vez por ano ☐  
 De 2 em 2 anos ☐  
 Raramente ☐

Se vai raramente a Portugal, indique as razões:

2. Em que altura do ano costuma ir a Portugal? (Assinale com uma cruz os respectivos meses)

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Férias em Portugal												

3. Já alguma vez, sugeriu a outras pessoas, a ida a Portugal como destino de férias? Sim ☐ Não ☐

	Uma vez	Poucas vezes	Algumas vezes	Muitas vezes	Sempre
Assinale com uma cruz					
Se sim, com que frequência?					

4. Já alguma vez, nas suas deslocações a Portugal, levou consigo algum amigo ou conhecido? Sim ☐ Não ☐

	Uma vez	Poucas vezes	Algumas vezes	Muitas vezes	Sempre
Assinale com uma cruz					
Se sim, com que frequência?					

5. Quando vai a Portugal, costuma passar suas férias:

- Exclusivamente no concelho de Ílhavo ☐  
 No concelho de Ílhavo e outros concelhos ☐ Quais? \_\_\_\_\_  
 Exclusivamente em outros concelhos ☐ Quais? \_\_\_\_\_

6. Quantos dias costuma ficar?

No Concelho de Ílhavo: \_\_\_\_\_ Dias  
 Em Portugal: \_\_\_\_\_ Dias

7. Quantas pessoas costumam ir, incluindo o/a senhor/a? .....Pessoas

8. Qual o meio de transporte utilizado para se deslocar a Portugal? (Indique unicamente o mais habitual)

- Automóvel Próprio ☐ Moto ☐  
 Automóvel Alugado ☐ Avião ☐  
 Autocarro ☐ Outro ☐  
 Comboio ☐ Qual? \_\_\_\_\_

## 9. Alojamento utilizado (Refira apenas aquele, com o maior número de dormidas)

- Casa Própria ☐  
 Casa de familiares e amigos ☐  
 Hotelaria<sup>1</sup>, Aldeamentos e Apartamentos Turísticos ☐  
 Campismo ☐  
 Turismo em Espaço Rural (TER) ☐  
 Outros ☐

<sup>1</sup> Na Hotelaria estão incluídos os seguintes tipos de alojamento: Hotéis, Estalagens, Hotéis-Apartamentos, Motéis, Pensões e pousadas.

## 10. Qual o principal motivo da sua ida a Portugal?

- Lazer ☐  
 Visita a Familiares e Amigos ☐  
 Motivos Profissionais e de Negócios ☐  
 Saúde ☐  
 Religião e peregrinação ☐  
 Outros Motivos ☐  
 Quais? \_\_\_\_\_

## 11. Indique as actividades que costuma fazer nas suas férias. (assinale com uma cruz)

Actividades	Nunca	Poucas vezes	Algumas vezes	Muitas vezes	Sempre
Assistir a espectáculos ou eventos					
Praticar desportos náuticos					
Ir à praia					
Fazer compras					
Visitar locais de natureza					
Visitar familiares e amigos					
Ir a festas populares					
Provar gastronomia típica local					
Visitar museus, galerias de arte					
Visitar locais históricos					
Assistir a conferências, congressos					
Participar em actividades de saúde					
Outras:					
1.					
2.					
3.					

## 12. Quanto gastou nas suas últimas férias em Portugal? Responda em valores aproximados.

Total: \_\_\_\_\_ Euros

Quantas pessoas viajaram, incluindo o/a senhor/a? \_\_\_\_\_ Pessoas

Colocar na tabela a quantia gasta por rubrica

Tipo de despesa	Montante Em Euros (aproximadamente)
Alojamento	
Alimentação e bebidas	
Transporte	
Actividades recreativas culturais e desportivas	
Compras	
Outras despesas*	
<b>Total</b>	

\* Inclui: livros, revistas, seguros, chamadas telefónicas, despesas de câmbio, etc.

**Dados pessoais**

1. Qual a sua idade?

Menos de 18 anos	45 – 54 anos	
18 – 24 anos	55 – 64 anos	
25 – 34 anos	Mais de 65 anos	
35 – 44 anos		

2. Sexo:      Masculino ☐      Feminino ☐

3. Agregado familiar:

1 pessoa	4 pessoas	
2 pessoas	5 pessoas	
3 pessoas	Mais de 5 pessoas	

4. Habilitações literárias:

Não saber ler nem escrever	3º ciclo do ensino básico (antigo 5º ano)	
Sabe ler e escrever mas não tem diploma	Curso técnico-profissional	
1º ciclo do ensino básico (antiga 4ª classe)	Ensino secundário (antigo 7º ano)	
2º ciclo do ensino básico (antigo 2º ano)	Ensino Superior	

5. Qual a sua profissão? .....

Agradecemos imenso a sua colaboração e esperamos que nos envie este questionário assim que o tiver preenchido.

## **ANEXO 2**

**Artigo no Jornal *O Ilhavense*, de 10 de Outubro de 2005**

menos confusas, em troca de uma gostosa sopa de feijão ou de uma posta de bacalhau bem temperado com azeite

que todo o tempo que vivi em Portugal, e tenho constatado que o maior problema quase sempre é o da diferen-

entender e tratar quem lhes cai nas mãos, independentemente de falarem ou não a sua língua pátria.

## Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo Emigrantes Ilhavenses Convidados a Colaborar

Sílvia Fernandes Ribau, filha de emigrantes em França originários da Gafanha da Encarnação, que apostada em conseguir o seu Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo vê no jornal "O Ilhavense" e nos seus leitores emigrantes a possibilidade de melhor poder corresponder a uma das exigências da sua formação académica, pelo que recorreu a este jornal e seus leitores emigrantes como seus parceiros neste importante empreendimento.

Salvaguardando devidamente todos os aspectos de sigilo de informação, o próprio jornal adere a este projecto esperando dos seus leitores emigrantes a mesma atitude de colaboração numa demonstração de verdadeiro espírito de cidadania.

«O tema desta investigação centra-se essencialmente na análise das interligações existentes entre os conceitos *Migrações, Turismo e Mobilidade* e mais precisamente no estudo da diáspora portuguesa e o seu contributo para o turismo em Portugal. A parte empírica consiste no apuramento e na análise do perfil dos portugueses, oriundos do concelho de Ílhavo e residentes no estrangeiro, enquanto mercado turístico. Medir o impacto, a nível local, das visitas periódicas dos emigrantes do concelho à sua terra de origem, constitui o objectivo principal do trabalho. De facto, é necessário quantificar e caracterizar este mercado de forma a ter uma visão estratégica na política de desenvolvimento turístico local, e por conseguinte, poder

responder mais adequadamente às suas necessidades.

A recolha de dados úteis, passíveis de ter um valor científico reconhecido, faz-se neste caso, através do envio de um questionário à comunidade emigrante do concelho.

A devolução dos questionários preenchidos é primordial para um decorrer adequado e rigoroso dos trabalhos. Esta investigação também pretende dar uma contribuição na identificação de áreas de trabalho a desenvolver, no sentido de aprofundar o conhecimento científico relativo às características, ao comportamento, às motivações e ao contributo para a economia de nível nacional, regional e local da comunidade portuguesa residente no estrangeiro».

10 de Outubro de 2005 **O ILHAVENSE**

trabalho  
promi  
fissio  
pidas  
e org  
Os  
com p  
práti  
anos  
sidad  
progr  
quatr  
de Az  
da Fe  
Recen  
dos p  
CET  
dades  
Espir  
Arou  
funci  
No  
técni  
Tém  
destin  
Justiç  
Na  
sign,  
Prodi  
Olive  
em 20  
nolog  
um b

## **ANEXO 3**

### **1º Envio do questionário, ofício da Câmara Municipal de Ílhavo**



Câmara  
Municipal de Ílhavo

Av. 25 de Abril  
3830 - 044 Ílhavo

www.cm-ilhavo.pt  
geral@cm-ilhavo.pt

Tel.: +351 234 329 600  
Fax: +351 234 329 601



o mar por tradição

01526505-11-16

#### A Emigração e o Turismo

Caro (a) Compatriota

No âmbito dos seus estudos académicos a nossa Múncipe Dr<sup>a</sup> Sílvia Fernandes Ribau, propôs-se elaborar um estudo sobre os nossos emigrantes. Entendeu esta Câmara Municipal colaborar na realização deste estudo, dado o seu interesse.

Venho assim e por este meio apresentar o questionário em causa, para o qual chamo a sua atenção e desde já agradeço o tempo com ele dispensado.

Sem outro assunto de momento, subscrevo-me com os meus melhores cumprimentos.

O Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo

José Agostinho Ribau Esteves, Eng.

## **ANEXO 4**

### **2º Envio do questionário, carta de acompanhamento**

Sílvia Fernandes Ribau  
Apartado 110  
3834-909 Ílhavo  
Portugal

Exmo. Senhor

**Assunto:** Questionário aos emigrantes do concelho de Ílhavo

*Caro compatriota,*

Foi-lhe enviado um questionário no final do ano passado, pela Câmara Municipal de Ílhavo, enquadrado num trabalho pioneiro realizado pela Universidade de Aveiro. Este questionário pretende auscultar as características dos laços mantidos com Portugal dos emigrantes originários do concelho de Ílhavo.

Assim sendo, a sua resposta é imprescindível e preciosíssima para uma recolha de dados rigorosa. Vai contribuir para a elaboração de um trabalho com valor acrescentado elevado e para um avanço do conhecimento científico nesta área. Mais ainda, os resultados dos dados vão permitir melhorar as condições de regresso e de permanência dos emigrantes em Portugal. Gostaríamos de informar também, que todos os dados recolhidos são registados e tratados com todo o sigilo pela Universidade de Aveiro.

Apesar do elevado número de respostas já recebidas, registamos que o caro compatriota ainda não respondeu, pelo que lhe rogamos o favor de responder com a maior brevidade possível preenchendo o questionário e devolvendo-o no envelope junto.

Com os melhores cumprimentos. *Saudações de Portugal*

Dra. Sílvia Fernandes Ribau

## **ANEXO 5**

### **Estrutura dos gastos em Portugal dos turistas internacionais em 2003**

### Estrutura dos Gastos – Turistas País de Residência (2003)

Estrutura dos Gastos	Países de Residência							Total
	Alemanha	Espanha	França	Holanda	R. Unido	E.U.A.	Outros	
Hotéis, Cafés e Restaurantes	64,0	67,5	63,6	61,6	63,9	62,2	63,1	63,7
Alimentação e Bebidas Não Alcoólicas	8,4	8,1	7,2	11,7	7,5	5,2	8,1	8,2
Bebidas Alcoólicas e Tabaco	3,0	2,7	3,1	3,1	3,5	2,6	3,0	3,1
Transportes	8,7	7,8	10,2	8,3	7,8	12,1	9,3	8,8
Lazer, Recreio e Cultura	5,4	3,9	4,5	5,4	6,6	4,8	5,1	5,3
Vestuário e Calçado	3,6	3,1	3,7	3,5	3,5	4,6	3,8	3,6
Artigos Domésticos e Decoração	4,0	4,7	4,3	3,4	3,7	4,9	4,1	4,0
Comunicações	0,7	0,6	0,7	0,7	0,7	1,0	0,7	0,7
Saúde	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Bens e Serviços Diversos	2,0	1,5	2,5	2,1	2,6	2,4	2,6	2,4
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: INE/DGT